

Sobre Vikings, Reis e Clérigos

*Os escandinavos e os usos da
religião nas obras medievais
inglesas (Séculos IX-XI)*

AC
ACERVUS

LUCAS PEREIRA
RODRIGUES

© Lucas Pereira Rodrigues, 2023

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade do autor.

Imagem da Capa

“Hinguar burns town”; Ilustração de Abbo de Fleury em Passio Edmundi, capítulo 5, c.1130. MS M.736 fol. 10r. *The Life and Miracles of St. Edmund*. The Morgan Library & Museum.

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinicius Borges Fortes (IMED)

Imagem interna

“Danes under Hinguar and Hubba land in Britain”; Ilustração de Abbo de Fleury em Passio Edmundi, capítulo 5, c.1130. MS M.736 fol. 9v. *The Life and Miracles of St. Edmund*. The Morgan Library & Museum.

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R696s Rodrigues, Lucas Pereira
Sobre Vikings, Reis e Clérigos [recurso eletrônico] : os escandinavos e os usos da religião nas obras medievais inglesas (séculos IX-XI) / Lucas Pereira Rodrigues. – Passo Fundo: Acervus, 2023.
3 MB ; PDF.

Inclui referências bibliográficas.
ISBN: 978-65-81266-49-3.

1. Historiografia medieval. 2. Religião e política.
3. Inglaterra - História. 4. Vikings. 5. Conversão ao Cristianismo. 6. Paganismo. I. Título.

CDU: 930

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

LUCAS PEREIRA RODRIGUES

Sobre Vikings, Reis e Clérigos

*Os escandinavos e os usos da
religião nas obras medievais
inglesas (séculos IX-XI)*



*Para minha família e amigos, por todo
amor e apoio ao longo dessa caminhada.*

Abreviaturas

ASC – *Crônica Anglo-Saxã*. - WHITELOCK, Dorothy; DOUGLAS, David C.; TUCKER, Susie I. **The Anglo-Saxon Chronicle**. London: Eyre and Spottiswoode, 1961.

VdA – *A Vida de Alfredo*. - SMYTH, Alfred P. **Translation of the Life of King Alfred**. In: _____. *The medieval life of King Alfred the Great: a translation and commentary on the text attributed to Asser*. Hampshire and New York: Palgrave, 2002, p. 3 – 54.

ÆTHELWEARD – *Crônica de Æthelweard*. - GILES, J. A.. **The Chronicle of Fabius Ethelwerd**. In: _____. *Old English Chronicles*. London: George Bell & Sons, 1906, p. 1 – 40.

GRA – *Gesta Regum Anglorum*, de Willaim de Malmesbury. - GILES, J. A. (ed.). **William of Malmesbury's Chronicle of the kings of England: from the earliest period to the reign of King Stephen**. London: Henry G. Bohn, 1847.

HA – *Historia Anglorum*, de Henry de Huntingdon. - FORESTER, Thomas (ed.). **The Chronicle of Henry of Huntingdon**. London: H.G. Bohn, 1853.

HR – *Historia Regum*, atribuída a Simeon de Durham. - STEVENSON, Joseph (td.). **Simeon of Durham's History of the Kings of England**. In: *The Historical Works of Simeon of Durham - The Church Historians of England, vol. III – part II*. London: Seeleys, 1855, p. 423 – 618.

WC – *Crônica de Worcester*. – FORESTER, Thomas (ed.). **The Chronicle of Florence of Worcester**. London: H.G. Bohn, 1854.

LT – indicativo de palavras em latim

OE – indicativo de palavras em Inglês Antigo (*Old English*)

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1	
Breves considerações conceituais	25
Capítulo 2	
Os escandinavos, os ingleses e a Europa do Alto Medievo (séculos V – XII)	57
Capítulo 3	
Paganismo, Cristianismo e Conversão nas obras do período anglo-saxão	91
Capítulo 4	
Os escandinavos e a religião nas obras inglesas do século XII	145
Epílogo	195
Mapas	205
Referências	211
Anexos	219





I ntrodução



(...) E então o inimigo lhe deu reféns preliminares e grandes juramentos de que iriam deixar seu reino, e prometeram também que seu rei receberia o batismo, e eles cumpriram sua promessa¹.

Do ano de 878, em um lugar identificado como Aller, na Inglaterra, um rei escandinavo, acompanhado de trinta de seus melhores homens, aproxima-se de seu algoz, o rei Alfredo, o Grande, de Wessex, para cumprir sua parte em um acordo de paz firmado entre ambos os governantes. O rei escandinavo, cujo nome era Guthrum, havia sido derrotado pelo exército do rei Alfredo na batalha de Edington, três semanas antes, o que resultara no estabelecimento de uma trégua cujos termos envolviam a entrega de reféns, a retirada dos exércitos de Guthrum do reino de Wessex e o batismo do rei escandinavo. Cumprido o que prometera, Guthrum e seu séquito passam mais doze dias na companhia do rei Alfredo, durante os quais recebem grandes honras e presentes.

Eis, resumidamente, o que a *Crônica Anglo-Saxã* nos conta sobre o desfecho do conflito entre Guthrum e Alfredo, em sua entrada para o ano de 878². Provavelmente o primeiro relato escrito sobre os eventos daqueles anos finais do século IX, a *Crônica* viria a ser base para diversas obras que, ao longo dos anos e séculos, recontariam a



história das invasões *vikings* na Inglaterra e do domínio escandinavo sobre grande parte da ilha. Estas obras, centradas geralmente nas figuras de reis e aristocratas ingleses, tenderam a pintar uma caricatura grosseira e negativa dos invasores escandinavos. Frequentemente o paganismo dos invasores foi usado como marca da diferença entre eles e os ingleses cristãos, estes últimos quase sempre exaltados, em nítido contraste com seus inimigos do além-mar. Com efeito, a presença escandinava na Inglaterra e seus conflitos com os nativos figuram entre as principais temáticas destas obras em sua cobertura do período entre meados do século IX e o início do século XI. Foi precisamente nessa época, ao longo das campanhas ao norte empreendidas pelos descendentes de Alfredo, que se desenrolou o processo de unificação da Inglaterra, conforme as áreas sob domínio escandinavo, em conjunto chamadas de Danelaw, vão sendo paulatinamente conquistadas pelos reis de Wessex, entre as últimas décadas do século IX e meados do século X. Parte importante deste processo de conquista foi a conversão dos escandinavos ao cristianismo. Estima-se que até meados do século X os escandinavos assentados na Inglaterra Anglo-Saxã e seus descendentes tenham se tornado todos cristãos³.

Dos esparsos relatos sobre este processo de conversão, presentes em seis obras inglesas, e dos demais usos do paganismo e do cristianismo nas mesmas, é que trata o presente volume; em especial do modo como questões relativas à conversão de líderes escandinavos ao cristianismo nos são apresentados em tais escritos, bem como de que modo outros elementos relacionados à religião encaixam-se nas narrativas sobre as relações entre ingleses e escandinavos na Inglaterra dos séculos IX, X e XI.

Essas narrativas ocuparam um importante lugar no terreno das estratégias inglesas, no nível do discurso, que visaram consolidar



uma identidade para a unidade política e territorial que se conformava. Dentro delas, podemos observar os significados que a religião possuía aos olhos daqueles que as produziram, eruditos ligados à realeza, à aristocracia e à Igreja; ou seja, membros de uma elite política e intelectual que viu-se tentada a, e não mediu esforços para, exaltar seu lado em um conflito que durou mais de dois séculos, em detrimento, é claro, do inimigo invasor, quase sempre escrachado e abertamente criticado em diversos âmbitos.

A importância deste tema se relaciona com a possibilidade de compreender, em algumas de suas particularidades, a relação entre política, religião e sociedade que marcou, do início ao fim, o período medieval, e que por séculos, até os dias atuais, encontra-se presente na civilização ocidental nos mais diversos âmbitos. Essa relação, no período que se convencionou chamar de Alta Idade Média, constrói-se no âmago do processo de expansão do cristianismo que acabaria por conformar o que chamamos de Cristandade, ou seja, o conjunto dos povos cristãos cuja influência e poder viria a atingir os mais remotos cantos do planeta, incluindo o Brasil, de inegável maioria cristã. É interessante notar que, em um momento em que alguns reinos europeus começavam a se estabelecer, o fator religioso foi frequente e amplamente utilizado como ferramenta política por diversos governantes que objetivaram expandir e/ou consolidar seu domínio e poder.

Consideramos, portanto, que os usos políticos da religião ocuparam posição central nos processos de formação e consolidação de certos Estados europeus, iniciados ainda na época medieval; ou seja, no próprio processo de formação do que comumente chamamos de Ocidente, ou de civilização ocidental. Atentar para as particularidades dos diversos locais onde esse tipo de uso se perpetuou, assim, contribui para uma compreensão mais ampla de um



período fundamental para a formação da sociedade atual. No caso da Inglaterra anglo-saxã, é possível vislumbrar os desenvolvimentos e possibilidades desse tipo de uso da temática religiosa por uma elite que busca justificar e consolidar sua posição e seu domínio através de um discurso gerador de oposição entre dois povos, sobre o qual calca-se a construção discursiva de uma identidade inglesa, marcadamente aristocrática, guerreira e cristã, num momento de unificação levada a cabo no seio do conflito entre dois lados que, entre outras coisas, diferenciavam-se, ao menos em um primeiro momento, pelo fator religioso.

Para a análise desenvolvida aqui, foi selecionado um conjunto formado por 6 obras produzidas ao longo de um largo recorte temporal. Três delas foram produzidas no período que chamamos de Era Viking, inserido naquele da história inglesa que comumente é chamado de anglo-saxão, estipulado entre meados do século V e a tomada do trono inglês por Guilherme, o Conquistador, em 1066. Estas obras são a *Crônica Anglo-Saxã*, escrita partir do final do século IX e continuada até 1154; a *Vida de Alfredo*, provavelmente escrita na década de 890; e a *Crônica de Æthelweard*, escrita no final do século X.

Também optamos por inserir entre nossas fontes três obras escritas na primeira metade do século XII. O objetivo dessa inserção é compreender de que formas os discursos ingleses do período anglo-saxão foram mantidos ou modificados ao longo do tempo. Isso significa, em outras palavras, investigar os olhares do século XII, de uma Inglaterra já unificada, lançados à Era Viking, especialmente no que tange o tema que aqui nos interessa. Tais obras são a *Historia Anglorum*, de Henry de Hunringdon; a *Historia Regum*, atribuída a Simeon de Durham; e a *Gesta Regum Anglorum*, de William de Malmesbury.



Convém a partir daqui esclarecermos alguns pontos centrais acerca do tom e da forma da presente pesquisa. Em primeiro lugar, discutiremos termos chave utilizados ao longo da mesma, justificando nossa predileção por uns em detrimento de outros na redação; e em seguida trataremos brevemente da estrutura que seguiremos neste livro.

1. Dos invasores: vikings *ou* escandinavos?

É comum que hoje se utilize o termo viking em referência ao conjunto dos povos que habitavam a Escandinávia – atuais países da Dinamarca, Noruega e Suécia – durante a Era Viking, período este comumente situado entre 793, ano do ataque escandinavo à ilha de Lindisfarne, na costa norte da Inglaterra, e 1066, ano da invasão comandada pelo rei norueguês Harald Hardrada à Inglaterra.

Originalmente, no entanto, o significado do termo parece ter sido bem menos amplo. Entre os séculos VII e XIII, o mesmo parece ter sido empregado em referência a qualquer pessoa que realizasse atividades como marinheiro, pirata ou depredador, sem que sua origem étnica ou geográfica fosse determinante⁴. Além disso, as fontes medievais tendiam a se referir aos escandinavos invasores por diversos termos, que poderiam ser traduzidos como “pagãos”, “daneses” ou “nórdicos”⁵.

A utilização do termo *viking* em referência ao conjunto dos povos escandinavos pré-cristãos parece ser um produto da modernidade. É a partir do século XIX que acadêmicos e poetas resgatam tal termo e o utilizam em referência ao povo escandinavo como um todo, num contexto de nacionalismo exacerbado e busca por um passado comum e glorioso⁶. Difunde-se a partir daí a vinculação do



termo *viking* ao conjunto dos habitantes da Escandinávia pré-cristã, sem que este uso tenha efetivamente existido na própria Era Viking.

Atualmente, aceita-se o uso do termo *viking* tal qual difundiu-se a partir do século XIX, ou seja, imbuído de caráter étnico e geográfico⁷. De nossa parte, preferimos nos ater ao significado medieval do termo, em acordo com nossas fontes. Estaremos, portanto, utilizando a palavra *viking* em seu sentido ocupacional, ou seja, apenas situações onde tratamos do exercício da pirataria ou de invasões levadas a cabo por escandinavos, ou em citações de outros autores.

Também será evitado o uso de termos como “daneses” ou “nórdicos”, a não ser em citações das próprias fontes ou em nossa análise das mesmas. Isso porque é notável a dificuldade em verificar a quem as fontes se referiam ao utilizá-los. Há uma tendência a se acreditar que “daneses” seriam os escandinavos originários da atual Dinamarca, e “nórdicos” da atual Noruega; porém, como diversos estudos mostram, a utilização medieval destes termos não os vincula necessariamente a uma origem geográfica ou étnica⁸, tendo os mesmos sido utilizados às vezes de forma aparentemente intercambiável, como veremos adiante.

Deste modo, a fim de evitar confusões, faremos uso do termo genérico “escandinavos”, por possibilitar referências ao conjunto dos invasores, e mais tarde habitantes, da Inglaterra, sem que se corra o risco de usar impropriamente os termos “daneses” ou “nórdicos” em referência aos grupos escandinavos de que tratamos.

2. Da aceitação do cristianismo: conversão *ou* cristianização?

“Cristianização” e “conversão” são dois termos que, de maneira geral, podem ser utilizados de forma intercambiável. No entanto, dis-



tições entre ambos evidenciam possibilidades de uma melhor compreensão dos processos que designam.

Uma perspectiva interessante sobre o assunto é apresentada por Alexandra Sanmark em sua tese *Power and Conversion - a Comparative Study of Christianization in Scandinavia*. Em linhas gerais, a autora opta pelo uso do termo “cristianização” para se referir a um processo coletivo de mudanças e transformações frente à introdução do cristianismo. Neste contexto, Sanmark utiliza o termo “conversão” para se referir às táticas e métodos utilizados por governantes e/ou missionários para atingir a cristianização⁹. Falando de outra forma, concebe-se a “conversão” como o conjunto de fatores envolvidos na aceitação formal do cristianismo por um indivíduo ou por um grupo, e “cristianização” como a consolidação do cristianismo enquanto religião dominante em determinada região ou entre determinado povo. Daí que, ao falarmos em cristianização, levamos em conta fatores como o estabelecimento de estruturas e redes eclesiais na região cristianizada, ou seja, a presença permanente da Igreja, enquanto instituição, na mesma. Nesse sentido, a conversão pode ser tomada como o primeiro passo do processo maior que chamamos de cristianização.

Quanto ao nosso tema, fica aparente que o termo “cristianização” não cabe ser utilizado: não estamos falando de uma região habitada por um povo pagão na qual o cristianismo é introduzido, e sim de um povo pagão que se torna cristão em uma terra estrangeira, onde já temos uma Igreja presente e atuante, estruturada e bem estabelecida. Não falamos, portanto, de um processo de transformação social de um povo como um todo gerado por uma mudança de religião, e sim da aceitação formal do cristianismo por indivíduos ou grupos que se fixam em uma terra habitada por um povo já cristianizado. Nesse sentido, o termo “cristianização” será usado apenas



em referência ao processo de consolidação da Igreja na Inglaterra, em período anterior à Era Viking, do qual falaremos brevemente em algumas secções do presente volume.

Mas, afinal, no que consiste essa aceitação formal, que chamamos aqui de conversão? A resposta para esse pergunta reside na reflexão acerca de características basilares do cristianismo medieval.

Em primeiro lugar, é preciso notar que a moderna noção de religião enquanto prática e doutrina individual era inexistente na Idade Média. Em uma sociedade marcada por relações de comunidade e estruturada a partir de laços de lealdade, não havia espaço para o individualismo. No âmbito religioso, essa ausência de noções e percepções individualistas resulta em uma religião calcada na prática, no culto e no comportamento segundo os dogmas e regras cristãs, ou seja, para um estilo de vida cristão. Havia pouco lugar para introspecção ou para escolhas individuais¹⁰. Pode-se dizer, nas palavras de Sverre Bagge, que o cristianismo medieval era mais associado ao “fazer” do que ao “pensar”:

O culto era muito mais importante no catolicismo medieval do que no cristianismo moderno, tanto católico quanto protestante, e as evidências do período da conversão geralmente enfatizavam o culto e o comportamento mais do que a doutrina. As leis cristãs eram sobre comportamento, jejum, dias santos, enterros, construção de igrejas, etc.¹¹

Por isso a conversão, em seu sentido medieval, não deve ser entendida como resultado de identificação pessoal com a fé cristã; pelo contrário, o termo parece relacionar-se a uma aceitação formal do cristianismo, marcada pelo batismo, e à conseqüente incorporação de um estilo de vida cristão¹².



Falar em conversão na Idade Média, portanto, é praticamente o mesmo que falar em batismo. Dessa forma, o termo “conversão” será aqui utilizado em acordo com seu significado medieval, ou seja, em referência ao ato de batismo ou outros que denotem aceitação formal do cristianismo, como a confirmação ou crisma. Nos referimos assim a um ato de caráter individual, quando algum governante, por exemplo, se converte, ou coletivo, quando um grupo maior de indivíduos o faz.

3. Das elites inglesas: aristocracia *ou* nobreza?

Resta abordar brevemente a questão da aristocracia, classe que identificamos como produtora e receptora dos discursos embutidos em nossas fontes. Especificidades da aristocracia inglesa serão abordadas em outras secções do livro; por hora pretendemos apresentar uma noção geral do que entendemos por aristocracia, identificando quais elementos compõe tal classe.

Uma boa ideia do significado de ‘aristocracia’, no contexto da Alta Idade Média, pode ser obtida a partir da necessária distinção entre tal conceito e o de ‘nobreza’. Aqui buscaremos tanto definir o que consideramos como ‘aristocracia’ quanto justificar nossa escolha por tal termo ao invés de ‘nobreza’.

Segundo Mariel Pérez, a nobreza geralmente é

Concebida como um grupo social definido por um estatuto jurídico particular, transmissível por sangue, como aristocracia guerreira, como classe feudal com poder sobre terras e homens, como estamento caracterizado por certos traços culturais e de comportamento, como elite diversa e dinâmica, de características peculiares segundo a época e a região (...) ¹³



Pérez, invocando Marc Bloch, aponta, portanto, duas condições básicas para que um grupo social seja definido enquanto nobreza: “a posse de um estatuto jurídico próprio que materialize sua superioridade e a perpetuação deste estatuto pela via do sangue”¹⁴. Com efeito, Joseph Morsel nota que estes critérios não se estabelecem no Ocidente antes do século XII e não se impõe antes do século XIII; daí resulta a conclusão de que, na Idade Média, a nobreza aparece como um fenômeno relativamente tardio¹⁵. Como nota Pérez, “(...) nos primeiros tempos feudais a superioridade social não estaria vinculada ao sangue, mas à riqueza, ao poder e ao serviço ao rei”¹⁶.

Em relação ao contexto da Alta Idade Média, Ann Williams observa, de forma semelhante, que

(...) o status era em grande parte uma questão de costume, muito do qual não-escrito (...). A posição social era primeiramente determinada por nascimento, especialmente pela posição do pai, e um filho de aristocratas, homem ou mulher, era *ipso facto* de status aristocrático, mas a definição deste status é uma questão mais complexa, envolvendo riqueza, domínio, e aquela associação peculiarmente medieval conhecida por seu nome alemão como *Königsnehe*, ‘proximidade ao rei’.¹⁷

Percebe-se que, embora o fator da hereditariedade estivesse presente na atribuição de status aristocrático, a definição de tal status não se relaciona à um estatuto jurídico ou à questão sanguínea propriamente dita. Além disso, como apontado acima, na definição de aristocracia operam outros fatores que não estes utilizados como critérios para a definição da nobreza.

A partir destes apontamentos, a definição de aristocracia a ser seguida a partir daqui será aquela estabelecida tanto por Mor-



sel quanto por Williams. Enquanto tal definição é utilizada por esta última autora em referência ao contexto de nossa pesquisa, i.e. o da Inglaterra Anglo-Saxã, optamos por ecoar aqui suas palavras em referência a tal definição para justificar nossa opção. Assim, Segundo Williams,

Dos dois [termos, ‘aristocracia’ e ‘nobreza’], ‘aristocracia’ é o menos específico, e, ao contrário de ‘nobre’, não traz conotações de privilégio legal. No que segue, portanto, ‘nobre’ e ‘nobreza’ serão empregados apenas em citações de outros autores, enquanto ‘aristocrata’ e ‘aristocracia’ irão denotar o que contemporâneos teriam descrito como ‘homens melhores’ (*optimates*) ou ‘homens superiores’ (*próceres*), como distintos dos burgueses, homens livres, camponeses e escravos.¹⁸

4. Dos nomes próprios

Os nomes de diversas figuras históricas aparecem grafados de maneiras diferentes nas diversas fontes que analisaremos. O nome de Olaf Tryggvason, por exemplo, aparece como Anlaf na *Gesta Regum Anglorum*, de William de Malmesbury, e o de Cnut, o Grande, como Canute. O rei escandinavo Guthrum, por sua vez, tem seu nome grafado como Gothrun em tal obra, na qual também é referenciado como Gurmund, e Ivar é chamado de Hingwar. Na *Historia Regum*, atribuída a Simeon de Durham, Alfredo tem seu nome grafado como Elfred, ao invés do mais comum Alfred, e o rei escandinavo Svein é chamado de Suane.

A fim de estipular um parâmetro comum para nossa grafia de tais e outros nomes, manter-nos-emos fiéis à grafia que aparece na



maior parte de nossa bibliografia. Assim, em relação aos nomes escandinavos, escreveremos Olaf, Cnut, Guthrum e Ivar. Evitaremos a tradução da maioria dos nomes ingleses, à exceção daqueles mais familiares ao português, como Alfredo ou Eduardo. Em citações, manteremos as grafias dos nomes tal qual aparecem nas obras originais.

5. Dos capítulos

Este livro será estruturado em quatro capítulos. Nos dois primeiros buscaremos estabelecer um lugar comum teórico e metodológico, a partir do qual desenvolveremos nossa análise, e discutir o contexto histórico no qual se inscrevem as fontes. Nossa análise de fontes propriamente dita se dará no terceiro e quarto capítulos.

No Capítulo I, abordaremos alguns aspectos referentes à produção histórica medieval, apresentando e discutindo conceitos pertinentes. Trataremos dos gêneros históricos da Idade Média, da presença da narratividade em tais obras, de seu local de produção, dos usos do passado pelos autores medievais, da lógica e função sociais do texto e da definição de aristocracia, da qual emanam tais obras. Em relação à aristocracia, abordaremos questões referentes à sua afirmação e (re)produção ideológica/discursiva, evocando e discutindo conceitos como identidade e etnicidade.

Iniciaremos o Capítulo II apresentando o contexto europeu entre os séculos IX e XI, com especial atenção para as relações entre religião e poder, cristianismo e dominação. Em seguida, discutiremos conceitos referentes à aristocracia, identificada como produtora das fontes que analisamos (seja em sua esfera laica ou eclesiástica). Em especial, abordaremos a questão da identidade aristocrática, fator central no que chamamos de reprodução ideológica da aristocracia,



dentro do que os discursos presentes em nossas fontes se inserem. A tais discussões seguem secções expositivas sobre os ingleses, os escandinavos e as relações entre ambos estabelecidas na Inglaterra. Estaremos dispensando especial atenção aos aspectos religiosos deste contexto. Particularmente, debruçar-nos-emos sobre o processo de conversão dos escandinavos na Inglaterra, seus principais aspectos e características.

No terceiro capítulo, desenvolveremos nossa análise das fontes do período anglo-saxão. Primeiramente, apresentaremos nossas fontes e suas principais características. Após, discutiremos a terminologia utilizada em tais escritos em referência aos escandinavos, e posteriormente os usos da religião presentes nas obras. Procuraremos assim estipular semelhanças e diferenças entre as fontes, identificar as relações e influências entre as mesmas e tecer um panorama acerca do significado e da importância com os quais nos são apresentados os aspectos religiosos da relação entre ingleses e escandinavos, conforme nossos objetivos estipulados anteriormente. Alisaremos como a religião - em especial os relatos sobre conversão ao cristianismo - insere-se no processo de construção e reprodução discursiva da identidade aristocrática inglesa, e como tais discursos contribuem para apresentar as relações de dominação no período através de lentes cristãs.

No quarto capítulo, mover-nos-emos para as fontes do século XII. Em grande parte, nossa análise das mesmas seguirá os mesmos moldes e a mesma estrutura daquelas do período anglo-saxão: iniciaremos com uma apresentação e breve discussão das fontes, para então debruçarmo-nos sobre a terminologia utilizada para designar os escandinavos, e por fim abordaremos o discurso religioso no contexto do tratamento da relação entre ingleses e escandinavos. Ao dividir os dois capítulos de análise em semelhantes tópicos, busca-



mos estipular parâmetros de comparação nos quais assentar nossa análise, de modo a fazer sentido no conjunto de nossa pesquisa. Buscaremos também identificar como os autores do século XII, em seu contexto anglo-normando e eminentemente eclesiástico, resgatam a identidade aristocrática do período anglo-saxão, atentando para quais aspectos da mesma buscam destacar em suas narrativas, conforme seus interesses mais imediatos - nisso entram noções acerca da religião e usos da mesma reproduzidos por tais autores ao tratarem do passado.

Tal estrutura busca funcionar no sentido de prover, em um primeiro momento, bases teóricas, metodológicas e conceituais para nossa análise, além de oferecer um contexto histórico no qual a mesma possa ser inserida e do qual possa-se partir para realizá-la.

Espera-se que o leitor encontre no presente volume uma fonte de informações concisa e detalhada, na medida do possível, a respeito da Inglaterra anglo-saxã e da Era Viking como um todo. O objetivo deste livro é, humildemente, contribuir na construção do conhecimento acerca desse fascinante período que chamamos de Idade Média, no qual foram forjadas muitas das bases da sociedade ocidental. Nesse sentido, o entendimento de processos de construção de identidades e das relações entre poder político e religião é, pois, base fundamental para a compreensão do mundo em que vivemos.



Notas de fim

¹ ASC, p. 49-50.

² *Ibid.*

³ SHELDON, Gwendolyn. **The Conversion of the Vikings in Ireland from a Comparative Perspective**. University of Toronto, 2011 p. 50.

⁴ *Ibid.*, p. 709.

⁵ LANGER, Johnni (org.). **Dicionário de História e Cultura da Era Viking**. São Paulo: Hedra, 2017., p. 708.

⁶ *Ibid.*, p. 712.

⁷ *Ibid.*, p. 716-717.

⁸ SHELDON, *Op. Cit.*, p. 9.

⁹ SANMARK, Alexandra. **Power and Conversion - a Comparative Study of Christianization in Scandinavia**. In: *Occasional Papers in Archaeology* 34. Uppsala, 2004, p 14

¹⁰ SANMARK, *Op. Cit.*, p. 32.

¹¹ BAGGE, Sverre. **The Christianization and State Formation in Early Medieval Norway**. In: *Scandinavian Journal of History*, Vol. 30, N° 2, 2005, p. 107-134, p. 122.

¹² SANMARK, *Op. Cit.*

¹³ “Concebida como grupo social definido por un estatuto jurídico particular transmissible por la sangre, como aristocracia guerrera, como clase feudal con poder sobre tierras y hombres, como estamento caracterizado por ciertos rasgos culturales y de comportamiento, como elite diversa y dinámica, de caracteres peculiares según la época y región (...)”. PÉREZ, Mariel. **La aristocracia altomedieval: legados historiográficos y tendencias de investigación**. In: *Medievalista* [online], n° 15, (Janeiro – Junho 2014). Acessado em: 09 de Julho de 2019. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/icem/medievalista/MEDIEVALISTA15/perez1503.html>>. p. 3.

¹⁴ “la posesión de un estatuto jurídico propio que materialice su superioridad y la perpetuación de este estatuto por la vía de la sangre”. PÉREZ, *Op. Cit.*, p. 4.

¹⁵ MORSEL, Joseph. **La Aristocracia Medieval. El dominio social em Occidente (siglos V-XV)**. Universitat de València, 2008, p. 12-13.

¹⁶ “(...) en los primeros tiempos feudales la superioridad social no estaría vinculada a la sangre sino a la riqueza, el poder y el servicio al rey”. PÉREZ, *Op. Cit.*, p. 4.

¹⁷ “(...) status was largely a matter of custom, much of it unwritten. (...) Social standing was primarily determined by birth, specifically the rank of the father, and an aristocrat’s offspring, male and female, were *ipso facto* of aristocratic status, but the definition of that status is a more complex matter, involving wealth, lordship and that peculiarly mediaeval association known by its German name as *Königsnebe*, ‘closeness to the king’. WILLIAMS, Ann. **The World Before Domesday: the English Aristocracy, 900 – 1066**. London & New York: Continuum, 2008, p. 1.

¹⁸ “Of the two, ‘aristocracy’ is the less specific, and, unlike ‘noble’, it bears no connotations of legal privilege. In what follows, therefore, ‘noble’ and ‘nobility’ will be employed only in quotations from other writers, while ‘aristocrat’ and ‘aristocracy’ will denote what contemporaries would have described as ‘better men’ (*optimates*) or ‘chief men’ (*proceres*), as distinguished from burgesses, free men, peasants and slaves.” WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. X.





1

Breves
considerações
conceituais



A produção escrita medieval, em especial para nós aquela que se pretende “histórica”, guarda uma série de particularidades, no que tange suas características, objetivos e contexto de produção e circulação. Neste primeiro capítulo, atentaremos para algumas destas particularidades, a fim de identificar e definir um nicho teórico a partir do qual dar seguimento à nossa análise das fontes. Para o leitor interessado em aspectos mais gerais da produção “historiográfica” medieval, o presente capítulo deverá ser de especial interesse. Aqui delinaremos as bases conceituais que guiarão nossa investigação, definindo, assim, exatamente *o que* estaremos buscando em nossa análise e de que modo daremos conta da mesma.

1. A “historiografia” medieval e seu contexto de produção

Um dos critérios utilizados em nossa escolha de fontes diz respeito ao caráter e tipo de conteúdo presentes nas mesmas: selecionamos aquelas que podem ser enquadradas no gênero histórico, ou seja, cujo conteúdo se restringe a relatos de eventos que supostamente ocorreram em um passado recente ou distante, ou que ocorrem no presente dos autores. Existe, no entanto, um nível considerável de complexidade inerente à essa questão da produção “historiográfi-



ca” na Idade Média. Para começarmos a dar conta, ainda que muito superficialmente, desse assunto, convém nos debruçarmos, em um primeiro momento, sobre os gêneros textuais próprios da “historiografia” medieval e, após, sobre os diversos elementos envolvidos na produção destas obras. Aqui, destacamos a articulação de conceitos como narratividade, discurso e lógica social do texto.

1.1. Anais, Crônicas e Histórias: os gêneros históricos medievais em discussão

De forma geral, as obras de caráter histórico produzidas ao longo do medievo podem ser classificadas em três grandes gêneros: o dos *anais*, o das *crônicas* e o das *historias* ou *gestas*. Conquanto algumas diferenças essenciais entre tais gêneros surgem de maneira mais ou menos explícita aos olhos do historiador moderno – as quais abordaremos a seguir –, pretendemos aqui compreender certas características centrais à produção histórica medieval mais do que estipular distinções demasiado rígidas entre *anais*, *crônicas* e *historias*. Para tal, todavia, convém discutirmos as concepções medievais e modernas de tais gêneros.

Segundo Isidoro de Sevilha (560 – 636), as *historias* eram obras contemporâneas aos feitos que relatavam, cujos autores eram frequentemente testemunhas oculares dos mesmos; já os *anais* tendiam a relatar eventos do passado dos autores, enquanto as *crônicas* eram simplesmente compilações de datas às quais se acoplavam os eventos correspondentes¹. Trata-se, porém, de uma definição que não se manterá ao longo da Idade Média: desde seus primeiros séculos, diversos autores usaram os três termos de forma indistinta, em referência a qualquer obra que relatasse eventos passados², ou seja,



cujo caráter fosse o que podemos chamar de histórico, ou “historiográfico”. Nesse sentido, distinções mais claras entre os três gêneros emergem de classificações modernas. Podemos partir destas classificações, definindo o que se entende por cada um dos três termos, para estabelecer algumas das características primordiais da escrita histórica medieval.

Tratemos primeiro do conceito de *Crônica*. Antonia Gransden, em um artigo de 1990, usa o termo para se referir a obras de caráter histórico cuja estrutura é determinada pela ordem cronológica dos “fatos” descritos³. Gabrielle Spiegel aponta que nas *Crônicas* os próprios eventos formam a estrutura da história, determinando *a priori* a forma da narrativa⁴. Em uma *Crônica*, assim, são apresentados eventos ocorridos ano após ano, sendo cada entrada correspondente ao respectivo ano de que fala. Em tais entradas encontramos relatos de eventos naturais, como tempestades, inundações ou eclipses, além de eventos militares, políticos e religiosos, como grandes batalhas, mortes de bispos e reis, sua genealogia e sucessão⁵.

Trata-se de uma definição que abarca também o gênero dos *Anais*. David N. Dumville nota que todas as *Crônicas* produzidas no mundo insular - isto é, as ilhas britânicas - na Era Viking compartilham a mesma estrutura dos *Anais*⁶, na medida em que em ambos a ordem cronológica ocupa posição central na própria estruturação das obras. Dessa forma, para evitarmos maiores confusões, convém aqui evocarmos a distinção entre *Crônicas* e *anais* estabelecida por Hayden White: enquanto na ordenação cronológica dos eventos encontramos as semelhanças entre estes dois gêneros, é na questão da narratividade presente em tais relatos que o autor situa suas diferenças. Enquanto nos *Anais* os eventos são simplesmente listados, sem que haja noção de enredo, causa ou consequência e, portanto, sem que possuam caráter narrativo, nas *Crônicas* os eventos nos são



apresentados de forma a aspirar a tal narratividade: podemos identificar uma coerência narrativa maior do que nos *Anais*, a partir do momento em que *Crônicas* são organizadas por tópicos ou reinados, e possuem um “centro” narrativo, um “assunto” ou tema central – a vida de um indivíduo, a história de uma cidade, região ou instituição – sobre o qual tratam os registros de cada ano⁷. Há, assim, uma tentativa de se atingir uma forma narrativa, ainda que falha, pois falta à *Crônica* o “encerramento” típico de tal forma. Como nos *Anais*, há um fim, mas não uma conclusão, isto é, um encerramento que atribua “significado” à cadeia de eventos relatada⁸.

Em poucas palavras, pode-se dizer que, enquanto nos *Anais* os fatos são simplesmente listados, nas *Crônicas* eles são, de certa forma, narrados, ainda que não consistam em uma narrativa completa. Nessa mesma lógica, Dumville argumenta que, enquanto os *Anais* são conjuntos de entradas individuais (isto é, para cada ano), a *Crônica* é senão um conjunto de *Anais*⁹. A isso o autor complementa, em acordo com White, que a *Crônica*, uma vez constituída por sucessivos *Anais*, é geralmente reconhecida como uma história sem encerramento¹⁰.

Para além da questão da narratividade, podemos encontrar outras diferenças entre *Crônicas* e *Anais* estabelecidas por historiadores modernos. Na contramão da classificação de Isidoro de Sevilha, visões modernas tendem a vincular o termo *Anais* à relatos contemporâneos, desprovidos de curiosidade histórica bem definida, de maneira a não responderem a um plano preconcebido nem a uma norma pré-estabelecida e sendo compostos em lugares de certo prestígio político ou cultural, como cortes régias, monastérios ou escolas episcopais¹¹. Já as *Crônicas* parecem tratar tanto de eventos passados quanto de eventos presentes, consistindo de conjuntos de *Anais* cujo início remonta a datas de caráter universal, como a própria Criação,



ou de caráter particular, como a cristianização de determinado povo; assim, as *Crônicas* se ocupam de inserir-se em um processo de continuidade histórica, sobre o qual buscam informar o leitor, dentro do que hoje chamaríamos de períodos de grande duração¹².

Mas e as *Historias*? Em que medida elas se diferenciam das *Crônicas*? Para responder, tomemos aqui a seguinte classificação:

(...) se pode identificar as *Historias* com as *gestae* que se referem a uma diocese, uma entidade política, uma dinastia ou uma comunidade sempre que o relato não se inicie, como nas *Crônicas*, nos tempos mais remotos e careça do caráter universal próprio destas.¹³

Reiteramos que tais definições são produtos modernos. Diversos autores medievais nomearam suas obras ambigualmente como *Crônicas* ou *Historias*, sem que tenham conferido quaisquer bases para que possamos estabelecer distinções satisfatórias¹⁴. Dito isso, convém voltarmos nossos olhares para algumas questões centrais da produção histórica na Idade Média, em especial nos âmbitos da narrativa e das concepções de passado do autores medievais.

1.2. Narrativa e história nas obras medievais

Se entendermos as crônicas medievais como fontes narrativas – ainda que, como vimos, narrativas incompletas – convém nos debruçarmos, ainda que brevemente, sobre o conceito de narrativa e sobre o modo como a história é narrada nas crônicas.

Ciro Flamarion Cardoso, em seu livro *Narrativa, Sentido, História*, trata da narrativa como sinônimo de “relato”. O ato de narrar, em poucas palavras, pode ser definido como o de contar uma história. Para o autor,



Uma das maneiras de aproximar-se à noção de relato ou narrativa — uma das mais tradicionais também — é considerá-la como uma forma, entre outras, de comportamento humano: um comportamento mimético (imitativo) e representativo, a serviço da comunicação de mensagens entre seres humanos¹⁵.

Destaca-se aqui o caráter mimético da narrativa. No caso de narrativas “historiográficas”, como se pretendem nossas fontes, esse caráter refere-se ao relato de eventos históricos. Dado que o passado não se apresenta, *per se*, na forma de uma narrativa, o ato de narrar tais eventos torna-se problemático¹⁶. Não se está simplesmente contando as coisas “como elas foram”, mas organizando os eventos de uma maneira particular para que “caibam” na forma narrativa, o que envolve esquemas pré-concebidos, escolhas e expectativas¹⁷. Essa ideia relaciona-se à questão do discurso, que abordaremos mais adiante. Por hora, destaca-se a ideia de narrativa enquanto uma forma de falar sobre eventos¹⁸, no nosso caso, sobre o passado ou mesmo o presente dos autores. Como os escritores medievais, a partir de suas concepções sobre a história e de seus próprios interesses e objetivos, falavam sobre o passado e sobre seu presente, isto é, como construíam sua narrativa histórica?

Se entendemos o ato de narrar eventos históricos como uma construção, o mesmo não faziam os autores medievais. Em suas produções fica evidente uma preocupação, como já apontamos, com a ordenação cronológica, sendo esta determinante para a própria estrutura da obra. Essa preocupação evidencia o privilégio dado pelos autores ao caráter mimético da narrativa, segundo sua própria ideia de representação do passado e sua intenção de prover uma impressão direta, vívida e, na sua concepção, realista do mesmo¹⁹. De forma geral, como nota Spiegel, os autores medievais viam a história como



algo a ser visto e representado, ao invés de analisado e construído; “o que” era mais importante que “como”, e modos de representação eram mais importantes que modos de explicação²⁰.

A falta de preocupação com a explicação, ou seja, com a relação causa/efeito nas narrativas medievais, parece derivar de uma mentalidade segundo a qual compreende-se cada evento como um acontecimento isolado cuja causa é particular, ao ponto de tornar-se inútil explica-lo a partir de qualquer fator que não seja a própria arbitrariedade da vontade humana ou divina²¹. Conforme Orcástegui e Sarsa:

O homem não é, para o historiador medieval, senão uma coleção de manifestações e qualidades unidas umas às outras onde se dilui sua “individualidade”, constituindo um ser descontínuo e incoerente; por esta razão, a sucessão cronológica era a única que permitia organizar o relato histórico sem explicar nem prever nada.²²

A tarefa do historiador, portanto, é concebida como a de um mero “expositor” do passado²³. Na busca pelo que se concebia, na Idade Média, como o passado “verdadeiro” que os autores buscavam narrar ou expor, precisamos nos perguntar o que eles concebiam como sendo “real”. Da oposição entre realidade e ficção na Idade Média, pode-se dizer que não se baseia nos mesmos critérios que embasam a distinção que fazemos atualmente²⁴.

Suzanne Fleischman, em seu artigo *On the Representation of History and Fiction in the Middle Ages*, situa a “verdade” histórica, do ponto de vista medieval, não na autenticidade de fatos e eventos propriamente dita, mas na tradição e na crença coletiva sobre o passado. A história, assim, era qualquer coisa que fizesse parte da concepção que uma comunidade tinha de seu próprio passado, ou



qualquer coisa que pudesse ser aceita como tal²⁵. Em outras palavras, pode-se dizer que os escritores medievais - mesmo ao privilegiarem o caráter mimético de suas narrativas e ao procurarem a “verdade” histórica - tinham em mente não uma busca pelo que “realmente aconteceu”, mas sim pela representação do que era ou poderia ser aceito como verdade dentro da comunidade²⁶. Segundo Orcástegui e Sarsa, “qualquer coisa, por inverossímil que parecesse, podia ser contada por historiadores ou cronistas contanto que, isso sim, não fosse contra a fé e a revelação”²⁷.

Daí que certas ocorrências que, para nós, soam claramente ficcionais, jamais poderiam ter sido deixadas de fora de uma obra que pretendesse ser “historicamente correta”: seria uma falta de compromisso com a “verdade” omitir quaisquer eventos e histórias presentes no nicho “histórico” à disposição do escritor e/ou que fossem amplamente difundidas e aceitas no mundo ao seu redor²⁸.

O que vale destacar aqui é a concepção de “verdade histórica” como algo que emerge da coletividade, da noção de identidade e unidade social em uma comunidade ou sociedade medieval. Essa relação da “verdade histórica” com questões sociais e culturais situa-se no âmago dos usos do passado nas sociedades medievais. Sobre isso, no início de sua introdução ao livro *The Uses of the Past in the Early Middle-Ages*, Mathew Innes afirma:

O passado era uma presença bem real nas sociedades do início da Idade Média. Ele podia providenciar um modelo legitimador para a ordem vigente das coisas, explicando como as coisas deveriam então ser, ou uma imagem de uma ordem ideal, uma Era Dourada contra a qual o presente poderia ser julgado. Dentro de um grupo social, crenças compartilhadas sobre o passado eram uma fonte de identidade²⁹



Isso equivale a dizer, em poucas palavras, que a importância do passado na Alta Idade Média se relacionava a seus usos naquele presente. Nesse sentido, Spiegel nota que a importância da escrita histórica medieval residia, para os agentes políticos da época, não em na recuperação do que “realmente aconteceu”, mas no seu uso como ferramenta de legitimação de seus objetivos políticos e propagandísticos³⁰.

Podemos então estabelecer, de forma geral, duas concepções do passado na Idade Média: 1) o passado enquanto referência para a ordem e funcionamento da sociedade, seja como legitimação da realidade vigente ou como exemplo de uma ordem ideal; 2) o passado enquanto constituinte de uma identidade cultural e/ou unidade social. Destas duas concepções deriva o uso da História, atribuída de autoridade³¹, como ferramenta política.

Estes usos operam no nível do que chamamos de “lógica social”, ou “função social”, do texto, relacionando-se intimamente ao lugar de produção do mesmo. Falaremos sobre estas e outras questões a seguir.

1.3. Contexto e lugar de produção

Para que se realize qualquer análise de fontes históricas é necessário um conhecimento prévio sobre o contexto em que tais fontes foram produzidas. Como afirma Mathew Innes,

Textos devem ser relacionados a seu contexto, e lidos como afirmações coerentes projetadas para ter um efeito em uma audiência contemporânea. Ler um texto requer a reunião do maior número possível de dados sobre o lugar cronológico, geográfico, social e cultural do autor, como uma chave para descobrir o contexto histórico³².



É somente a partir do entendimento deste contexto que se torna possível compreender o próprio conteúdo das fontes e sua relação com o mundo à sua volta. A esta relação chamamos, aqui, de lógica social do texto. Ao contexto, chamamos de lugar de produção.

Evidentemente, este “lugar” não se refere apenas ao espaço físico, nem tão somente à época em que o texto é produzido. Como aponta José D’Assunção Barros,

A época é apenas uma primeira luz geral, por assim dizer, que se espalha pelo texto historicamente produzido por um autor. Para além dela, o autor e seu texto também estão inscritos em uma sociedade, uma instituição, um lugar metodológico, estético, filosófico. Em outras palavras, há grandes linhas que interagem nas condições de sua produção textual e na constituição de seu universo mental³³.

Uma aproximação satisfatória das fontes, portando, deve considerar as especificidades do lugar de produção para além do recorte temporal e geográfico, e deve atentar para os aspectos da construção de um texto que se relacionam a este lugar de produção. Seguindo a lógica de Barros, consideramos que “(...) todo texto, seja qual ele for, tem um *emissor* (aquele que produz o texto), um *objeto* (a mensagem que é transmitida) e um *receptor* (aquele a quem a mensagem se destina)³⁴”. Todos estes fatores, embora não sejam os únicos, compõem o lugar de produção da fonte, que deve ser corretamente identificado pelo historiador ao empreender sua análise.

Das considerações expostas por Barros, convém ainda assinalar uma que se torna especialmente importante para nosso estudo, referente ao conjunto de relações estabelecidas entre um texto e seus antecessores, entre a época de sua produção e épocas anteriores:



(...) nenhum autor escreve um texto a partir do nada. Frequentemente ele trava diálogos com textos anteriores: ou de maneira explícita (...) ou de maneira implícita, por vezes até sem o próprio autor se dar conta disto. Um homem, já se disse, “é muito mais filho de seu tempo do que de seus próprios pais”, e neste sentido está sempre em permanente diálogo com sua época. Mas uma época também está em permanente diálogo com as suas anteriores, e isto também se inscreve no diálogo intertextual de um autor³⁵.

Esta questão é particularmente importante para fontes de caráter “historiográfico”, como o são nossas fontes. Assim como a produção historiográfica atual, também as obras medievais foram construídas a partir de suas próprias fontes. Segundo Orcástegui e Sarsa, os autores medievais se utilizavam de três tipos de fontes: 1) seu próprio testemunho ocular dos fatos; 2) as histórias que ouviram; 3) os escritos que leram, sendo desta forma ordenadas em grau de importância para os escritores medievais³⁶. No caso de nossas fontes, especialmente da *Crônica Anglo-Saxã*, a preferência pelo testemunho ocular fica evidente quando comparamos os tamanhos das entradas mais antigas com os daquelas mais recentes: quanto mais o relato aproxima-se da época da composição da obra – iniciada em fins do século IX -, mais detalhes nos são fornecidos sobre os acontecimentos narrados. As entradas que antes ocupavam, quando muito, algumas linhas tímidas, são substituídas por longos textos que chegam a ocupar páginas.

Todavia, os autores de nossas fontes fizeram também amplo uso de documentação anterior na composição de seus trabalhos. O que lhes carece, como aos demais escritores medievais, é uma crítica das fontes. De acordo com Orcástegui e Sarsa, essa ausência de crítica resulta das próprias intenções daqueles que produziam e/ou



transmitiam relatos históricos: seus fins restringiam-se a agradar o leitor e ilustrar suas relações com o mundo e com o divino, o que não impedia os escritores de sacrificar o que hoje chamaríamos de “verdade”³⁷. Segundo os autores:

Em suma, a fraqueza da crítica medieval não dependia da limitação das fontes e materiais disponíveis, mas foi forçada pelas intenções dos autores que geralmente não buscavam uma descrição científica e precisa dos eventos reais: antes uma descrição exata dos atributos divinos, uma teologia inabalável e baseada na fé e na razão que permite determinar *a priori* o que deveria ter acontecido e o que deveria acontecer no processo histórico. A antítese entre necessidade objetiva e vontade subjetiva levou à negligência da precisão histórica na Idade Média, e às vezes fez com que os historiadores caíssem em uma indocumentada credulidade e aceitação cega das tradições³⁸

Dessa ausência de crítica às fontes resulta que certos escritos medievais acabam por incorporar, quase à exatidão, escritos anteriores que utilizam como base para suas obras. No caso daquelas que analisaremos na presente dissertação, as fontes utilizadas pelos autores medievais atuam enquanto parte do universo que chamamos de “lugar de produção” não só como referências a partir das quais tais autores compõem suas obras, mas como partes integrantes das mesmas.

Conforma-se assim um nicho intelectual que tende a reproduzir-se, conforme obras mais recentes incluem em si mesmas alguns ou vários trechos de obras mais antigas. Posto isso, podemos considerar tal nicho como um dos principais elementos do lugar de produção de nossas fontes. Das relações entre este lugar, as fontes nele produzidas e a sociedade em que se insere, emerge o que chamamos de lógica social do texto, como veremos a seguir.



1.4 Lógica e Função social da escrita “historiográfica” medieval

A agência humana na produção de textos é assinalada por Kim Bervist em seu artigo *Truth and Invention in Medieval Texts: Remarks on the Historiography and Theoretical Frameworks of Conceptions of History and Literature, and Considerations for Future Research*. O autor expõe a concepção de que os textos não devem ser vistos apenas como representações de seu contexto (assinalando o caráter impessoal do termo “representação”, como se os textos fossem apenas reflexos do mundo em que são produzidos), mas como interpretações do mesmo (destacando assim o papel do autor como agente histórico)³⁹.

Questões como esta são aprofundadas por Gabrielle Spiegel em seu livro *The Past as Text*, no qual a autora insiste que a relação do texto com seu lugar de produção não pode ser considerada unilateral. É precisamente essa relação que constitui o que chamamos de lógica social do texto, tema abordado por Spiegel no referido livro, no qual a autora problematiza a visão do texto enquanto reflexo de seu contexto social. Mantendo as considerações acima, acreditamos ser pertinente apresentar algumas das questões levantadas pela autora em relação à lógica social do texto enquanto relação de influência mútua entre o mesmo e o mundo que o produz.

Em uma resposta ao que Spiegel chama de “desafio semiótico” - “*semiotic challenge*”, derivado de uma crença no caráter fundamentalmente linguístico do mundo, que estabelece que a realidade não é imitada, mas sim construída pela própria linguagem⁴⁰ - a autora busca construir o que ela chama de “teoria do meio-termo” (“*Theory of the Middle Ground*”), isto é, uma visão segundo a qual texto e contexto se relacionam de maneira dialética. Trata-se uma teoria que parte do reconhecimento do caráter simplista e insuficiente da visão tradicional da História (esta que define o texto como mero reflexo



do mundo social que o produz), mas que, ao mesmo tempo, nega as posições que definem o mundo, a sociedade e a própria realidade unicamente como derivadas da linguagem – posições estas que, como expõe a autora, acabam por negar a própria História⁴¹. Segundo a teoria do meio-termo, devemos atentar ao fato de que

Todos os textos ocupam determinados espaços sociais, tanto como produtos do mundo social dos autores quanto como agentes textuais em funcionamento nesse mundo, com o qual eles entretêm relações geralmente complexas e contestatórias. Nesse sentido, textos tanto refletem quanto geram realidades sociais, as quais eles podem sustentar, resistir, contestar ou buscar transformar, dependendo do caso⁴²

É com base nessa relação entre texto e contexto que Spiegel defende sua percepção da lógica social do texto. Mais adiante em seu livro, a autora fala que tal expressão “(...) combina a insistência em ver a linguagem como socialmente gerada com uma igual insistência em entender o caráter discursivo de todos os textos como artefatos literários”⁴³. Essa concepção deriva, em grande parte, de um entendimento não somente do texto enquanto intermediário entre o mundo material do passado e o historiador do presente, mas também da própria mediação enquanto constitutiva do objeto de estudo do historiador, já que é só através da mesma que se pode “acessar” o passado⁴⁴.

Evitaremos demasiado aprofundamento nas questões linguísticas e sua complexa relação com a História, amplamente discutida por Spiegel em seu já citado livro. O que é importante salientar aqui, dentre as considerações da autora expostas acima, é a ideia do texto operando segundo a lógica social em que se insere, e que ele mesmo pode construir, reforçar, contestar ou buscar transformar. Essa consciência do papel do texto enquanto gerador da realidade, e não



apenas reflexo da mesma, se torna evidente, ainda, em sua função enquanto mediador entre o passado e o presente, construindo ele próprio, no presente, o passado que é objeto de análise do historiador.

A partir desta breve exposição, podemos direcionar nosso olhar para a função social das obras históricas medievais e sua relação com seu lugar de produção. Paul Zumthor comenta que o uso da escritura, até o ano mil, parece ter estado confinado ao contexto das igrejas e de algumas cortes régias⁴⁵. Não só a produção de obras históricas estava restrita a tais espaços, como também seu público-alvo parece ter sido composto por aqueles que neles viviam, como reis, abades, bispos e demais elites⁴⁶. Sua temática frequentemente girava em torno da realeza, quando não também a própria estrutura das obras se calcava na divisão por reinados⁴⁷. Daí que “toda literatura medieval, fosse um discurso histórico ou literário, era ligada em relações de poder e dominação⁴⁸”.

Começemos, então, por mapear alguns dos motivos que levavam os escritores medievais, situados em seu devido contexto, a produzir suas obras. Antonia Gransden, na primeira parte de seu artigo *The Chronicles of Medieval England and Scotland*, nos apresenta uma discussão acerca destes diversos motivos, situando-os tanto internamente ao universo mental e/ou institucional do(s) autor(es), quanto externamente ao mesmo, relacionados então ao patrocínio ou a encomenda direta de governantes. Interessam-nos aqui, em maior medida, estes últimos, pois são estes que mais diretamente relacionam-se aos usos políticos e sociais da “historiografia” medieval. Como aponta a autora,

A historiografia provia um meio de expressar gratidão e ganhar benefícios. Qualquer trabalho histórico que tocasse nas atividades do patrono era influenciado em favor dele e tendia a refletir seu ponto de vista; o mesmo se aplicava a seus parentes⁴⁹.



Destaca-se aqui é justamente essa tendência das crônicas a exaltar a aristocracia e a realeza, resultante do próprio envolvimento, direto ou indireto, de tais agentes em sua produção. Com efeito, Paul Zumthor elenca a *Crônica Anglo-Saxã* entre um conjunto de obras medievais que “(...) contribuíram para reunir em torno do rei a comunidade de seus fiéis exaltando o passado heroico⁵⁰”.

Como nota Gransden, o efeito propagandístico destas obras do período anglo-saxão esteve restrito ao círculo aristocrático e da corte régia⁵¹. Como um todo na Idade Média, a cultura da escrita parece ter permanecido dentro dos “muros” da aristocracia e da Igreja, como assinalado por Zumthor⁵². Disso decorre que, uma vez analisando o discurso presente nas fontes da Era Viking, devemos ter em mente que o mesmo não teve grande difusão entre a maior parte da população; estamos, portanto, tratando de um discurso produzindo e difundido no contexto da aristocracia letrada e da corte régia inglesa.

O que podemos destacar acerca da função social das crônicas é, assim, seu caráter propagandístico, principalmente ao tratarmos de nossas fontes da Era Viking. Nelas nota-se como padrão o viés pró-realeza e pró-aristocracia, de modo a constituírem um nicho de produção cujos interesses giram em torno de promover as elites e construir ao redor das mesmas uma noção de identidade social. Trataremos mais desta questão na secção seguinte.

Uma vez que estas obras emanam da própria realeza e da própria aristocracia, ou de um contexto eclesiástico ligado às mesmas, tais interesses não surgem como uma surpresa. Discutamos agora o que estaremos entendendo por “aristocracia” no presente volume.



2. A aristocracia alto medieval inglesa

Na Introdução deste livro, apresentamos uma breve definição de “aristocracia” com vistas a justificar nossa preferência por tal termo à “nobreza”. Na presente secção, nos dedicaremos a expor de forma mais precisa e aprofundada a definição de aristocracia, enquanto classe social, que estaremos utilizando em nossa pesquisa. No Capítulo II apresentaremos, de forma complementar, uma discussão acerca das relações entre aristocracia, poder régio e a Igreja, de forma que por hora nos debruçaremos sobre as questões mais teóricas referente ao conceito.

A partir do momento em que compreendemos a aristocracia enquanto classe social dominante no período de que tratamos, e especialmente como produtora, reprodutora e receptora dos discursos que analisamos, torna-se necessário pensar a mesma em suas relações com as demais classes e, principalmente, em termos de sua percepção sobre si mesma, dentro do que inserimos o conceito de “reprodução ideológica”, central para nossa análise.

2.1. Definindo a aristocracia

Morsel propõe uma definição básica de aristocracia que julgamos pertinente e cabível de ser tomada como ponto de partida para a discussão que aqui apresentamos. Segundo o autor, o termo “aristocracia” remete à

(...) dominação social a longo prazo de um grupo restrito de indivíduos ao preço de adaptações vinculadas à evolução social geral, sem que essas adaptações (nem, por outro lado, a renovação genealógica)



pussem jamais em questão o mito da continuidade do grupo. Etimologicamente, aristocracia implica com efeito a noção de governo dos homens por uma minoria considerada (por ela mesma ou por outros) como a dos “melhores”⁵³

Percebe-se que a definição de aristocracia invariavelmente evoca o conceito de dominação social. Considerando a posse de terras como fator essencial para o exercício do poder no medievo, ou seja, como meio a partir do qual se efetiva o domínio social aristocrático, convém em um primeiro momento dos debruçarmos sobre tal assunto. Renato Rodrigues da Silva atenta para uma significativa mudança nesse aspecto em relação ao período romano:

(...) em torno de c.700 o mundo da antiguidade tardia havia irrevogavelmente se tornado um em que as redes de distribuição e conectividade encolheram. Em outras palavras, o “mundo se torna menor”, e o poder local tende a florescer em comparação aos poderes centrais. Um elemento chave de transformação nesse período é a mudança de controle da produção pelas classes governantes. O controle sobre a produção não era mais feito através de conexões e redes de longa distância. A elite da sociedade ainda era formada por grandes proprietários de terras, mas sua capacidade de manejar recursos e trabalho é muito mais local do que durante o Império Romano tardio. A mudança na produção implica uma profunda transformação das relações sociais, assim como nos modos pelos quais as classes sociais (re)produzem a si mesmas.⁵⁴

Apesar de essas mudanças serem mais imediatamente identificáveis na região mediterrânea, o autor aponta que é possível observá-las também no norte da Europa⁵⁵. Estamos tratando, portanto,



de um cenário em que o poder aristocrático se impõe localmente, através de um controle mais direto sobre terras e trabalhadores do que em tempos de poder centralizado. Nesse contexto a questão da posse de terras ganha proeminência, não só como critério para a definição de aristocracia, mas também, conforme apontado por Ann Williams, como critério para diferenciar os diversos estratos aristocráticos: não só a quantidade de terras possuídas determinava a diferença entre *ceorls* (homens livres) e aristocratas, mas também entre aristocratas maiores e menores⁵⁶.

Ao que nos detemos na questão da hierarquização interna da aristocracia, também topamos com outro fator importante para sua definição: a proximidade à realeza. Williams discute essa questão a partir de uma análise do significado original da palavra *theng*, amplamente utilizada em referência à aristocracia inglesa do período anglo-saxão:

A palavra *þegn* originalmente significava “servo” (*minister*, em latim), e nunca perdeu sua conotação de dependência e serviço. Nesse sentido, a distinção era feita entre os *thengs* do rei, que serviam ao rei, e os *thengs médios* (*medeme*), que serviam a outros senhores. A qualificação de “serviço” extrapola a qualificação de “terras”.⁵⁷

Temos assim que, enquanto a posse de terras determina a aristocracia no nível da dominação direta e exercício do poder local sobre a população, a proximidade ao rei, ou, colocado de outra forma, o status do senhor de cada aristocrata (sendo ele o rei ou outro aristocrata)⁵⁸ determina sua posição dentro da hierarquia aristocrática.

Salta-nos aos olhos, portanto, uma classe que se define por seu domínio sobre terras e seu controle da produção, e que estrutura-se a partir de suas relações internas, entre aristocratas menores e maio-



res, e entre estes e a realeza. Parece-nos ser a partir desse domínio e dessas relações que a aristocracia materialmente se mantém, de reforça e reproduz.

Uma vez que tratamos da relação entre aristocracia e poder régio, resta-nos atentar para a concepção, tomada aqui como premissa, de que a realeza constituiu uma parte da aristocracia. Tal concepção advém de uma compreensão da realeza enquanto produto de conflitos internos da aristocracia, algo ressaltado por Silva:

O ponto principal acerca da realeza ser parte da classe dominante é que, como um desenvolvimento da dinâmica histórica da reprodução aristocrática, muitas famílias lutaram para tornar seus membros reis. Em outras palavras, a realeza tornava-se alcançável através dos conflitos internos da classe dominante⁵⁹

Percebamos assim que a realeza emerge da classe dominante enquanto seu mais alto estrato. Essa ressalva é importante para compreendermos nossas fontes como produtos essencialmente aristocráticos, conforme o poder régio vinculado à sua produção insere-se também no que chamamos de aristocracia. Ao menos nesse sentido, a ideia de um discurso pró-realeza não pode, portanto, ser dissociada da ideia de um discurso pró-aristocracia.

Vale aqui mencionar novamente que ao falarmos de aristocracia estamos falando também das elites eclesiásticas. Ainda que a presente secção tenha como aporte teórico autores que tratam mais especificamente da aristocracia leiga, acreditamos ser possível inserir a discussão aqui feita no escopo mais amplo de uma classe dominante diversa e multifacetada, formada tanto por partes seculares quanto religiosas, estas também marcadas por diferenças internas e igualmente heterogêneas.



2.2. Reprodução ideológica aristocrática

Ao tratarmos da aristocracia enquanto classe social dominante, devemos ter em mente os fatores que a definem como tal. Silva discorre sobre os aspectos gerais, objetivos e subjetivos, de uma concepção histórica de classe social:

O entendimento histórico de classes sociais requer trata-las historicamente. Em outras palavras, é necessário pensar em “classes” não como entidades atemporais, mas como fenômeno histórico (re)produzido através do tempo. A realização de uma classe conjuga tanto fatores “objetivos” (como a relação comum com os meios de produção) quanto fatores “subjetivos” (como a “consciência de classe”)⁶⁰

O autor atenta para a necessidade, ao tratar do conceito de classe social, de compreender os fatores objetivos e subjetivos supracitados como partes de uma mesma realidade, operando na mesma de forma conjunta e simultânea⁶¹. Conquanto reconhecemos a necessidade dessa compreensão, faz-se necessário salientar que aqui estaremos dando especial atenção aos fatores subjetivos, que num contexto de produção e reprodução ideológica relacionam-se com a construção de uma “identidade de classe”. Isso porque é precisamente na busca por elementos constituintes dessa identidade que nos engajamos ao longo da nossa análise das fontes, conforme atentaremos para a construção, afirmação, justificação e reprodução discursivas dessa identidade, onde insere-se o discurso religioso que analisaremos e a oposição discursivamente construída entre ingleses e escandinavos. É, portanto, sobre as manifestações discursivas e ideológicas da aristocracia que nos debruçamos no presente volume.

Silva atenta para a produção histórica do período anglo-saxão



enquanto forma de reprodução ideológica da aristocracia. O ponto central da argumentação do autor, que pretendemos aqui evocar, gira em torno de uma construção histórica que converge no sentido de organizar e cristalizar uma experiência aristocrática⁶². Como já esmiuçamos no presente capítulo, a escrita na Idade Média esteve invariavelmente vinculada a relações de dominação, e nesse sentido o passado surge como ferramenta de legitimação e justificação do poder régio e aristocrático. Silva trata do assunto em termos de reprodução ideológica aristocrática, no nível do discurso, no que encaixamos a ideia de construção de uma identidade aristocrática. Segundo o autor,

(...) não há forma natural de organizar o tempo e o conhecimento do passado. Esse é um processo conectado ao senso de pertencimento e a um projeto da (e para a) sociedade. Requer e reproduz experiências e expectativas, presentes e passadas, em uma forma específica de historicidade, conectada a uma classe. (...) Na verdade, o tempo e o passado, experiência e expectativas não são coisas (externas), mas forças que são reconhecidas como significativas e poderosas. São também vinculadas aos poderosos. Nesse caso, esses elementos refletem e ideologicamente reproduzem a classe dominante, a aristocracia.⁶³

Nossas fontes, enquanto produtos invariavelmente aristocráticos, apresentam-se assim organizadas de forma a utilizar o passado como ferramenta na construção da identidade aristocrática e na sua reprodução ideológica.

Finalizamos a presente subsecção com outra citação de Silva, visando frisar e sumarizar de forma objetiva o que foi dito até aqui:

(...) o fazer histórico na sociedade anglo-saxã é uma parte do pilar ideológico da classe dominante. O



mesmo garantia um senso de pertencimento, organizava um ramo muito importante do conhecimento, atribuía sentido ao tempo e organizava-o em diversas camadas (tempo presente, passado recente, futuro, tempo bíblico, tempo heroico, tempo escatológico e tempo teleológico, etc.) (...) No entanto, o ator social responsável, capaz de ação e, portanto, de fazer história, é a aristocracia. Se “a ideologia dominante em determinada sociedade é a ideologia da classe dominante”, não deveria ser surpresa que “a história dominante de uma sociedade é a história da classe dominante”⁶⁴

2.3. Discutindo a identidade aristocrática

Ao que buscam afirmar, justificar e reproduzir ideologicamente, através do discurso, o poder aristocrático, nossas fontes do período anglo-saxão contribuem, como já esmiuçamos, para a criação de uma identidade inglesa, pronunciadamente aristocrática e cristã, no contexto dos conflitos entre ingleses e escandinavos. Trata-se de uma identidade que, segundo Hugh M. Thomas, sobrevive à conquista normanda, entre mudanças e continuidades⁶⁵, estendendo-se até o século XII e sendo observável também nos discursos das fontes do nosso segundo eixo. Ao que tratamos dessa questão, convém aqui discutirmos sucintamente o conceito de identidade. Cabe a ressalva de que, ainda que a penetração dessa identidade em diversos níveis da sociedade inglesa no período anglo-saxão seja considerável⁶⁶, estaremos tratando-a como emanante da aristocracia e restrita à mesma, uma vez que tal é o lugar de produção e circulação primordial de nossas fontes.

Ao escrever sobre conversão ao cristianismo e identidade na Era Viking, Jón Viðar Sigurðson apresenta-nos a seguinte reflexão:



Identidade é basicamente a questão de como os indivíduos percebem a si mesmos em relação a outras pessoas. Não é uma característica fixa: ao invés disso, é formada e reformada através da interação com outras pessoas. A identidade é formada através do contato social entre pessoas e grupos e inclui elementos como parentesco, status social, etnia, gênero e religião. O elemento chave na formação da identidade é a interação (...)⁶⁷

Essa posição insere, portanto, o conceito de identidade no campo das relações estabelecidas entre os grupos humanos. Os fatores que a constituem, assim, derivam invariavelmente, em maior ou menor medida, dessas relações.

Para além da materialidade das mesmas, é no nível da representação (ou do discurso) que se situa a construção ideológica da identidade, na elaboração de narrativas que organizem a experiência humana de modo a conformar e consolidar a identidade de determinado grupo, utilizando-se de recursos da história, da linguagem e da cultura, o que necessariamente envolve a oposição desse grupo ao que é “de fora” ou, em outras palavras, ao “outro”⁶⁸. Quem discorre sobre essas questões é o antropólogo Stuart Hall, do qual convém inserir aqui uma ilustrativa citação:

Precisamente porque identidades são construídas dentro, e não fora, do discurso, nós precisamos entendê-las como produzidas em lugares históricos e institucionais específicos, dentro de formações e práticas discursivas específicas, através de estratégias enunciativas específicas. Além disso, elas emergem no contexto de modalidades de poder específicas, e, portanto, são mais o produto da criação de diferenças e exclusão do que sinal de uma unidade idêntica, naturalmente construída (...)⁶⁹.



Hall é enfático ao tratar da construção da identidade nos termos de uma oposição entre “nós” e “os outros”, ou seja, através de um processo de exclusão. Esse processo é nitidamente observado em nossas fontes, que constantemente (re)produzem e enfatizam, de diversas formas, a oposição entre ingleses e escandinavos. Se levarmos em conta a perspectiva exposta por Hall, de que identidades devem ser compreendidas dentro da construção discursiva, que por sua vez emana, dentre outras coisas, de lugares institucionais e relações de poder específicas, e dado que nosso *corpus* documental emana invariavelmente da aristocracia, é notável que essa identidade inglesa construída pelas fontes seja, essencialmente, uma identidade aristocrática.

Cabe aqui mencionar que um fator comumente evocado nas fontes (em algumas delas o mais enfatizado) na construção da identidade é a etnicidade. Como veremos, designações de cunho étnico perpassam todo nosso *corpus* documental, aparecendo com maior ou menor frequência em uma ou outra fonte. Assim sendo, ao tratarmos da identidade aristocrática concebida em nossas fontes, precisamos necessariamente discutir, ainda que não seja nosso foco no presente trabalho, o conceito de etnicidade.

Como ressaltado por Isabela Albuquerque, concepções de etnicidade que vinculam o conceito à questão biológica já não mais se sustentam atualmente: as discussões em torno do termo têm trazido à tona definições que, como as de identidade, concebem a etnicidade não como um fator imutável, biológico ou dado *a priori*, mas sim como uma construção social que elenca determinadas características e as vincula a um grupo específico:

Embora em seu discurso a etnicidade esteja associada a uma comunidade com traços biológicos em comum (...) um grupo étnico é marcado por uma suposta semelhança, a qual se baseia em elementos sim-



bólicos que o costurem enquanto comunidade. Esses elementos, como são escolhidos pelos seus membros, fazem com que eles transitem por entre as fronteiras, tornando-as mais estreitas ou mais largas, dependendo do contexto, da proposta e do que está em jogo. É perfeitamente possível abrir esses espaços limítrofes para que outras características sejam incluídas para o grupo ou cerceá-las, buscando assim estreitar quem é membro da comunidade. Dessa forma, reforçamos uma vez mais o pressuposto de que a etnicidade não se trata de um fenômeno natural, mas é construída a partir de características eleitas pelos integrantes, consideradas importantes pelo grupo étnico⁷⁰.

Nesse sentido, no que contribui para uma separação entre “nós” e “eles”, a etnicidade pode ganhar proeminência em processos de formação de identidades:

Chama-nos atenção a ideia de que a etnia representa um sentimento de pertença real, expressa pelos integrantes de um dado grupo. A oposição “nós” versus “eles”, presente em qualquer tipo de relação identitária, tendo em vista que se baseia na oposição, também faz parte da forja da concepção de um grupo étnico.⁷¹

A identidade aristocrática é, portanto, uma em torno da qual confluem, de diferentes formas e em diferentes medidas, a depender da fonte, elementos étnicos e religiosos. Costuramos assim os conceitos de identidade e etnicidade aqui abordados com a forma de reprodução ideológica, discursiva, da aristocracia inglesa.



Notas de fim

- ¹ ORCÁSTEGUI, Carmen; SARSA, Esteban. **La historia en la Edad Media – Historiografía e historiadores en Europa Occidental: siglos V – XIII**. Madrid: Catedra, 1991, p. 27.
- ² *Ibid*, p. 27-28.
- ³ GRANSDEN, Antonia. **The Chronicles of Medieval England and Scotland (Part I)**. In: *Journal of Medieval History*, 16:2. Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1990, p. 129-150, p. 130.
- ⁴ SPIEGEL, Gabrielle M. **The Past as Text: The Theory and Practice of Medieval Historiography**. The Johns Hopkins University Press: London, 1997, p. 100.
- ⁵ GRANSDEN, Antonia. **Historical Writing in England I, c. 550 – c.1307**. London and New York: Routledge, 1996, p. 30.
- ⁶ DUMVILLE, David N. **Vikings in Insular Chronicling**. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil. *The Viking World*. London and New York: Routledge, 2008, p. 350 – 368, p. 350.
- ⁷ WHITE, Hayden. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1987, p. 16.
- ⁸ *Ibid*.
- ⁹ DUMVILLE, *Op. Cit.*, p. 350-351.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 351.
- ¹¹ ORCÁSTEGUI; SARSA, *Op. Cit.*, p. 31.
- ¹² ORCÁSTEGUI; SARSA, *Op. Cit.*, p. 32.
- ¹³ “(...) se puden identificar las *Historias* com las gestae que se refieren a una diócesis, una entidad política, una dinastía o una comunidad siempre que el relato no se inicie, como en las *Crónicas*, en los tiempos más remotos y carezca del carácter universal propio de éstas”. *Ibid.*, p. 33.
- ¹⁴ *Ibid*.
- ¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, Sentido e História**. Campinas, SP: Papirus, 1997b., p. 10.
- ¹⁶ *Ibid*, p. 3; FLEISCHMAN, Suzanne. **On the Representation of History and Fiction in the Middle-Ages**. In: *History and Theory*, Vol. 22, No. 3. Wiley, Wesleyan University: 1983, p. 278-310, p. 280.
- ¹⁷ INNES, Matthew. **Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future**. In: HEN, Yitzhak; _____ (eds.). *The Uses of the Past in Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 1-8, p. 5.
- ¹⁸ Como mencionado em WHITE, *Op. Cit.*, p.2.
- ¹⁹ SPIEGEL, *Op. Cit.*, p. 100-101.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 101.
- ²¹ ORCÁSTEGUI; SARSA, *Op. Cit.*, p. 29.
- ²² “El hombre no es, para el historiador medieval, sino una colección de manifestaciones y cualidades unidas unas a otras donde se diluye su <<individualidad>>, constituyendo un ser discontinuo e incoherente; por esta razón, la sucesión cronológica era la única que permitía organizar el relato histórico sin explicar ni prever nada”. *Ibid*.
- ²³ *Ibid.*, p. 38.
- ²⁴ FLEISCHMAN, *Op. Cit.*, p. 280.



²⁵ *Ibid.*, p. 305.

²⁶ BERGQVIST, Kim. **Truth and Invention in Medieval Texts: Remarks on the Historiography and Theoretical Frameworks of Conceptions of History and Literature, and Considerations for Future Research.** In: *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, 2013, Volume 2, Número 2, p. 221-242, p. 238.

²⁷ Culaquier cosa, por inverosímil que pareciese, podía ser contada por los historiadores y cronistas com tal, eso sí, de que no fuera contra la fe y la revelación”. ORCÁSTEGUI; SARSA, *Op. Cit.*, p. 51.

²⁸ SPIEGEL, *Op. Cit.*, p. 102. A autora comenta que o que poderíamos chamar de “crítica histórica” passa a ser perceptível quando, em contato com uma variedade de documentos, registros e/ou testemunhos, o escritor encontrava certa discrepância entre uma fonte e outra, vendo-se assim obrigado a fazer uma escolha “crítica” ou, o que parece ter sido mais comum, a justapor tais visões opostas.

²⁹ “The past was a very real presence in early medieval societies. It might provide a legitimating template for the current order of things, explaining how things were meant to be thus, or an image of an ideal order, a Golden Age against which the present could be judged. Within a social group, shared beliefs about the past were a source of identity (...)” INNES, *Op. Cit.*, p. 1.

³⁰ SPIEGEL, *Op. Cit.*, p. xii-xiii.

³¹ *Ibid.*, p. xii.

³² “Texts are to be related to their context, and read as coherent statements designed to have an effect on a contemporary audience. Reading a text necessitates the assembly of as much data as possible about the author’s chronological, geographical, social and cultural locations as a key to unlock historical context.” INNES, *Op. Cit.*, p. 4.

³³ BARROS, José D’Assunção. **A Fonte Histórica e seu Lugar de Produção.** In: Caderno de Pesquisa Cdhis da Universidade Federal de Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012, p. 407-429, p. 423.

³⁴ *Ibid.*, p. 419.

³⁵ BARROS, *Op. Cit.*, p. 425.

³⁶ ORCÁSTEGUI; SARSA, *Op. Cit.*, p. 44-45.

³⁷ ORCÁSTEGUI; SARSA, *Op. Cit.*, p. 49.

³⁸ “En definitiva la debilidad de la critica medieval no dependía de la limitación de las fuentes y materiales disponibles, sino que venia obligada por las intenciones de los autores que no solían buscar un relato preciso y científico de los hechos reales: antes bien, un relato exacto de los atributos divinos, una teología incommovible establecida sobre la fe y la razón que permitiera determinar a priori lo que debió haber pasado y lo que debía pasar en el proceso histórico. La antítesis entre necesidad objetiva y voluntad subjetiva conllevó en la Edad Media el descuido en la exactitud histórica, e hizo caer a veces a los historiadores en una indocumentada credulidad y en una ciega aceptación de las tradiciones.” *Ibid.*

³⁹ BERGQVIST, *Op. Cit.*, p. 234.

⁴⁰ SPIEGEL, *Op. Cit.*, p. 4.

⁴¹ SPIEGEL, *Op. Cit.*, p. 8.

⁴² “All texts occupy determinate social spaces, both as products of the social world of the authors and as textual agents at work in that world, with which they entertain often complex and contestatory relations. In that sense, texts both mirror and generate social realities, which they may sustain, resist, contest, or seek to transform, depending on the case at hand”. *Ibid.*, p. 24.



⁴³ “(...) combines na insistence on seeing language as socially generated with an equal insistence on understanding the discursive character of all texts as literary artifacts”. *Ibid.*, p. 53.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 49-50.

⁴⁵ ZUMTHOR, Paul. **A letra e a Voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 97.

⁴⁶ ORCÁSTEGUI; SARSA, *Op. Cit.*, p. 24.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 41.

⁴⁸ “All medieval literature, be it historical or literary discourse, was bound up in relations of power and domination”. BERGQVIST, *Op. Cit.*, p. 232.

⁴⁹ “Historiography provided a means of expressing gratitude and currying favour. Any-historical work which touched on the activities of the patron was biased towards him and tended to reflect his viewpoint; the same applied to treatment of his relatives.” *Ibid.*, p. 138.

⁵⁰ ZUMTHOR, *Op. Cit.*, p. 122.

⁵¹ *Ibid.*, p. 372.

⁵² ZUMTHOR, *Op. Cit.*, p. 97.

⁵³ “(...) la *dominación social* a largo plazo de un grupo restringido de individuos al precio de adaptaciones vinculadas a la evolución social general, sin que esas adaptaciones (ni por otra parte la renovación genealógica) pusieran jamás en cuestión el mito de la continuidad del grupo. Etimológicamente, *aristocracia* implica en efecto la noción de gobierno de los hombres por una minoría considerada (por ella misma o por otros) como la de los «mejores».”. MORSEL, *Op. Cit.*, p. 13.

⁵⁴ “(...) by c. 700 the world of late antiquity had changed irrevocably to one that has seen the networks of distribution and connectivity shrink. In other words, the ‘world becomes smaller’, and local power tend to flourish in comparison to central powers. One key elements of the transformation in this period is the change in the control of production by the ruling classes. The control over production was no longer done through long-distance connections and networks. The elite of society was still formed of great landowners, but its capacity to manage resources and labour is much more local than it was during the Late Roman Empire. The change in production implies a deep transformation of social relations, as well as the ways in which the social classes (re)produce themselves.” SILVA, Renato Rodrigues da. **The Aristocracy of Northumbria in the Long Eighth-Century: Production, Circulation, Consumption**. Leicester: University of Leicester, 2016, p. 66.

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 4.

⁵⁷ “The word *þegn* originally meant ‘servant’ (Latin *minister*), and never lost its connotations of dependence and service. In this regard, the distinction was between king’s thegns, who served the king, and median (*medeme*) thegns, who served other lords. The ‘service’ qualification cut across the ‘landed’ qualification”. WILLIAMS, *Op. Cit.* p. 5.

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ “The main point about kingship being part of the ruling class is that as a development of the historical dynamic of aristocratic reproduction, many families struggled for making their own kings. In other words, kingship became achievable through the internal conflicts of the ruling class.” SILVA, *Op. Cit.*, p. 82.

⁶⁰ The historical understanding of social classes requires addressing them historically. In other words, it is necessary think about ‘classes’ not as atemporal entities, but as historical phenomena, that are (re)produced throughout time. The making of a class conjugates both



‘objective’ factors (like a common relationship to the means of production) and the ‘subjective’ factors (like ‘class conscience’). SILVA, *Op. Cit.*, p. 67.

⁶¹ *Ibid.*

⁶² SILVA, *Op. Cit.*, p. 156.

⁶³ “(...)there is no neutral form of organizing time and the knowledge of the past. This is a process connected to the sense of belonging and to a project of (and for) a society. It requires and reproduces experience and expectations, present and past, in a specific form of historicity, connected to a class. (...) Actually, time and the past, experience and expectations are not (external) things, but are forces that are acknowledged as meaningful and powerful. They are also connected to the powerful. In this case, these elements reflect and ideologically reproduce the ruling class, the aristocracy.” *Ibid.*, p. 181.

⁶⁴ “The analysis of the evidence proves that History-making in Anglo-Saxon society is a part of the ideological mortar of the ruling class. It granted sense of belonging, organized a very important branch of knowledge and put a sense in time and organized time itself in several layers (current time, recent past, future, biblical time, heroic time, eschatological and teleological time etc). (...) However, the social actor that is responsible and capable of action and, therefore, of making History is the aristocracy. If ‘the dominant ideology of a determined society is the ideology of the ruling class’ it should not be a surprise that ‘the dominant history of a specific society is the History of the ruling class.’” SILVA, *Op. Cit.*, p. 190.

⁶⁵ THOMAS, Hugh M. **The English and the Normans: Ethnic Hostility, Assimilation and Identity, 1066 – c.1220.** Oxford and New York: Oxford University Press, 2003, p. 20.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 26-27.

⁶⁷ “Identity is basically the question of how individuals perceive themselves in relation to other people. It is not a fixed quality; instead, it is formed and reformed through interaction with other people. Identity is formed through social contact between people and groups and it includes elements such as kinship, social status, ethnicity, gender, and religion. The key element in the formation of identity is interaction.” SIGUÐSON, Jón Viðar. **Conversion and Identity in the Viking Age North: some aftertoughts.** In: GARIPZANOV, Ildar (ed.). *Conversion and Identity in the Viking Age (Medieval Identities: Socio-Cultural Spaces 5).* Turnhout: Brepols, 2014, p. 225-243, p. 237.

⁶⁸ HALL, Stuart. **Introduction: Who needs identity?.** In: _____; DU GAY, Paul (eds.). *Questions of Cultural Identity.* London: SAGE Publications, 1996, p. 1 – 17, p. 4-5.

⁶⁹ “Precisely because identities are constructed within, not outside, discourse, we need to understand them as produced in specific historical and institutional sites within specific discursive formations and practices, by specific enunciative strategies. Moreover, they emerge within the play of specific modalities of power, and thus are more the product of the marking of difference and exclusion, than they are the sign of an identical, naturally-constituted unity (...).” *Ibid.*, p. 4.

⁷⁰ ALBUQUERQUE, Isabelle Dias de. **As relações identitárias entre anglo-saxões e escandinavos: uma comparação do Reino de Wessex com a região da Danelaw (séculos IX-X).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 48-49.

⁷¹ ALBUQUERQUE, *Op. Cit.*, p. 42.




2



s escandinavos,
os ingleses e a Europa
do Alto Medievo



 objetivo do presente capítulo é apresentar resumidamente o contexto político, social e religioso no qual insere-se nossa pesquisa. Em outras palavras, trataremos aqui de nosso recorte espacial e temporal, dispensando especial atenção à Inglaterra pré-conquista e às invasões escandinavas que marcaram a Era Viking. Procuraremos inserir tais temas no contexto geral do alto medievo, articulando-os com o processo de expansão do cristianismo corrente no período e desde épocas anteriores. Ao leitor mais interessado em informações de caráter mais geral sobre Alta Idade Média, o presente capítulo será de especial interesse.

1. A expansão do cristianismo no contexto europeu do alto medievo

Tomemos como ponto de partida para a presente discussão um breve panorama do cristianismo e da Igreja, tal como se desenvolveram na Europa Ocidental, nos séculos em torno do fim do Império Romano do Ocidente. Para tal, em primeiro lugar, convém compreendermos em linhas gerais a atitude romana acerca do cristianismo no período que segue a conversão do imperador Constantino, em 312. Tempos depois, a partir do momento em que o cristianismo se convertia em



religião oficial do Império e em que a Igreja estreitava relações com o poder imperial, delineava-se a percepção de uma religião essencialmente romana, restrita às fronteiras do Império. Nas palavras de Richard Fletcher, “(...) não havia no período a noção de que era dever do mundo romano cristão evangelizar os bárbaros pagãos além de suas fronteiras”¹.

Que essa concepção parece derivar da premissa de uma estreita e desejável ligação entre a Igreja e o Império, Fletcher demonstra a partir da leitura de Eusébio de Cesareia, em cujas obras encontramos, no âmbito teológico, a inserção de Roma no projeto da divina providência para o mundo. A partir dessa premissa, uma vez que cristianismo e Império se correlacionam de modo a formar uma única realidade, temos a ideia de que a fé cristã constitui um elemento essencial e exclusivamente romano². Como nota David Petts, essa acomodação ideológica entre Igreja e Estado, onde as identidades política (romana) e religiosa (cristã) confluem em uma só, fez com que “(...) não houvesse motivação para estender as fronteiras geográficas da cristandade para além dos limites físicos do Império (...)”³. Esse parece, com efeito, ter sido o padrão nos tempos romanos, em que não encontramos indícios de nenhum esforço, por parte da Igreja, no sentido de converter os pagãos⁴.

Uma outra perspectiva, no entanto, mais alinhada com o caráter expansionista que viria a ser incorporado pelo cristianismo medieval, nos é oferecida ainda no contexto do Império Romano: a do cristianismo universal de Agostinho de Hipona. Peter Brown o define como “(...) o primeiro cristão conhecido que pensou consistentemente, e de maneira prática, em termos de tornar a todos cristãos”⁵. Para ele, não havia razão pela qual a fé cristã não deveria ser professada por toda a humanidade:



(...) sem o batismo católico, Agostinho estava convencido, parecia impossível (para mentes humanas, pelo menos) que Deus garantisse o perdão do pecado original que havia feito todos os seres humanos iguais, por estarem igualmente afastados de Deus. Por essa razão, a Igreja tinha que ser verdadeiramente universal. Era o único lugar de repouso, na Terra, no qual uma humanidade gravemente ferida poderia esperar recuperar sua saúde perdida⁶.

Destaca-se aqui a ênfase colocada por Agostinho no papel da Igreja Católica como única instituição capaz de assegurar a salvação. Trata-se de um respaldo, no âmbito teológico, para a universalidade que a Igreja viria a efetivamente buscar nos séculos seguintes, diante das novas condições de uma Europa em que a centralidade do poder romano se dissipava⁷. Passa-se, portanto, ao longo do nebuloso período em torno do fim do Império Romano, da perspectiva ilustrada por Eusébio, com sua exclusividade romana, para aquela expressa por Agostinho, com sua Cidade de Deus universal; mudança essa que se relaciona intimamente ao desaparecimento das linhas cada vez mais tênues que antigamente separavam os romanos de seus vizinhos “bárbaros”. Dagfinn Skre assim sumariza esse processo:

Na Antiguidade, a Igreja era uma instituição “dos e para” os romanos. O trabalho missionário em culturas estrangeiras, como as tribos germânicas, era impensável. O cristianismo era para os civilizados, e os civilizados eram os romanos. Porém quando o Império Romano caiu, e as tribos germânicas invadiram seus territórios, a Igreja precisou se adaptar para condições radicalmente novas, e à heterogeneidade cultural e política.

A dependência da Igreja na cultura romana foi substituída pela convicção de que todos os homens, inde-



pendentemente de sua cultura e estilo de vida, deveriam ser cristãos. Consequentemente, o cristianismo se expandiu para as áreas germânicas, particularmente no período carolíngio.⁸

O surgimento, ao longo da Alta Idade Média, do que chamamos de cristandade, relaciona-se, portanto, ao ímpeto expansionista adquirido pelo cristianismo como resultado da necessidade de adaptação a uma nova conjuntura, na qual o poder centralizado romano, que, a partir do século IV, alinhou-se com a Igreja e passou a ampará-la politicamente, já não mais existia. Conforma-se assim um cristianismo medieval do qual a pretensão à universalidade e a adaptabilidade são características fundamentais. Daí temos que o cenário religioso dos séculos que compreendem o alto medievo foi, de maneira geral, marcado por notável pluralidade, conforme o cristianismo foi paulatinamente penetrando novos territórios e, em certa medida, deixando-se moldar pelos diversos contextos em que passava a se desenvolver e eventualmente se consolidar (ver mapa 1).

Sendo o cenário majoritariamente germânico da Europa Ocidental nosso principal interesse, convém lançarmos um olhar sobre o conteúdo dos “cristianismos germânicos”. Há, em primeiro lugar, que se definir o que tomamos por tal expressão. Encontramos no capítulo escrito por Lesley Abrams para o terceiro volume da série *Cambridge History of Christianity*, que leva no título a expressão, uma definição que julgamos pertinente:

“Cristianismos germânicos”, interpretados geográfica e não etnicamente, será usado aqui para se referir às igrejas e comunidades cristãs que se desenvolveram no mundo de língua germânica, primeiro no contexto dos estados sucessores bárbaros dentro do antigo Império Romano, e depois, graças a forças



políticas e econômicas, e também à atividade missionária, em novas terras bem além da antiga fronteira⁹

Falamos, portanto, de um contexto no qual o cristianismo desenvolveu-se, em um primeiro momento, sob a influência dos ecos do falecido Império. Peter Brown destaca que, em torno do ano 600, o cristianismo havia se desenvolvido em torno do que haviam sido estas “terras centrais imperiais” – o que, para o Ocidente, significavam as terras do antigo Império Romano -, que formavam, segundo o autor, um pano de fundo apropriado à ideia do Reino de Cristo¹⁰. Entretanto, apesar dessa “unidade” no nível ideológico, o que se configurou no mundo de língua germânica foi um cenário plural de ampla diversidade, marcado por influências romanas, bíblicas e irlandesas¹¹. Daí o regionalismo notado por Lesley Abrams como característica fundamental do mundo cristão do período:

(...) cada nova igreja desenvolveu seus próprios aspectos, conforme reis bárbaros se converteram ao cristianismo um por um, e igrejas se organizaram em torno das autoridades políticas de seus reinos. As igrejas nacionais que se desenvolveram nestes séculos consequentemente apresentavam uma distinta regionalidade¹².

Abrams nota que essa heterogeneidade levaria, em tempos subsequentes, à uma urgência por uniformidade, esta que só seria alcançada séculos mais tarde¹³. No que cabe ao alto medievo, essa urgência representa mais uma busca por parte de alguns setores da Igreja do que uma realidade concreta.

Em seções posteriores, atentaremos para as particularidades do cristianismo inglês; por aqui, basta destacar, conforme exposto, o ponto de que estamos lidando com um contexto diverso, não



uniforme, em que a adaptabilidade do cristianismo é condição para sua expansão. Os governantes germânicos que aderiram à fé cristã na Alta Idade Média, pois, despontam como figuras que, cada uma à sua maneira, encontraram nesse cristianismo diverso e plural um meio para atingir certos objetivos.

1.1. O cristianismo medieval e o fortalecimento do poder régio

Temos que o poder atrativo do cristianismo durante seus séculos de expansão deve-se à sua capacidade de adaptar-se à diferentes contextos e à diferentes necessidades dos reis que se convertiam. Peter Brown comenta que, em torno do ano 600, as sociedades organizadas da Europa Ocidental eram todas governadas por reis cristãos, todos tendo em comum, à parte de suas ideologias e pretensões particulares, a ideia de que seus reinos existiam através proteção de Cristo¹⁴. Da relação entre cristianismo e poder régio na Alta Idade Média, e das possibilidades oferecidas pela nova religião aos reis convertidos, é que trata a presente secção.

Em primeiro lugar, é preciso atestar que o cristianismo, em linhas gerais, oferecia um modelo teológico alinhado às pretensões de reis que objetivavam fortalecer e/ou expandir seu poder:

O cristianismo, sendo uma religião monoteísta, estabelecia um ponto absoluto de referência para toda a ordem cósmica, tornando possível uma organização paralela da sociedade. Uma longa experiência de coexistência com o Império Romano centralizado o tornou um sistema perfeitamente apropriado para as necessidades de um Estado centralmente governado¹⁵



Nora Berend, em similar linha argumentativa, atenta para a valorização da figura régia dentro da ideologia cristã medieval:

Governo secular e cristianismo eram interligados de muitas formas depois da conversão do governante, uma conexão que remonta à cristianização do Império Romano. (...) O cristianismo também trouxe legitimidade ideológica, especialmente em sua ênfase na figura do rei. A retórica cristã providenciou um modelo de poder para os reis, criando um contexto político para o cristianismo da antiguidade. Reinos viraram arquétipos de unidade política, e a figura do rei, baseada na Bíblia, conferiu um prestígio que seria impossível através de outros meios.¹⁶

As potencialidades do cristianismo enquanto fortalecedor de um poder régio centralizado nos ficam claras em diversos momentos. Para fins ilustrativos, podemos citar o caso do Reino Franco, em que bispos, desde o reinado de Clóvis, buscavam apresentar modelos ideais de um governo cristão¹⁷; ou, séculos mais tarde, o das conversões escandinavas, especialmente da Noruega, em que cristianização e formação do Estado andaram lado a lado¹⁸. Ao tratar deste último exemplo, Sverre Bagge assim sumariza a relação entre cristianismo e fortalecimento monárquico:

O cristianismo era uma religião unitária, com um culto, um deus e uma organização profissional de culto que imediatamente aboliu a importância religiosa de líderes locais. Embora o rei não fosse necessariamente a “cabeça” dessa organização, ele tinha um controle considerável sobre ela no início da Idade Média, notavelmente em um país onde o cristianismo era uma nova religião. Isso significa que o cristianismo tinha um efeito centralizador, não apenas



pelo caráter de sua organização e sistema de crenças, mas também por ser uma religião nova.¹⁹

Isso significa dizer que o cristianismo se efetivava como uma ferramenta útil aos reis por, principalmente, duas razões: a primeira relativa a seu conteúdo, ou seja, à justificativa teológica que apresentava à monarquia centralizada; e a segunda relativa à possibilidade de fortalecer o poder régio através da utilização, por parte dos reis, do aparato administrativo eclesiástico.

Essa vinculação entre cristianismo e poder régio resulta, em última instância, na formação de um tipo de realeza que justifica sua existência, sua autoridade e sua expansão em termos religiosos. Nas palavras de Julia M. H. Smith, “a intensa simbiose entre questões régias e eclesiásticas era a expressão prática das ideologias do início da Idade Média em termos de governo cristão”²⁰. Em um contexto de amplas diversidade e pluralidade, este parece ser um tópico ao redor do qual confluem as relações entre poder secular e cristianismo em diversas sociedades da Alta Idade Média, que definem de forma geral o próprio caráter dos governos alto medievais e explicam, em partes, o tom geral de diversos discursos que emanam destes governos e/ou de seus entornos aristocráticos, sejam seculares ou eclesiásticos; contextos em que o cristianismo ocupa posição central na articulação, exercício, afirmação e justificação do poder.

2. Reis, aristocratas e a Igreja na Alta Idade Média inglesa

Os povos germânicos que mais tarde seriam agrupados sob o termo “ingleses” – nomeadamente, saxões, anglos e jutos - desembarcaram



em seu novo lar a partir da primeira metade do século V. Achados arqueológicos fornecem evidências da presença de guerreiros germânicos na ilha em torno de 410, com a imigração em grande escala iniciando-se a partir de c.430²¹. Trata-se de um período obscuro: a escassez de fontes documentais torna qualquer estudo mais ou menos amplo sobre os eventos entre a dissolução da autoridade romana e a formação dos primeiros reinos ingleses inevitavelmente marcado por diversas lacunas²². O cenário que emerge no século VII, imediatamente após este misterioso período, é o de uma profusão de reinos grandes e pequenos engalfinhados em contendas políticas e disputas militares ao longo das quais reinos iam e vinham, com o poder raramente permanecendo por muito tempo nas mãos de um governante²³.

O modo como estes reis exerciam seu governo relaciona-se intimamente com essa característica fugaz do poder régio da época. John Blair e Barbara Yorke expõe essa relação em termos semelhantes: segundo os autores, a manutenção e ampliação do poder régio nestes primeiros séculos da Idade Média se dava quase exclusivamente através da guerra, conforme os reis da época, os *bretwaldas*, eram antes de tudo senhores guerreiros: a base para o exercício do poder era a extração de tributos de reis menores, ou sub-reis, por reis maiores, garantida através da presença militar destes últimos, e a lealdade de guerreiros e seguidores era geralmente garantida através de presentes, os quais requeriam conflitos constantes para serem obtidos e então distribuídos²⁴. Para Blair e para Yorke esse sistema dificilmente garantia estabilidade: haveria sempre rivais fazendo alianças e planejando tomar o reino, e uma vez que reis se tornassem, por quaisquer motivos, incapazes de garantir presentes para assegurar a lealdade de seus seguidores, eventualmente perderiam seu poder e seriam derrubados²⁵.



Essa situação só começaria a mudar com a ascensão do cristianismo. A primeira missão evangelizadora enviada aos ingleses chega em 597²⁶, dando início ao processo de expansão e eventual consolidação do cristianismo na ilha na segunda metade do século VII. Faremos aqui dois apontamentos importantes sobre esse processo, buscando esclarecer de que formas o cristianismo contribuiu para o fortalecimento do poder régio nos reinos ingleses.

Em primeiro lugar, temos a questão da posse de terras. A doação de terras como presentes do rei a seus seguidores parece ter sido comum entre os ingleses, embora a prática não envolvesse a alienação permanente destas propriedades:

Com base no que Beda diz em sua *Carta a Egbert*, tais garantias de terras não eram alienações permanentes, mas presentes temporários que duravam pelo tempo de vida de quem os recebia e depois de sua morte voltavam ao rei, embora sem dúvidas uma mesma propriedade poderia ser garantida novamente a um parente ou herdeiro. (...) Membros da nobreza que exerciam papéis administrativos maiores, como *ealdormen* ou outros oficiais régios, recebiam também propriedades em termos similares²⁷

Embora, como aponta Yorke, o conceito de posse permanente de terras não fosse totalmente estranho à aristocracia inglesa da época, as garantias temporárias parecem ter sido uma maneira comum do rei recompensar seus súditos²⁸.

É nesse contexto que novos conceitos acerca da posse de terras chegaram à ilha, notadamente com o advento do cristianismo, conforme terras que passam a ser doadas à Igreja adquirem o caráter de alienação permanente – estas terras ficariam conhecidas como *bookland* (OE *bocland*)²⁹. Renato Rodrigues da Silva assim define o



sistema das *bookland*, doadas à Igreja através de documentos escritos aos quais o autor se refere como diplomas de doação:

Com a introdução dos diplomas de doação (para a fundação de mosteiros), a doação feita pelo rei passou a ser feita em regime perpétuo, e não revogatório (em tese). Este regime de propriedade baseado do documento escrito é chamado de *bookland* (“terras do livro” em tradução livre, no qual o “livro” representa o registro documental escrito). A princípio, as *booklands* parecem ter sido restritas para doações à Igreja. Porém, é bem notório como estes diplomas de doação se transformaram em uma ferramenta importantíssima ao longo do século oitavo. Justamente por esta importância que ela parece estar sendo apropriada por homens leigos.³⁰

Daí o que John Blair chama de “*boom* monástico”³¹, observado a partir da segunda metade século VII e definido por uma proliferação de *minsters* – propriedades e comunidades religiosas inglesas – fundados e patrocinados por reis e aristocratas³². O patrocínio de igrejas controlada por suas famílias ou por eles próprios permitia à essas elites efetivar seu domínio através de um tipo de posse de terra que lhes garantia maior controle sobre tais propriedades. Nas palavras de John Blair:

Esta era, portanto, uma situação em que *minsters*, fundados e controlados por membros das principais famílias, recebiam um fluxo contínuo de doações destas mesmas famílias, justamente no momento em que o advento de concepções estrangeiras de propriedade lhes conferia uma forma de posse de terra extremamente privilegiada e imensamente vantajosa. Parece possível que alguns dos “doadores” estivessem, em certo sentido, dando a terra para si mesmos³³.



A Igreja inglesa que se conforma a partir do século VII é, portanto, profundamente marcada por acentuados interesses régios e aristocráticos. Renato Rodrigues da Silva assim concluí seu artigo, tratando da Nortúmbria do século VIII:

Na Nortúmbria anglo-saxã, a difusão de mosteiros tornou-se um processo efervescente. Contudo, o processo de fundação, regência e sucessão monástica acaba por demonstrar que estes são regidos por membros da aristocracia. Os altos membros do clero têm sua origem na alta aristocracia. Em outras palavras, estes setores tem a mesma origem e acabam sendo ocupados por membros das mesmas famílias; estas famílias, portanto, concentravam formas diferentes de poder. Sagrado e profano, clerical e laico, o poder da Nortúmbria parece estar ancorado na proeminência da aristocracia, e no tanto de recursos que estas posições ofertam, sejam estes recursos materiais, simbólicos, de vínculos familiares ou de naturezas diversas. Sem levar em conta a posição de dominância da aristocracia nesta sociedade, qualquer análise da relação entre os mundos sagrados e profanos parecem parciais³⁴.

Não foi apenas na questão da posse de terra que o cristianismo trouxe benefícios a aristocratas e reis ingleses. Observamos que na Inglaterra alto-medieval, assim como em outros lugares da Europa, conforme vimos na secção anterior do presente capítulo, o cristianismo funcionou como ferramenta de consolidação e fortalecimento do poder régio. Muito disso pode ser observado no próprio processo de conversão dos ingleses.

Lembremos, primeiramente, que no século VII o cenário era de disputas entre uma profusão de reinos ingleses maiores e menores, geralmente em que se observava a absorção dos últimos pelos



primeiros (ver mapa 2). Os maiores dentre estes, alguns dos quais manter-se-iam intactos até a época das invasões *vikings*, eram Kent, Sussex, Wessex, Ânglia Oriental, Essex, Mércia e Nortúmbria³⁵. No contexto de cristianização destes diversos reinos, ao longo de quase cem anos, diversos reis menores viram-se apadrinhados por reis maiores, num processo de estabelecimento de relações de amizade, dependência e/ou submissão dos primeiros para com os últimos. James Campbell assinala que a importância do apadrinhamento reside justamente na possibilidade de prover relações de subordinação e de obrigações mútuas entre as partes³⁶. De maneira semelhante, Barbara Yorke aponta que reis mais poderosos buscavam aumentar sua influência e poder convertendo reis a eles subordinados:

Um rei arranjar a conversão de outro e tornar-se seu padrinho parece ter criado um forte laço entre ambos, análogo, ou mesmo mais forte, que aquele criado pelo casamento de membros de duas casas régias. Reis anglo-saxões estavam completamente cientes de que aceitar a conversão via outra corte régia era equivalente a reconhecer uma inferioridade que ia além do que estava estabelecido pelo mero pagamento de tributo³⁷

Assim, a conversão tornou-se um meio para reis poderosos e já cristãos assegurarem seu domínio sobre seus inimigos e reis subordinados, traduzindo seu poder sob o prisma de uma nova religião adequada a suas ambições expansionistas.

Posse de terras e conversão com fins políticos são, portanto, duas formas pelas quais o cristianismo mostrou-se benéfico ao poder régio; formas estas que se somam àquelas discutidas na secção interior, relacionadas à justificativas teológicas para o poder régio centralizado e utilização de aparato eclesiástico para fins políticos por parte dos reis. A isso podemos acrescentar o aparato legislativo



herdado do Império Romano que a Igreja traz aos reinos ingleses, instituindo novas formas de legitimação de casamentos e novos conceitos de hereditariedade³⁸.

A partir disso, o que podemos dizer sobre os reinos ingleses nos anos imediatamente anteriores ao início da Era Viking é, de maneira geral, que os mesmos se desenvolveram no contexto de uma crescente proximidade entre Igreja, aristocracia e realeza, relação iniciada na época da conversão ao cristianismo e desenvolvida ao longo dos séculos seguintes. Essa relação é profundamente marcada por influências mútuas entre as partes, em que o poder de uma se calca e se justifica no das outras.

É preciso notar que esse tipo de desenvolvimento não é exclusivo dos reinos ingleses: em grande parte, e reservadas as particularidades de cada região, encontramos padrões semelhantes por toda a Europa Ocidental. É importante ressaltarmos isso para que não se compreenda os casos dos reinos ingleses como isolados do contexto maior da Europa alto-medieval, ou como investidos de um grau de exclusividade maior do que se deve atribuir aos mesmos. Para tal, convém debruçarmo-nos sobre as palavras de Barbara Yorke em relação aos paralelos entre os reinos ingleses e o Império Carolíngio, este último uma clara inspiração para os primeiros:

O Renascimento Carolíngio aumentou a apreciação, dentro da Inglaterra, do papel do rei e da Igreja em um estado cristão. Reis anglo-saxões como Offa e Alfredo foram rápidos em perceber as vantagens que Carlos Magno viu em uma Igreja revitalizada, a qual afirmava como o rei se distanciava de seus súditos enquanto representante de Cristo na terra e como a ele eram devidas obediência e lealdade inquestionáveis por parte de seu povo. (...) Em troca das vantagens que a Igreja podia trazer, esses reis ambiciosos esta-



vam preparados para usar seus poderes terrenos para proteger a Igreja e promover princípios cristãos em seus reinos.³⁹

Não é surpresa que reis ingleses tenham se inspirado em modelos carolíngios para pensar a relação que estabeleceram com a Igreja; afinal, as relações entre os reinos ingleses e os francos datam de épocas anteriores à própria conversão dos primeiros. No âmbito religioso dessa relação, convém apontar que é através do casamento com uma princesa franca cristã que o primeiro rei inglês convertido, Æthelberht de Kent, tem seu primeiro contato com o cristianismo – embora tenha sido efetivamente convertido apenas mais tarde, quando da missão de Agostinho em 597, pois, como nota Barbara Yorke, ele provavelmente tinha consciência de que, uma vez convertido por intermédio franco, estaria admitindo a própria submissão⁴⁰, conforme o padrão que discutimos anteriormente.

Não nos demoremos aqui com discussões demasiado aprofundadas sobre as complexas relações e influências entre francos e ingleses; basta mencioná-las para enfatizar o pertencimento dos reinos ingleses ao contexto geral da cristandade europeia. Os desenvolvimentos da relação entre Igreja, realeza e aristocracia que observamos nesses reinos devem muito ao que o cristianismo como um todo veio a se tornar nos séculos da Alta Idade Média, i.e. uma religião profundamente ligada ao poder secular e interligada de diversas maneiras às estruturas políticas das diversas regiões europeias. Nesse contexto, os objetivos e interesses de governantes seculares e eclesiásticos tendem a confundir-se num sistema de influência mútua entre o mundo religioso e o mundo leigo que, em diversos âmbitos, podem ser considerados – e geralmente eram vistos - como um só.



3. Os escandinavos e a Era Viking na Inglaterra (séculos IX – XI)

Tradicionalmente, a Era Viking é estipulada entre 793, quando do ataque à Lindisfarne, na Nortúmbria, e 1066, ano da batalha de Stamford Bridge. É significativo que ambas as ocorrências tenham se dado em território inglês, pois entre períodos de ataques esporádicos, grandes conflitos e mesmo de relativa paz, toda a história dos reinos ingleses e, posteriormente, da Inglaterra, ao longo dos quase trezentos anos entre os dois marcos, foi pontuada pela presença escandinava na ilha. Observemos, a partir de agora, mais detalhadamente este período.

3.1. Os invasores

Quando falamos dos povos da Escandinávia na Alta Idade Média estamos nos referindo a sociedades em muitos aspectos distintas de seus vizinhos europeus cristãos. Para além da religião em si, observamos diferenças importantes em termos de organização social e política, bem como diferenças culturais significativas. Será apenas com a chegada do cristianismo à Escandinávia que veremos mudanças que aproximarão tais sociedades daquelas do resto da Europa ocidental. No que tange a Alta Idade Média, o que temos na Escandinávia, portanto, são povos ainda longe de serem unificados, tão plurais quanto os inúmeros deuses que adoravam e, de forma geral, organizados em torno de uma cultura que valorizava a guerra e o heroísmo (ver mapa 3).

O que sabemos sobre os escandinavos deste período, no entanto, é em grande parte fruto de olhares externos, pois eles próprios



deixaram pouquíssimos registros escritos. À parte do que a arqueologia pode nos mostrar, ficamos restritos a visões contemporâneas cristãs e estrangeiras, ou posteriores quando produzidas na própria Escandinávia. Por hora, iremos nos ater a alguns aspectos gerais que consideramos importantes para nosso tema, chamando especial atenção para a relação entre religião e política.

Politeísta e plural, o sistema de crenças escandinavo não era de forma alguma institucionalizado: não possuía templos, nem clero especializado, sendo profundamente ligado à natureza e à aspectos da vida cotidiana⁴¹; as funções religiosas em uma comunidade eram desempenhadas geralmente pelos líderes políticos, evidenciando a pouca distinção, em quase todos os aspectos, entre o mundo propriamente secular e o mundo religioso⁴²

É possível afirmar que, de certa forma, a organização política escandinava espelhava seu sistema de crenças. Tecendo um paralelo com a adequação entre cristianismo e centralização política, da qual falamos anteriormente no presente capítulo, observamos na Escandinávia politeísta o movimento oposto: um sistema de crenças tão plural quanto aquele ao qual chamamos de paganismo parece reverberar na conformação de um contexto político pulverizado, onde diversos governantes exerciam seu poder sobre territórios dispersos e não unificados. Geralmente, o poder destes reis era concedido, limitado e legitimado por assembleias locais chamadas *thing*, compostas por homens livres e senhores poderosos (chamados *jarls*), que também tinham como função deliberar sobre assuntos da comunidade, promover julgamentos e instituir leis⁴³. Segundo Brondsted, era difícil, praticamente impossível, que um rei tomasse uma decisão que se opusesse à *thing*⁴⁴.

Essa estrutura viria a mudar ao longo do processo de cristianização dos povos escandinavos. Como mencionamos brevemente



neste capítulo, tal processo andou lado a lado com o fortalecimento dos poderes régios da região. Uma vez que a monarquia se consolidava e os reis expandiam seus domínios, o poder das *thing* diminuía. Progressivamente, os reis escandinavos deixaram de ser nomeados pela *thing* e a condição de monarca passou a ser hereditária⁴⁵. Dessa forma, os reinos escandinavos se tornavam cada vez mais semelhantes aos da Europa ocidental cristã.

3.2. As invasões

Os reinos ingleses, na primeira metade do século IX, foram palco de ataques *vikings* cujo objetivo parece ter se limitado ao saque e à pilhagem. A partir de 835, com a invasão de Kent, a *Crônica Anglo-Saxã* registra um aumento na frequência destes ataques, inaugurando “(...) três décadas durante as quais ataques vieram quase anualmente, e que culminaram na chegada de um exército invasor de grande escala”⁴⁶. Ao longo deste período, os acampamentos *vikings* em Thanet, no inverno de 850-851, e em Sheppey, em 855, parecem ter sido momentos chave, pois marcaram uma mudança de estratégia por parte de invasores que, pela primeira vez, deixavam de lado os ataques rápidos para estabelecerem acampamentos semipermanentes⁴⁷. Em 865, o chamado Grande Exército Viking desembarca na ilha, dando início a uma campanha de conquista territorial que resultaria na tomada de York, e com ela a Nortúmbria, em 867, e da Ânglia Oriental, em 869⁴⁸ (ver mapa 4).

Na década de 870 o avanço escandinavo ao sul encontrou forte oposição em Wessex. O rei Æthelred (865 – 871) e seu irmão, Alfredo, infligiram em 871 a primeira grande derrota aos escandinavos, embora não suficiente para parar seu avanço. No mesmo ano Æthelred morre em batalha e é sucedido por Alfredo (871 – 899).



Novas ofensivas escandinavas contra Wessex ocorreram em 875 e 878. Esta última resultou, inicialmente, em derrota inglesa, o que forçou Alfredo a refugiar-se em Athelney, nos pântanos de Somerset, por algumas semanas, antes de conseguir reunir suas forças e organizar uma ofensiva que culminaria na derrota dos exércitos escandinavos na batalha de Edington⁴⁹. Essa batalha resultaria no batismo do rei escandinavo Guthrum e no estabelecimento do Tratado de Wedmore, o qual definiu as fronteiras entre o reino de Alfredo e o que mais tarde seria conhecido como Danelaw; isto é, a parte da Inglaterra anglo-saxã sob domínio escandinavo.

A Batalha de Edington parece ter marcado um ponto de virada na história das invasões e estabelecimento escandinavos na ilha. A década de 880 seria marcada pela organização de defesas contra novas ofensivas, e a década de 890 veria uma nova invasão escandinava ser derrotada⁵⁰.

Os reinados dos descendentes de Alfredo, Eduardo, o Velho (899 – 924), Æthelstan (924 – 939) e Edmundo (939 – 946) seriam marcados pela progressiva retomada das terras sob controle escandinavo e sua anexação a Wessex⁵¹. Novos ataques escandinavos ocorreriam ainda no século X, e York seria governada alternadamente por ingleses e escandinavos até 954, quando da expulsão de Erik Machado Sangrento⁵². Por esta época, já estamos tratando de uma Inglaterra unificada sob a realeza de Wessex.

O século XI viu novas invasões dinamarquesas que culminaram na conquista da Inglaterra por Svein Forkbeard (reinado na Inglaterra de 1013 a 1014) e por seu filho Cnut, o Grande (reinado na Inglaterra de 1016 a 1035). A última invasão *viking* na Inglaterra aconteceria em 1066, sob o rei norueguês Harald Hardrada, derrotado no mesmo ano em Stamford Bridge. Tal ano veria ainda a conquista normanda da Inglaterra por Guilherme, o Conquistador



(reinado na Inglaterra de 1066 a 1087), e marcaria, segundo a periodização tradicional, o fim da Era Viking.

Gwendolyn Sheldon argumenta que, em meados do século X, a população escandinava na Inglaterra estaria já completamente convertida ao cristianismo⁵³. Buscaremos na secção seguinte entender os meios pelos quais essa conversão pode ter ocorrido.

3.3. A conversão dos escandinavos na Inglaterra

O primeiro registro escrito de um rei escandinavo convertido ao cristianismo na Inglaterra Anglo-Saxã é aquele referente ao batismo de Guthrum, no contexto do Tratado de Wedmore, em 878. Dali em diante, a *Crônica Anglo-Saxã* nos apresenta algumas referências à conversão de escandinavos ao cristianismo, como é o caso da esposa de Hæsten, ainda no século IX, e de dois líderes escandinavos chamados Olaf, um em 943 e outro em 991. Esses relatos, geralmente acompanhados de derrotas militares escandinavas, ainda nos são pouco úteis para entender o processo mais geral de conversão ao cristianismo da população escandinava assentada na ilha. Diversos estudos se dedicaram à compreensão deste processo através da análise de fontes não exclusivamente escritas, situadas no campo da arqueologia e da numismática. Aqui buscaremos reunir e expor de forma breve algumas das conclusões tiradas em tais estudos acerca desse processo.

Primeiramente, convém discorrermos acerca das relações dos escandinavos com os cristãos na Inglaterra Anglo-Saxã, tanto em épocas anteriores como posteriores à conversão dos primeiros. Ainda que os males causados pelos escandinavos às comunidades cristãs das terras invadidas sejam inquestionáveis, o estereótipo dos *vikings*



violentos e particularmente agressivos contra igrejas, mosteiros e pessoal eclesiástico nos é desconstruído ao nos debruçarmos sobre algumas relações documentadas entre escandinavos e a Igreja, ainda no século IX.

Provavelmente o mais famoso caso de colaboração entre escandinavos e eclesiásticos ingleses seja o da comunidade de São Cuthbert e de seu apoio ao rei Guthred. A *História de São Cuthbert*, documento cujo único manuscrito sobrevivente data do século XI e que foi provavelmente escrito no século X, inclui a narrativa de como a comunidade dedicada ao santo, após uma aparição do mesmo ao abade Eadred, declara seu apoio ao rei escandinavo Guthred, que os recebe fraternalmente⁵⁴. Para além do conteúdo sobrenatural da história, historiadores a tem interpretando como um exemplo de cooperação entre escandinavos aparentemente pagãos (embora a conversão de Guthred ao cristianismo, como veremos, fique implícita) e uma comunidade eclesiástica inglesa com vistas a um benefício mútuo: enquanto a comunidade busca em Guthred um apoio para seus interesses territoriais, o escandinavo encontra na comunidade a influência necessária à consolidação e expansão de seu poder na Nortúmbria. Essa percepção, exposta por Dawn Hadley, concebe a cooperação entre a comunidade de São Cuthbert e o rei Guthred como um dos meios pelos quais um líder escandinavo e seus seguidores buscam integrar-se à sociedade do norte inglês com vistas a afirmar seu poder na região⁵⁵.

Outro caso em que a religião foi utilizada em favor de uma integração buscada pelos escandinavos à sociedade inglesa é o do Tratado de Wedmore, que tem sido visto como uma tentativa de acomodação entre as sociedades escandinava e inglesa. Nas palavras de Hadley:

O tratado foi um meio pelo qual a coexistência dos escandinavos com as populações nativas foi condu-



zida, embora nós não devamos assumir que tais estratégias de acomodação no nível da lei idealizada e perspectiva afetavam diretamente as vidas da população como um todo, ou que seus termos fossem universalmente aceitos. Ainda assim, o fato de que Guthrum permitiu-se ser apresentado na forma de um rei inglês deve ter desempenhado um papel no estabelecimento de Guthrum e de seus seguidores como fatores permanentes na sociedade da Ânglia Oriental. O tratado apresenta Guthrum como um rei cristão, e como um legislador na tradição cristã e europeia ocidental, e, enquanto as noções de realeza escandinavas devem ter sido bastante diferentes daquelas de Alfredo, toda a evidência recuperável sugere que era assim que Guthrum desejava ser apresentado e conduzir seu reinado.⁵⁶

Hadley apresenta ainda uma série de evidências para a colaboração entre escandinavos e arcebispos de York⁵⁷, que junto com a aliança entre a comunidade de São Cuthbert e o rei Guthred, e o tratado entre Alfredo e Guthrum, corroboram a noção de que os reis escandinavos buscaram adaptar-se ao estilo de governo inglês e integrar-se na sociedade nativa. Nesse contexto, o fator religioso aparece na forma de relações com a Igreja, na cunhagem de moedas com motivos cristãos e na aparentemente rápida conversão ao cristianismo, num cenário em que a absorção dos escandinavos à sociedade inglesa parece ter sido desejada pelos primeiros⁵⁸.

Todavia, à parte de evidências pontuais acerca de governantes, é difícil identificar o processo de conversão no que tange o conjunto da população escandinava assentada. O fato de que nas sociedades pagãs escandinavas os governantes exerciam também o papel de líderes religiosos por vezes serviu como base para a especulação de que, uma vez os governantes tendo se tornado cristãos, o resto da popu-



lação se sentiria inclinada, ou mesmo obrigada, a fazer o mesmo⁵⁹. No entanto, é preciso ter em mente que a escassez de evidências não permite observar os pormenores dessa influência dos líderes sobre seus seguidores.

Algumas formas pelas quais a conversão dos escandinavos na Danelaw pode ter se dado nos são propostos por Lesley Abrams. À parte da conversão diplomática, ou seja, aquela que envolve a conversão de líderes cuja influência pode ter levado seus seguidores a se converterem, podemos discutir modelos que envolvem a própria interação e influências mútuas entre ingleses e escandinavos e possíveis esforços evangelizadores por parte de reis e bispos ingleses.

Em relação às interações entre ingleses e escandinavos que possam ter levado à conversão dos últimos, Abrams comenta:

Claramente, uma consideração da “influência” deve nos levar novamente ao nível pessoal, conforme reside no contato entre indivíduos, em contextos como casamento e relações comerciais. [Essa consideração] representa a conversão largamente como uma experiência passiva – um gradual acordo com o novo. O cristianismo, no entanto, é uma religião institucional e um fenômeno institucional. Não funciona apenas no nível pessoal de crença, convicção e prática privada. Tudo isso (...) existia dentro de uma estrutura maior, e é difícil ver como o cristianismo poderia ter criado raízes entre pagãos *sem* essa estrutura. (...) Batismo, instrução e locais para atender às condições de adoração eram aspectos elementares da vida cristã. Isso significa que padres e igrejas seriam essenciais, e que o cristianismo não poderia estender-se à esfera pessoal da família e da vida em comunidade sem uma existência institucional ao menos nessa forma. A questão sobre a Danelaw, portanto, certamente não é se os escandinavos se misturaram com e fo-



ram influenciados pelos cristãos anglo-saxões, mas se havia padres e igrejas operando que poderiam dar conta das funções necessárias à uma população recém convertida (e seus vizinhos ingleses cristãos). A resposta é claramente sim. Mas a questão importante continua sendo quando (e onde).⁶⁰

Percebemos, portanto, que a questão da interação e influência perpassa o nível estrutural e institucional do cristianismo na Danelaw. Embora não pretendamos aqui discorrer sobre os pormenores do processo de conversão dos escandinavos na Inglaterra Anglo-Saxã (o “quanto” e o “onde”), tal citação de Abrams serve-nos para perceber a existência de condições para que a interação e influência entre os povos envolvidos resultasse, em algum nível, na conversão dos escandinavos.

Quanto à conversão por missão evangelizadora, Abrams comenta não haver registro de tais atividades na Inglaterra “escandinava”⁶¹. Todavia, o estudo de Gwendolyn Sheldon aponta para a atuação de bispos e reis ingleses em terras recém-conquistadas, ao longo do processo de tomada de regiões sob controle escandinavo no século X, no sentido de promoção do cristianismo. Sobre isso, a autora comenta:

O trabalho missionário formal por parte de eclesiásticos ingleses parece ter sido almejado na Ânglia Oriental pelo rei Æthelstan entre 924 e 939, e por Oda, bispo de Ramsbury de c.927 a 941 e arcebispo de Canterbury de 941 a 958. A menos que contemos a consagração contínua dos bispos de York, não há evidência de que qualquer rei de Wessex ou arcebispos de Canterbury tentaram realizar trabalho missionário na Nortúmbria. Isso, no entanto, não é surpreendente, visto que a Nortúmbria permaneceu



sob controle político escandinavo muito mais do que outras partes da Danelaw, uma situação que certamente complicou quaisquer tentativas de enviar padres evangelizadores à tal área.⁶²

O que nos parece central no argumento de Sheldon é que os esforços para promoção do cristianismo por parte dos ingleses dificilmente foram além das terras controladas pelos mesmos; ou seja, o envio de missões a áreas controladas por escandinavos não parece ter sido do interesse inglês.

De forma geral, o que se torna claro para nós é que a conversão dos escandinavos na Danelaw em muito dependeu das estruturas religiosas sobreviventes e/ou atuantes nas diversas regiões. Na Nortúmbria, embora controle político escandinavo pareça ter desencorajado o envio de missionários evangelizadores por parte dos reis ingleses, as estruturas eclesiásticas nunca desapareceram: isso nos é mostrado pela sobrevivência da arquidiocese de York e sua frequente cooperação com líderes escandinavos⁶³. Sheldon argumenta que, embora não haja registro de missões evangelizadoras levadas a cabo pelos arcebispos de York, a mera sobrevivência de estruturas eclesiásticas na região pode ter auxiliado na conversão dos escandinavos⁶⁴.

Isso tudo significa dizer, em resumo, que a conversão dos escandinavos na Danelaw parece ter resultado de um misto de interações e influências entre os dois povos em áreas onde havia estruturas eclesiásticas funcionais. Nesse contexto, destacam-se a atuação de reis ingleses e bispos em áreas conquistadas por Wessex e a influência exercida por governantes escandinavos convertidos sobre seus seguidores.



4. O período anglo-normando: de 1066 ao século XII

A conquista normanda da Inglaterra em 1066 é geralmente vista como marco de uma reorganização profunda da aristocracia inglesa. John Gillingham é enfático ao notar que “(...) em torno de 1086, a aristocracia anglo-saxã já não existia e seu lugar havia sido tomado por uma nova elite normanda”⁶⁵. Sendo a aristocracia inglesa o grupo social mais capaz de mobilizar recursos em uma eventual resistência ao domínio normando, Hugh M. Thomas identifica sua “destruição” sistemática como uma estratégia normanda com vistas a assegurar que tal resistência ou rebelião não acontecesse⁶⁶. Ambigualmente, essa estratégia veio acompanhada, com o passar do tempo, de uma tolerância normanda para com os poucos aristocratas ingleses sobreviventes, também com vistas a evitar rebelião e resistência destes poucos e auxiliando num processo de assimilação étnica⁶⁷.

Algo de semelhante aconteceu também na esfera eclesiástica, com a substituição de ingleses por normandos nos altos cargos do clero, ainda que tenha havido permanência em considerável escala de ingleses em cargos baixos e médios. Segundo Thomas, essa permanência tornou possível a manutenção de certo poder e influência ingleses dentro da Igreja, o que parece ter sido significativo nos âmbitos das relações e identidades étnicas⁶⁸. Com efeito, o autor considera a Igreja, em diversos níveis, como um dos principais meios pelos quais a identidade inglesa sobreviveu à conquista normanda⁶⁹.

Parte do crédito por essa sobrevivência pode ser atribuído a autores eclesiásticos que se debruçaram sobre a história inglesa em seus trabalhos. Inseridos num contexto de disputas entre discursos pró-normandos e pró-ingleses, alguns destes autores, como Henry de Huntingdon e William de Malmesbury, destacam-se por posições ambivalentes na querela discursiva anglo-normanda⁷⁰. Discorrere-



mos mais sobre tais autores no Capítulo IV; por hora, basta enfatizarmos a posição de Igreja enquanto veículo pelo qual a identidade inglesa pôde sobreviver em um contexto de supressão do poder inglês nos níveis aristocrático e eclesiástico.

No âmbito religioso, o século XII também se destaca por ter sido palco de um afastamento considerável das esferas eclesiástica e leiga. Em contraste com o cenário de proximidade e fortalecimento mútuo entre Igreja e poder secular que observamos no período anterior, o do século XII nos apresenta uma Igreja que busca emancipar-se da influência secular e fortalecer sua hierarquia, no clima das reformas na lei canônica pelas quais a Igreja ocidental passava desde meados do século anterior⁷¹. Como comenta John Gillingham ao tratar da questão das investiduras na Inglaterra, “A Igreja não podia mais tolerar a velha ideia de que reis ungidos eram os sagrados representantes de Deus”⁷².

R. W. Southern nos apresenta esse afastamento entre as esferas eclesiástica e leiga como parte de um processo geral de “expansão” ocorrido na Europa Ocidental a partir de meados do século XI. Segundo o autor, as novas condições sociais resultantes dessa expansão – interna no nível de um aumento populacional e de um refinamento nas estruturas administrativas, externa no nível da conquista territorial e ampliação do comércio – tornaram necessárias mudanças capazes de responder às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa⁷³:

Em primeiro lugar, a área da vida diretamente controlada por um apelo ao poder sobrenatural foi lenta e inexoravelmente reduzida. Como consequência, novos métodos e novos esforços em aumentar a área de inteligibilidade no mundo são as características mais proeminentes da nova era. Esses dois movi-



mentos complementares têm muitos aspectos. O governante secular perdeu seus atributos sobrenaturais. A hierarquia clerical afirmou sua reivindicação de ser o único canal de autoridade sobrenatural. Ambas hierarquias, secular e espiritual, tornando-se mais claramente distintas em suas funções, desenvolveram novas técnicas de governo e um novo nível de especialidade.⁷⁴

O contexto que se conforma a partir destes desenvolvimentos é, portanto, um em que a velha ideia de uma realeza sagrada não mais se sustenta. Southern avalia que o esvanecimento dessa ideia resulta da incapacidade da antiga ritualística envolvida na compreensão do rei como “representante de Deus” de resolver problemas inerentes à complexificação sofrida pela sociedade europeia ocidental da época⁷⁵. Como resultado, temos uma maior afirmação da hierarquia eclesiástica e a conformação de um “Estado” mais propriamente secular, o que por sua vez resulta, no curto prazo, em uma situação na qual a autoridade da Igreja eleva-se acima daquela dos governantes⁷⁶, ou ao menos intenciona fazê-lo.

Mais importante do que analisar as nuances desse processo na Inglaterra do século XII, é para nós a compreensão de um contexto no qual o compromisso dos eclesiásticos para com a aristocracia leiga e com o poder régio vê-se diluído. Isso, somado ao contexto já mencionado de disputas discursivas entre ingleses e normandos, corrobora para a produção de discursos menos inclinados a um favoritismo pró-inglês absoluto, como eram os discursos do período anglo-saxão. No Capítulo IV, veremos como isso se dá no nível do tratamento dispensado pelos autores do século XII aos ingleses e escandinavos em sua “cobertura” dos eventos da Era Viking.



Notas de fim

¹ “(...) there was at that period no sense that it was the duty of the Romano-Christian world to evangelize pagan barbarians beyond its borders”. FLETCHER, Richard. **The Conversion of Europe – From Paganism to Christianity (371 – 1386 AD)**. Harper Press, 1997, p. 30.

² FLETCHER, *Op. Cit.*, p. 29-30.

³ “(...) was no drive to extend the geographic boundary of Christendom beyond the physical limits of the Empire (...)”. PETTS, David. **Pagan and Christian: Religious change in early medieval Europe**. London: Bristol Classical Press, 2011, p. 19.

⁴ Fletcher assinala que, no que tange ao período romano, não conhecemos exemplos de “(...) sequer um homem que tenha sido apontado bispo com a tarefa específica de ir além da fronteira, para uma região inteiramente pagã, para converter os bárbaros que lá viviam” (“(...) not a single example is known of a man who was appointed bishop with the specific task of going beyond the frontier to a wholly pagan region in order to convert the barbarians living there”. FLETCHER, *Op. Cit.*, p. 30.

⁵ BROWN, Peter. **The rise of Western Christendom: triumph and diversity, A.D. 200 – 1000**. 10th Anniversary rev. ed.. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013, p. 91.

⁶ “(...) without Catholic baptism, Augustine was convinced, it seemed impossible (to human minds, at least) that God would grant forgiveness of the original sin which had made all human beings equal because equally estranged from God. For this reason, the Church had to be truly universal. It was the only resting place, on earth, in which a sorely wounded humanity could hope to recover its lost health”. *Ibid.*

⁷ *Ibid.*, p. 92.

⁸ “In Antiquity, the Church was an institution “of and for” the Romans. Missionary work in an alien culture such as the Germanic tribes was unthinkable. Christianity was for the civilized, and the civilized were the Romans. But when the Roman Empire collapsed, and Germanic tribes invaded its territories, the Church had to adapt to radically new conditions, and to cultural and political heterogeneity.

The dependence of the Church on Roman culture was replaced by the conviction that all men, regardless of their culture and way of life, should be Christian. Consequently, Christendom expanded to include the Germanic areas, particularly in the Carolingian period”. SKRE, Dagfinn. **Missionary Activity in Early Medieval Norway. Strategy, Organization and the Course of Events**, In: *Scandinavian Journal of History*, nº 23, 1998, p.1-19, p. 4.

⁹ “Germanic Christianities’ interpreted geographically not ethnically, will be taken here to relate to the churches and Christian communities that developed in the Germanic speaking world, first in the context of the barbarian successor-states within the old Roman Empire, and then, thanks to political and economic forces, as well as missionary activity, in new lands well beyond the old frontier”. ABRAMS, In: NOBLE, Thomas F. X.; SMITH, Julia M. H. (eds). **The Cambridge History of Christianity. Vol. 3: Early Medieval Christianities, c. 600 – c.1100**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 107.

¹⁰ BROWN, In: NOBLE; SMITH, *Op. Cit.*, p. 6.

¹¹ ABRAMS, *Op. Cit.*

¹² “(...) each new church developed its own aspect, as barbarian kings converted to Christianity one by one, and churches organized themselves around the political authorities of their kingdoms. The national churches that developed in these centuries consequently displayed distinctive regionality”. ABRAMS, *Op. Cit.*, p. 109.



¹³ *Ibid.*

¹⁴ BROWN, *Op. Cit.*, p. 7-8.

¹⁵ “Christianity, as a **monotheistic** religion, established one absolute point of reference for the whole cosmic order, making possible a parallel organization of society. A long experience of coexistence with the centralised Roman Empire turned it into a system that was perfectly fitted for the needs of a centrally ruled state” URBANCZYK, In: CARVER, Martin (ed). **The cross goes north: process of conversion in northern Europe, AD 300-1300**. York: York Medieval Press, 2003, p. 22, grifos do autor.

¹⁶ “Secular rule and Christianity were interlinked in many ways after the ruler’s conversion, a connection that goes back to the Christianization of the Roman Empire. (...) Christianity also brought ideological legitimacy, especially in its emphasis on kingship. Christian rhetoric provided a model of power for kings, creating a political context for Christianity from Late Antiquity. Kingdoms became the archetype of political unit, and kingship, drawing on the Bible, conferred prestige which was unavailable through other means”. BEREND, Nora. **The Christianization and Rise of the Christian Monarchy - Scandinavia, Central Europe and Rus’ c. 900—1200**. Cambridge University Press. 2007, p. 15.

¹⁷ SILVA, Marcelo Cândido da. **A realza cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V – VIII)**. São Paulo: Alameda, 2008., p. 175.

¹⁸ BAGGE, 2005, p. 107-134, p. 129.

¹⁹ “(...) Christianity was a unitary religion, with one cult, one God and a professional cult organization which immediately abolished the religious importance of local chieftains. Although the king was not necessarily the head of this organization, he had considerable control over it in the early Middle Ages, notably in a country where Christianity was a new religion. This means that Christianity had a centralizing effect, not only because of the character of its organization and belief system but also in being a new religion”. *Ibid.*, p. 115.

²⁰ “The intense symbiosis of royal and ecclesiastical affairs was the practical expression of the early medieval ideologies of Christian rulership.” SMITH, Julia M. H.. **Kingship and Christianity**. In: _____. *Europe After Rome: A New Cultural History (500 – 100)*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 217-252, p. 243.

²¹ BLAIR, In: MORGAN, Kenneth O. (ed.). **The Oxford History of Britain**. Revised Edition. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 61.

²² ALBUQUERQUE, *Op. Cit.*, p. 101.

²³ *Ibid.*, p. 69-72; YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England**. London and New York: Routledge, 2003, p. 157-159.

²⁴ BLAIR, *Op. Cit.*, p. 72; YORKE, *Op. Cit.*, p. 158-159.

²⁵ BLAIR, *Op. Cit.*; YORKE, *Op. Cit.*

²⁶ Essa data refere-se à missão de Agostinho entre os ingleses, que resultou na conversão do rei Æthelberht, de Kent. É necessário fazer a ressalva de que existem evidências de uma penetração dos cristianismo entre os ingleses anterior à 597, que remetem às interações entre bretões cristãos e ingleses. James Campbell aponta que, à época de Beda (c.673 – 735), muitos cristãos na Inglaterra deviam sua fé a tradições da Igreja bretã, assinalando uma relativa continuidade do cristianismo na ilha desde a época romana; algo como um “proto-cristianismo” anterior ao reestabelecimento de uma Igreja oficial, num contexto em que cristianismo e Igreja não eram inteiramente desconhecidos e em que indivíduos cristãos e conversões pontuais possam ter sido presentes (CAMPBELL, James. **Observations on the Conversion**



of England. In: _____. *Essays in Anglo-Saxon History*. London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1986, p. 69 – 84, p. 72). Todavia, não sendo nossa intenção no presente trabalho aprofundarmo-nos na questão da conversão dos ingleses, manter-nos-emos dentro dos limites do que podemos considerar o período de cristianização oficial dos reinos ingleses, i.e. pós-597.

²⁷ “On the basis of what Bede has to say in his *Letter to Egbert*, such gifts of land were not permanent alienations, but temporary gifts which lasted for the lifetime of the recipient and after his death would return to the king, though no doubt the same estate could be granted out again to a kinsman or heir. (...) Those members of the nobility who went on to play major administrative roles as ealdormen or other royal officials would receive further gifts of estates on similar terms.” YORKE, *Op. Cit.*, p. 163.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*

³⁰ SILVA, Renato Rodrigues da. **As relações entre as esferas laicas e eclesíásticas na aristocracia da Nortúmbria no século VIII**. In: *História Revista*, v.24, n.1. Goiânia, 2019, p. 168 – 183., p. 181.

³¹ BLAIR, John. **The Church in Anglo-Saxon Society**. New York: Oxford University Press Inc., 2005.

³² WRIGHT, Duncan W. **The Church and the Land: Settlement, Economy and Power in Early Medieval England**. In: SÁNCHEZ-PARDO, José C.; SHAPLAND, Michael G.; (eds). *Churches and Social Power in Early Medieval Europe: Integrating Archaeological and Historical Approaches*. Turnhout: Brepols, 2015, p. 367–386, p. 371; YORKE, *Op. Cit.*, p.174.

³³ “This then was a situation in which minsters, founded and controlled by members of leading kindreds, received a sustained flow of endowments from those same kindreds at just the point when the advent of foreign conceptions of property gave them a privileged and immensely advantageous form of landtenure. It does seem possible that some of the ‘donors’ were, in a sense, giving the land to themselves”. BLAIR, *Op. Cit.*, p. 90.

³⁴ SILVA, *Op. Cit.*, p. 182.

³⁵ BLAIR, In: MORGAN, 2010, p. 69.

³⁶ CAMPBELL, James. **Observations on the Conversion of England**. In: _____. *Essays in Anglo-Saxon History*. London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1986, p. 69 – 84, p. 75.

³⁷ “For one king to arrange for the conversion of another and to stand as his godfather seems to have created a strong bond between them, analogous, or even stronger, to that created by intermarriage of the two royal houses.²³ Anglo-Saxon kings were certainly fully aware that to accept conversion via another royal court was tantamount to acknowledging an inferiority that went beyond what was established by the mere payment of tribute”. YORKE, *Op. Cit.*, p. 160.

³⁸ *Ibid.*, p. 169.

³⁹ “The Carolingian Renaissance heightened appreciation within England of the role of king and church in a Christian state. Anglo-Saxon kings like Offa and Alfred were quick to perceive the advantages which Charlemagne had seen in a revived church which stressed how the king was set apart from his subjects as Christ’s representative on earth and owed unquestioning loyalty and obedience by his people. (...) In exchange for the advantages the church could bring, these ambitious kings were prepared to use their earthly powers



to protect the church and promote Christian principles in their kingdoms.” YORKE, *Op. Cit.*, p. 176.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 173.

⁴¹ BAGGE, *Op. Cit.*, p. 118

⁴² SANMARK, *Op. Cit.*, p. 40.

⁴³ BRONSTED, Johannes. **Os Vikings: história de uma fascinante civilização**. Reedição. São Paulo: Editora Hemus, 2004, p. 224.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 223.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ “(...) three decades in which attacks came almost yearly, and which ended with the arrival of a full-scale invading army”. BLAIR, In: MORGAN, 2010, p. 91.

⁴⁷ SHELDON, 2011, p. 11.

⁴⁸ BLAIR, *Op. Cit.*, p. 92.

⁴⁹ KEYNES, Simon. **The Vikings in England, c.790 – 1016**. In: SAWYER, Peter (ed.). *The Oxford Illustrated History of the Vikings*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1997, p.48-82, p. 56-57.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 57-59.

⁵¹ BLAIR, *Op. Cit.*, p. 97.

⁵² KEYNES, *Op. Cit.*, p. 70-71.

⁵³ SHELDON, *Op. Cit.*, p. 50.

⁵⁴ HADLEY, D. M. **The Vikings in England: Settlement, Society and Culture**. Manchester: Manchester University Press, 2006, p. 38.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 40-41.

⁵⁶ “The treaty was one means by which the co-existence of the Scandinavians and the indigenous populations were managed, although we should not assume that such strategies of accommodation at the level of the idealised, perspective law directly affected the lives of the wider population, or that its terms were universally accepted. Nonetheless, the fact that Guthrum allowed himself to be presented in the guise of an English king must have played a part in establishing Guthrum and his followers as permanent features in the society of East Anglia. The treaty presents Guthrum as a Christian king, and as a legislator in the Christian, western European tradition, and, while Scandinavian notions of kingship may have been rather different from those of Alfred, all the recoverable evidence suggests that this is how Guthrum wished to present himself and conduct his kingship.” HADLEY, *Op. Cit.*, p. 33.

⁵⁷ HADLEY, *Op. Cit.*, p. 44-54.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 70.

⁵⁹ SANMARK, 2004, p. 84.

⁶⁰ “Clearly, a consideration of ‘influence’ must bring us back to the personal level, as it rests on contact between individuals, in contexts such as marriage and commercial dealings. It represents conversion largely as a passive experience—a gradual coming-to-terms with the new. Christianity, however, is an institutional religion and an institutional phenomenon. It does not function solely on the personal level of belief and conviction and private practice. All of that (...) existed within a larger structure, and it is difficult to see how Christianity could take root among pagans *without* that structure (...) Baptism, instruction, and a place to go to fulfill the conditions of worship were elementary aspects of Christian living. This means that priests and churches would be essential, and that Christianity could not extend



itself into the personal sphere of family and community life without an institutional existence in at least this form. The question for the Danelaw, therefore, is surely not whether Scandinavians mingled with and were influenced by Anglo-Saxon Christians, but whether there were priests and churches in operation that could carry out the necessary functions for a newly Christian population (and their English Christian neighbours). The answer is clearly yes. But the important question remains when (and where).” ABRAMS, Lesley. **Conversion and Assimilation**. In: HADLEY, D; RICHARDS, J. *Cultures in Contact: Scandinavian Settlement in England in the Ninth and Tenth Centuries*. Turnhout: Brepols, 2000, p. 135 – 154, p. 139.

⁶¹ *Ibid.*, p. 138.

⁶² “Formal missionary work by English churchmen seems to have been pursued in East Anglia by King Æthelstan between 924 and 939 and by Oda, bishop of Ramsbury from c. 927 to 941 and archbishop of Canterbury from 941 to 958. Unless we count the continuing consecration of archbishops of York, there is no evidence that any of the Wessex kings or archbishops of Canterbury attempted to do missionary work in Northumbria. This is not surprising, however, as Northumbria remained under Scandinavian political control much longer than other parts of the Danelaw, a situation that surely complicated any attempts to send evangelizing priests into the area.” SHELDON, 2011, p. 62.

⁶³ *Ibid.*, p. 63.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ “(...) by 1086 the Anglo-Saxon aristocracy was no more and its place had been taken by a new Norman elite”. GILLINGHAM, John. **3. The Early Middle Ages**. In: MORGAN, *Op. Cit.*, p. 120-191, p. 121.

⁶⁶ THOMAS, Hugh M. **The English and the Normans: Ethnic Hostility, Assimilation and Identity, 1066 – c.1220**. Oxford and New York: Oxford University Press, 2003, p. 106.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 106-7.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 202.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 200-201.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 242-243

⁷¹ CHIBNALL, Marjorie. **Anglo-Norman England, 1066 – 1166**. Oxford and New York: Basil Blackwell, 1987, p. 192.

⁷² “The Church could no longer tolerate the old idea that anointed kings were sacred deputies of God.” GILLINGHAM, *Op. Cit.*, p. 134.

⁷³ SOUTHERN, R. W. **The Divisions of Time**. In: _____. *Western Society and the Church in the Middle Ages*. London: Penguin Books, 1990, p. 24-52, p. 34-35.

⁷⁴ “In the first place, the area of life directly controlled by an appeal to supernatural power was slowly and inexorably reduced. As corollary of this, new methods and new efforts to enlarge the area of intelligibility in the world are the most prominent features of the new age. These two complementary movements have many aspects. The secular ruler lost his supernatural attributes. The clerical hierarchy asserted its claim to be the sole channel of supernatural authority. Both secular and spiritual hierarchies, becoming more clearly distinct in their offices, developed new techniques of government and a new range of expertise.” *Ibid.*, p. 36.

⁷⁵ SOUTHERN, *Op. Cit.*, p. 36-37.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 37.





aganismo,
Cristianismo e
conversão nas
obras do período
anglo-saxão



O período entre final do século IX e meados do século X na Inglaterra é um no qual o processo de conquista das terras sob domínio escandinavo pelos reis de Wessex se inicia, se desenvolve e conclui-se. É nesta época que a corte de Wessex torna-se paulatinamente a corte da Inglaterra, num processo de unificação assentado no avanço ao norte do poder real de Wessex a partir da conquista territorial e da expulsão de líderes escandinavos da Danelaw.

Isso significa dizer, em outras palavras, que a unificação da Inglaterra se assenta em grande parte sobre o conflito entre ingleses e escandinavos. Não é de se admirar que as obras produzidas neste contexto, portanto, apresentem um pronunciado tom anglófilo e anti-escandinavo, trazendo a oposição entre os dois povos como parte central da narrativa que buscam construir. É precisamente sobre esse pilar que a própria estrutura destas obras se constitui, ao menos em sua parcela que cobre o período em questão. Desta oposição entre ingleses e escandinavos emana, entre outras coisas, boa parte do discurso religioso reproduzido pelos autores da época.

Apesar de uma diferença temporal considerável entre a produção de cada uma destas obras, é possível afirmar que, enquanto pertencem ao contexto dos conflitos anglo-escandinavos, ou imediatamente posterior aos mesmos, emanam todas de um semelhante



lugar de produção. Para além disso, notamos que todas essas obras são, direta ou indiretamente, vinculadas à corte régia de Wessex. Tratemos individual, ainda que brevemente, de cada uma destas três fontes, para que depois possamos prosseguir à sua análise.

A primeira delas é a *Crônica Anglo-Saxã*¹. Também chamada de *Old English Chonicle*² ou de *Old English Royal Annals*³, essa talvez seja a mais importante dentre nossas fontes, por ter sido a base para a produção das demais. Seu nome tradicional foi inventado por pesquisadores modernos para designar um total de oito manuscritos⁴ contendo um conjunto de anais e crônicas compilados e organizados a partir de c.890⁵, durante o reinado de Alfredo, o Grande (entre 871 e 899), até meados do século XII, com sua última entrada sendo referente ao ano de 1154. É importante notar que, originalmente, a *Crônica* não apresenta um nome próprio, nem qualquer identificação de autoria, sendo a melhor expressão para designá-la ainda hoje motivo de debate.

A parcela inicial da *Crônica*, conhecida como *Crônica Alfrediana*⁶ e produzida na corte de Wessex, compreende o longo período desde a Criação até 891, ano em que foi completada⁷. Posteriormente foi enviada para diversos monastérios, onde foi copiada e continuada, em diversos manuscritos, até o século XII, com alguns hiatos neste meio tempo⁸.

Gransden aponta que “(...) a *Crônica Alfrediana* é essencialmente uma história de Wessex contada com um toque de propaganda em favor da dinastia governante”⁹. A autora nota que, mesmo em continuações mais localizadas, certa conexão com a corte régia parece ter sido mantida¹⁰, podendo-se considerar a *Crônica Anglo-Saxã* como uma produção da corte até a morte de Eduardo, o Velho (reinado de 899 a 924), pelo menos no sentido de que pretendia agradar o rei.¹¹



Nesse sentido, Nicholas Brooks vai ainda mais longe, ao considerar o foco da *Crônica Anglo-Saxã* nos reis ingleses como sua mais evidente e consistente característica ao longo de toda a obra¹². O argumento de Brooks, que considera a *Crônica* a partir de sua totalidade, ainda que reconhecendo o caráter plural de sua produção, ampara em grande medida nossa abordagem de tal fonte: não em termos de manuscritos específicos e separados¹³, mas sim como uma obra única, no sentido de que seu discurso emana, essencialmente, da aristocracia e, principalmente, da corte régia inglesa, sendo sua produção levada a cabo, embora em diferentes regiões e em diferente épocas, por homens à serviço dos reis de Wessex e, posteriormente, da Inglaterra, conforme argumenta Brooks¹⁴.

A centralidade conferida aos reis ingleses acaba por resultar em um caráter majoritariamente secular. Gransden nota que a *Crônica* “Era primordialmente um relato secular, embora, por causa da proximidade entre Igreja e Estado, relatasse importantes eventos eclesiásticos (como a sucessão de arcebispos e bispos)”¹⁵. Em relação aos relatos sobre os escandinavos, Dumville também nota o caráter secular da *Crônica Alfrediana*: nas entradas que cobrem o período após 865, o cronista (até então possivelmente um único autor) tem como principal enfoque as grandes batalhas e eventos políticos de grande importância; pouca atenção é dada aos efeitos eclesiásticos das invasões escandinavas¹⁶.

É fato interessante sobre a *Crônica Anglo-Saxã* que a mesma tenha sido escrita em língua vernácula, isto é, em inglês antigo, e não em latim, como a maior parte das produções da época. Parte da explicação para tal é que a *Crônica* estaria inserida no processo de renovação cultural promovida por Alfredo¹⁷, que incluía a promoção da língua vernácula¹⁸. Do ponto de vista prático, a escolha pela língua vernácula parece ter residido na intenção de Alfredo em permitir



que nobres e clérigos (estes últimos na condição de administradores ou pastores) com pouco ou nenhum conhecimento de latim pudessem ter acesso a seus trabalhos¹⁹. Ao longo dos anos, a *Crônica* seria compilada e traduzida para o latim no trabalho de outros escritores, como veremos adiante.

Como segunda das nossas fontes a ser aqui tratada, temos a *Vita Ælfredi regis Angul-Saxonum*, aqui chamada simplesmente de *Vida de Alfredo*, “(...) a primeira obra narrativa sobre a vida de um rei anglo-saxão, pelo menos que tenha chegado até nós (...)”²⁰. Sua autoria é atribuída a Asser²¹, monge galês que passa a frequentar a corte de Wessex a partir de 885 e posteriormente se torna bispo em Exeter, entre 892 e 900²². Apesar de a opinião majoritária ser a de que Asser foi genuinamente o autor da *Vida*, há quem defenda o contrário: Alfred P. Smyth, por exemplo, defende que a *Vida* é na verdade uma falsificação produzida em torno do ano mil, na abadia de Ramsey em Huntingdonshire, por um monge chamado Byrhtferth²³.

A *Vida* pode ser dividida em duas partes: aquela que vai do início da vida de Alfredo até sua coroação, e aquela que narra seu reinado²⁴. Em grande medida, é senão uma tradução da *Crônica Alfrediana* para o latim, à qual o autor adiciona ainda passagens narrativas de caráter biográfico²⁵.

O tom geral da *Vida* é romântico, extravagante e laudatório, como seria esperado de uma obra cujo objetivo é exaltar seu herói²⁶. Também apresenta características de hagiografias, tendo como objetivo não necessariamente informar, mas edificar²⁷. De maneira geral, consiste em uma obra claramente propagandística, com intuito de promover a figura de Alfredo e celebrar seus feitos. Pode-se considerar a possibilidade de que *Vida* talvez tenha sido comissionada pelo próprio rei²⁸.

Cabe ainda ressaltar, como nota Gransden, que a *Vida de Al-*



fredo, assim como outras biografias régias do período, não parece ter sido escrita com o objetivo de atingir grandes audiências, ficando provavelmente restrita ao círculo da corte de Wessex²⁹, caso a consideremos como produto da mesma. Como a *Crônica Anglo-Saxã*, parece ter sido produzida pela aristocracia, em ambiente aristocrático e para a aristocracia. Porém é seguro considerá-la como a menos secular de nossas três fontes, uma vez levado em conta seu pronunciado enfoque em aspectos religiosos – como veremos adiante – e sua autoria indubitavelmente eclesiástica. Consideramos a *Vida*, portanto, como produto, se não da corte de Wessex, de um contexto eclesiástico com pronunciado viés régio e aristocrático.

Do primeiro grupo que definimos, o das obras produzidas na Era Viking, falta falarmos da *Crônica de Æthelweard*³⁰: trata-se da primeira obra de caráter “historiográfico” a ser escrita por um aristocrata leigo na Inglaterra³¹. Seu autor, Æthelweard, tinha ligações com a família real de Wessex: era descendente do rei Ethelred, irmão e antecessor de Alfredo³².

A *Crônica de Æthelweard*, escrita no final do século X, é na verdade uma compilação de outras bem conhecidas fontes - nomeadamente a *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, de Beda, e a *Crônica Anglo-Saxã*, além de alguns anais desconhecidos – com algumas adições do autor, e compreende o período desde a Criação até 975³³. Caracteriza-se por uma aparente ‘quebra’ na estrutura tradicional das crônicas:

Æthelweard tentou tornar sua compilação legível quebrando o arranjo analítico das crônicas que usou, objetivando produzir uma narrativa contínua. Ele adota o método cronológico ‘*stepping-stone*’ (‘no ano seguinte’, ‘dois anos depois’, a assim por diante). O resultado é geralmente confusão cronológica, em-



bora alguns erros em datas foram provavelmente cometidos devido a obscuridade e enganos na cópia da *Crônica Anglo-Saxã* que Æthelweard usou.³⁴

Em seu prefácio à obra, Æthelweard nos diz que escreve sua crônica para sua sobrinha Matilda, abadessa de Essen, ela própria descendente do rei Alfredo³⁵. Novamente, temos uma crônica produzida em contexto aristocrático, desta vez por um aristocrata leigo e destinada a uma audiência restrita, sendo provavelmente seu propósito, em relação a Matilda, tanto o de informar quanto o de edificar, no sentido religioso da palavra³⁶.

Devidamente apresentadas as fontes, podemos dar início a nossa análise das mesmas. Consideremos, em primeiro lugar, os termos empregados nas narrativas em questão para designar os escandinavos. Depois nos debruçaremos sobre os relatos de conversão ao cristianismo e aqueles referentes a questões religiosas no que tange à relação entre ingleses e escandinavos, analisando, principalmente, o papel das aristocracias de ambos os povos nestas relações.

2. Terminologia

Nas três obras que aqui nos interessam, observamos o uso de diversos termos em referência aos escandinavos, sempre com uma evidente predominância de um ou de outro em cada uma delas. A *Crônica Anglo-Saxã*, cujos primeiros manuscritos antecedem nossas outras duas obras, faz sua primeira menção aos escandinavos na entrada para o ano de 789 (787): “Neste ano o rei Brihric casou-se com Eadburh, filha de Offa. E em seus dias vieram pela primeira vez três navios dos nórdicos (...). Estes foram os primeiros navios de homens daneses que vieram à terra dos ingleses³⁷”. Whitelock, em nota de



rodapé, atenta para o fato de o manuscrito A omitir o termo “nórdicos”, deixando-nos apenas com o termo “daneses” (OE *deniscra*). Com efeito, este será o termo predominante ao longo da *Crônica* utilizado em referência aos escandinavos, assinalando uma notável preferência por uma designação de cunho étnico.

Apesar de não predominante, designações de cunho religioso não tardam a aparecer. Na famosa entrada para o ano de 793, os manuscritos D e E da *Crônica* contam-nos sobre o primeiro ataque escandinavo a uma igreja cristã:

Neste ano terríveis presságios apareceram sobre a Nortúmbria e severamente apavoraram o povo. Eles consistiam de imensos furacões e relâmpagos, e dragões de fogo foram vistos voando nos céus. Uma grande fome imediatamente seguiu tais sinais, e pouco depois no mesmo ano, em 8 de Junho, a devastação de homens pagãos miseravelmente destruiu a igreja de Deus em Lindisfarne, com pilhagem e matança. (...) ³⁸

A partir daí a *Crônica* passa a designar os escandinavos invasores ora como pagãos (OE *hæðen*), ora como daneses (OE *denisc*), com predominância deste último termo. Adiante, a *Crônica* passa a usar predominantemente o termo “exército” (OE *here*) para se referir aos invasores, conforme acompanha a movimentação e as batalhas do exército escandinavo. Ainda que adjetivos como “pagão” ou “danês” frequentemente acompanhem tal termo, a ênfase da *Crônica* parece residir no caráter militar das invasões e campanhas escandinavas na Inglaterra.

Destaca-se aqui o caráter generalizante de tais termos. Sejam os escandinavos um exército de pagãos ou de daneses, seus nomes não são mencionados. Este parece ser um padrão até a entrada para o ano



de 871 (872 C)³⁹, quando pela primeira vez aparecem na *Crônica* nomes de líderes escandinavos. Dumville considera essa mudança como um resultado do início do assentamento escandinavo na Inglaterra:

O uso de nomes de líderes *vikings* é efetivamente coincidente com o assentamento: não há agora outra opção a não ser reconhecer que os escandinavos não eram mais forças hostis passageiras, mas sim vizinhos hostis com quem pode ser necessário ou lucrativo aliar-se de vez em quando. Eram a princípio novos e permanentes competidores locais por status e recursos, cujos hábitos, linguagem e modos de pensamento era necessário aprender rápido. Assim como os *vikings* buscaram explorar – e exploraram – diferenças políticas entre os nativos dos territórios em que operaram, também os nativos precisariam encontrar jeitos de lucrar com, e de fato encorajar, discórdias entre ou dentro dos grupos *vikings*⁴⁰.

O uso de nomes próprios para se referir aos líderes escandinavos, portanto, parece refletir um crescente interesse pragmático por parte dos nativos, próprio das relações que passavam a se estabelecer entre escandinavos e ingleses e das estratégias políticas de ambas as elites.

É curioso que a primeira entrada em que se mencionem nomes de líderes escandinavos também seja a última em que o termo “pagão” é utilizado em referência aos daneses. Dumville nota que as entradas de 865 a 892, possivelmente escritas por um único autor, com seu foco em questões militares e políticas, conferem a essa parte da *Crônica* um pronunciado caráter secular, com pouca atenção dispensada a questões especificamente religiosas e eclesiais⁴¹. O abandono de termos religiosos para designar os escandinavos daneses a partir de 871 parece ser um reflexo deste caráter.



Apenas na entrada para o ano de 942 vemos novamente escandinavos sendo referidos como “pagãos”: tratam-se dos *Norsemen* (“nórdicos”, OE *Norðmannum*), ainda escandinavos, mas agora apresentados como distintos dos daneses. A partir do modo como nos são apresentados estes dois povos na referida entrada, subentende-se que apenas os Nórdicos seriam pagãos: “(...) Os daneses estiveram previamente submetidos aos Nórdicos pela força, por um longo tempo cativos dos pagãos, até que o defensor de guerreiros, o filho de Eduardo, rei Edmundo, os redimiou, para sua glória”⁴². Diferentes termos para designar os escandinavos não necessariamente refletem sua origem⁴³, conforme os autores da época não parecem ter visto sentido em diferenciá-los nesse sentido⁴⁴; mas no caso da referida entrada de 942, observamos claramente a intenção de distinguir estes dois grupos. Se a questão étnica e/ou geográfica não pode ser considerada determinante nesta distinção, talvez encontremos sua base em questões religiosas, uma vez que a *Crônica* atesta o paganismo dos Nórdicos e sua dominação imposta pela força aos daneses. Há também de se considerar a questão temporal, uma vez que se compreende as invasões *vikings* na Inglaterra como divididas em duas ondas, uma no século IX e outra no século X⁴⁵. O grupo referido como danês pela *Crônica* parece estar relacionado à primeira, uma vez que estamos falando de uma população escandinava já assentada na Inglaterra e possivelmente cristã. Já o grupo classificado como nórdico parece ser o que compõe a segunda onda, com novos (e ainda pagãos) escandinavos impondo sua dominação sobre o primeiro grupo.

Em termos de discurso, a distinção entre estes dois grupos e o uso do termo “pagãos” para se referir ao segundo parece refletir uma escolha por enfatizar um aspecto considerado negativo dos novos invasores, como havia sido feito com os primeiros até 871. Neste novo contexto, os daneses, já há algum tempo assentados na



Inglaterra e agora aparentemente cristãos, deixam de ser invasores para se tornarem vítimas de um novo inimigo, ainda que também de origem escandinava, a serem salvos pelo rei Edmundo. Com efeito, Olga Timofeeva nota que nessa época os discursos ingleses sobre os escandinavos apresentam uma tendência a reconhecê-los como parte de um mesmo reino⁴⁶, no que se refere à população já assentada na Inglaterra. Assim, são esses novos grupos invasores que são vistos não só como estrangeiros, mas como uma ameaça a ser combatida, como haviam anteriormente sido vistos os daneses. Segundo Timofeeva, é nessa época que o discurso inglês em relação aos invasores do século anterior tende a demonizá-los menos, justamente por já serem considerados parte integrante do nascente reino inglês⁴⁷. Daí que o discurso mais agressivo, com vistas a difamar e negativar, volta-se contra os novos invasores.

Entendemos que é nesse sentido que opera o uso do termo “pagão” em referência a esses escandinavos: parece-nos importante aqui notar como o fator religioso é usado para distinguir dois grupos de origem semelhante, em uma entrada que situa um dos grupos – aparentemente cristão – como vítimas dignas de serem salvas pelo rei inglês e outro – o dos pagãos – como invasores a serem expulsos e que impõe seu domínio pela força. Constrói-se, portanto, um discurso pró-realeza em que questões religiosas atuam como fatores divisores entre dois grupos escandinavos, um já assentado e considerado parte da Inglaterra, e outro estrangeiro, invasor e hostil. Ao mesmo tempo, tal discurso reafirma o domínio do rei sobre os daneses ao considerá-los parte do reino a ser livrado dos pagãos pelo cristão Edmundo.

Há, no entanto, espaço para outras interpretações acerca da entrada de 942. Ao discutir possíveis traduções para o referido trecho, Clare Downham expõe a possibilidade de os termos “nórdicos” e “daneses” serem interpretados não como referentes a grupos distin-



tos de escandinavos, mas sim a um mesmo grupo derrotado pelo rei Edmundo⁴⁸. Essa leitura vai ao encontro da já mencionada ideia de que, aos olhos dos autores medievais, “nórdicos” e “daneses” eram termos generalizantes, usados em referência aos escandinavos como um todo. Segundo Downham,

(...) o uso do termo *Dene* na ‘Crônica Anglo-Saxã’ pode ser considerado similar ao uso dos termos *Dani* e *Nordmanni* nas crônicas francas: isto é, como um nome geral para aqueles de identidade cultural escandinava, ao invés de um rótulo referente a pessoas de uma etnia escandinava em particular⁴⁹.

Downham comenta que essa leitura da entrada de 942 não anula necessariamente a opção por perceber “nórdicos” e “daneses” como grupos escandinavos diferentes, conforme a entrada original dá margem para as diferentes interpretações, nos diferentes manuscritos⁵⁰. De uma forma ou de outra, a utilização do termo “pagãos” na referida entrada parece manter o mesmo sentido, aparecendo como uma opção por negatizar os inimigos de Edmundo, sejam eles inimigos dos daneses ou o mesmo que estes últimos. O aspecto central do uso de tal termo, para os fins da presente discussão, portanto, permanece o mesmo.

É importante, no entanto, frisar que esse tipo de uso não é regra na *Crônica Anglo-Saxã*. Atestamos novamente o caráter secular da maior parte dos termos utilizados na mesma em referência aos escandinavos, principalmente após 871. Se nossas hipóteses sobre o caráter religioso da entrada de 942 estiverem corretas, certamente não são aplicáveis à *Crônica* como um todo. Salientamos, pois, que tal caráter aparece como apenas mais um dos fatores de distinção entre escandinavos e ingleses; talvez o menos importante para alguns dos autores da *Crônica*.



Na *Vida de Alfredo*, por outro lado, observamos a questão religiosa aparecer de forma muito mais pronunciada enquanto fator de distinção entre escandinavos e ingleses, conforme o termo “pagãos” (LT *pagani*) é de longe o mais utilizado em referência aos primeiros. Esse é, na verdade, um dos aspectos mais característicos da obra, construída para apresentar Alfredo como um tipo idealizado de rei cristão⁵¹.

Olga Timofeeva nota como a *Vida*, ao contrário da *Crônica*, não está simplesmente relatando eventos, mas contando a “(...) vida de um rei cristão cuja contenda contra os *vikings* é, essencialmente, aquela entre o bem e o mal”⁵². Em outras palavras, a opção do autor da *Vida* por termos religiosos, e não étnicos ou geográficos, para designar os escandinavos, resulta de sua intenção de apresentá-los como um mal não-cristão a ser enfrentado por Alfredo e pelos ingleses, estes últimos identificados como cristãos e, assim, inseridos na lógica de uma grande comunidade cristã da qual os escandinavos não faziam parte⁵³.

O caráter muito mais parcial da *Vida* em comparação com a *Crônica* fica evidenciado também pela relação intertextual estabelecida entre ambas as obras, relação esta constituída pelos trechos não particularmente biográficos da *Vida*, ou seja, aqueles em que o autor se dedica a relatar eventos, e não a falar especificamente da pessoa do rei Alfredo; tais trechos são, pois, em grande parte, traduções latinas da *Crônica Anglo-Saxã*. A versão latina é marcada pelo acréscimo de diversos termos que operam no sentido de reforçar a parcialidade do autor em favor dos ingleses, enfaticamente cristãos, contra os escandinavos, enfaticamente pagãos.

Parte dessas adições consiste em tornar explícitas informações subentendidas no texto da *Crônica*. Por exemplo, falando do ano de 851, no qual consta na *Crônica* que 350 navios vieram ao Tâmis, o



autor da *Vida* sutilmente acrescenta que tais navios pertenciam ao exército pagão⁵⁴. Logo adiante, falando de uma batalha entre ingleses e escandinavos no ano de 853, o autor da *Vida* adiciona diversos termos que operam no sentido de exaltar os ingleses e enfatizar sua religião:

CRÔNICA ANGLO-SAXÃ	VIDA DE ALFREDO
Então, no mesmo ano, Ealhhere, com o povo de Kent, e Huda, com o povo de Surrey, lutaram em Thanet contra o exército pagão, e a princípio obtiveram a vitória (...).	No mesmo ano o Ealdorman Ealhhere, com os homens de Kent ⁵⁵ , e Huda, com os homens de Surrey, lutaram brava e corajosamente contra o exército pagão, na ilha (...) de Thanet (...). A princípio, os crístãos foram vitoriosos (...).

Os termos destacados no trecho da *Vida* tornam aparentes as intenções do autor em três sentidos. Em primeiro lugar, opta-se por destacar o status aristocrático de Ealhhere, ao que se acrescenta o título de *ealdorman* antes do nome. Em segundo lugar, os termos “bravamente” e “corajosamente” atuam no sentido de exaltar as qualidades dos dois aristocratas ingleses envolvidos. Em terceiro lugar, enfatiza-se a religião dos mesmos, vitoriosos à princípio. Vincula-se, assim, a questão religiosa à vitória sobre os inimigos pagãos, ao mesmo tempo em que se enaltece a nobreza e as virtudes guerreiras no combate. Tanto a religião quanto as nobres virtudes exaltadas são associadas à aristocracia inglesa, reforçando uma identidade aristocrática cristã e guerreira.

Esse padrão repete-se ao longo da obra. Termos como “honra-velmente”, “valentemente”, “ferozmente”, “vigorosamente” e “corajosamente” aparecem diversas vezes em referência aos ingleses. Tais qualidades por vezes são também atribuídas aos escandinavos, mas apenas em entradas em que o autor elogia os ingleses da mesma forma, como por exemplo no relato de uma batalha no ano de 871, na qual “ambos os lados lutaram ferozmente (...)”⁵⁶. Quando tratando



exclusivamente dos escandinavos, o autor comumente lhes atribui termos pejorativos e características negativas. Em uma entrada referente ao ano de 864, por exemplo, os pagãos quebram um tratado de paz firmado com os ingleses e, “(...) como raposas”, atacam a região a região leste de Kent, “(...) pois sabiam que conseguiriam mais dinheiro com saque do que com a paz”⁵⁷. Atesta-se aqui o caráter traiçoeiro e violento dos escandinavos, sempre referenciados como pagãos.

Em diversos outros momentos o autor da *Vida* segue tratando pejorativamente os escandinavos. Termos como “desonrosamente”, “agressivamente”, “como lobos” ou “como mulheres”, figuram entre aqueles usados para descrever as ações dos pagãos e seu exército de “odiosa memória”.

Temos aqui um conjunto de exemplos para destacar a ideia de que malícia, violência, traição, agressividade, covardia, entre outras características negativas, aparecem na obra como direta ou indiretamente vinculadas ao paganismo, a partir do momento em que a principal característica desses escandinavos violentos, traidores, agressivos e covardes, enfatizada na maioria das vezes através da própria terminologia utilizada em referência a eles, é sua religião. O paganismo, assim, parece ser concebido na *Vida* como a raiz de todos os males praticados por seus seguidores, responsáveis por inúmeras atrocidades contra os ingleses cristãos, frequentemente elogiados por suas virtudes.

Em suma, a *Vida de Alfredo* caracteriza-se por ser uma obra muito mais parcial e muito menos secular do que a *Crônica Anglo-Saxã*: ao basear-se em grande parte nesta última, a relação intertextual estabelecida entre ambas as obras se caracteriza pela adição de uma variedade de termos, geralmente de cunho positivo quando em referência aos ingleses cristãos, e geralmente de cunho negativo quando em referências aos escandinavos pagãos⁵⁸. Vincula-se, assim,



a questão religiosa às práticas dos lados envolvidos, associando-se, direta ou indiretamente, o cristianismo dos ingleses às suas virtudes, e o paganismo dos escandinavos à sua nocividade.

Uma pronunciada parcialidade, ainda que não calcada sobre fatores religiosos como na *Vida de Alfredo*, é evidente também na *Crônica de Æthelweard*. Diferentemente tanto da *Crônica Anglo-Saxã* quanto da *Vida de Alfredo*, na obra de Æthelweard o principal termo utilizado em referência aos escandinavos é “bárbaros” (LT *barbari*), embora o autor também os chame de pagãos ou de daneses em diversas entradas.

Como o autor da *Vida*, Æthelweard produz o que em grande parte pode ser considerada uma tradução para o latim da *Crônica Anglo-Saxã*. Como o autor da *Vida*, Æthelweard também insere termos e trechos no texto original da *Crônica*, por meio dos quais frequentemente torna evidente sua parcialidade. Por exemplo, na entrada do ano de 851, Æthelweard também faz questão de identificar os 350 navios chegados ao Tamisa como uma frota pagã⁵⁹.

Ao longo de sua obra, acumulam-se termos pejorativos em referência aos escandinavos: na entrada para o ano de 871, são uma “ímpia tripulação”; Em 878, são uma “multidão suja” e “ímpios desgraçados”; Nas entradas dos anos de 884 e 885, são “exército pestilento”, “praga imunda”, “tripulação suja”, “piratas” e “tripulação pestilentá”; em 900, são “bandos imundos de daneses”. Como nota Raymon Ian Page, mesmo escrevendo após um período de cinquenta anos de relativa paz, Æthelweard parece ter mantido vivo o rancor pelo antigo inimigo escandinavo⁶⁰.

Em adição a tais termos pejorativos, e como nas demais narrativas, é dada grande ênfase à violência e agressividade dos escandinavos, e também às virtudes dos ingleses. Como a *Vida de Alfredo*, a *Crônica de Æthelweard* constrói-se a partir da oposição entre in-



gleses e escandinavos, com uma evidente ênfase nas qualidades dos primeiros e nos defeitos dos segundos.

É interessante que o termo pagão seja utilizado por Æthelweard apenas até a entrada para o ano de 891⁶¹, ocasião na qual relata batalhas travadas na França. Em referência aos escandinavos na Inglaterra, a última ocorrência do termo é ainda anterior, na entrada para o ano de 879⁶². Nesse sentido, o autor segue próximo à terminologia da *Crônica Anglo-Saxã*, que designa seus daneses como pagãos pela última vez em 871. A partir de então, Æthelweard mantém o uso do termo “bárbaros”, e eventualmente “daneses”.

Tanto na *Crônica Anglo-Saxã* quanto na de Æthelweard, portanto, os anos em torno do batismo de Guthrum, em 878, parecem marcar uma mudança na terminologia usada para designar os escandinavos: em ambas as obras termos de cunho religioso são abandonados. Nesse sentido, é provável que Æthelweard, uma vez traduzindo a *Crônica* para o latim, tenha simplesmente seguido o padrão de tal obra. É curioso, porém, que ele opte por seguir utilizando o termo “bárbaros”. A impressão que emerge desta leitura é a de que o aspecto religioso pouco importava ao autor: sua escolha por termos pejorativos contra os escandinavos prevalece sobre o caráter religioso desses termos. Mesmo ao seguir o padrão da *Crônica*, Æthelweard opta por continuar a difamar e criticar os escandinavos, denotando ser esta sua principal estratégia na construção da oposição entre estes últimos e os ingleses: diferentemente do autor da *Vida*, Æthelweard não a constrói a partir da temática religiosa, e sim a partir do próprio viés anti-escandinavo de sua escrita. Olga Timofeeva nota como essa oposição parte de um sentimento de aparente superioridade por parte de Æthelweard, no sentido de considerar os escandinavos como um povo inferior, com costumes arcaicos e dignos de serem ridicularizados⁶³. A autora considera que Æthelweard afirma e justifica a domi-



nação inglesa com base nessa superioridade cultural, e não em fatores particularmente religiosos, como faz o autor da *Vida de Alfredo*⁶⁴.

É possível que o abandono de termos de cunho religioso em referência aos escandinavos a partir das entradas para o final do século IX, tanto na *Crônica Anglo-Saxã* como na de Æthelweard, reflita uma efetiva mudança de religião por parte dos mesmos. Porém, como já comentamos, é mais plausível que se trate, no caso da *Crônica*, de uma opção por uma narrativa de caráter mais secular. Æthelweard, em seu uso de termos religiosos, e a despeito da carga pejorativa de sua obra, parece ter simplesmente seguido tal padrão.

De forma geral, o que observamos é que a terminologia utilizada para designar os grupos escandinavos nas três fontes analisadas no presente eixo opera no sentido de criar uma oposição clara entre estes e os ingleses. No caso da *Crônica Anglo-Saxã* – nitidamente a mais imparcial das três – essa oposição se dá principalmente pelo aspecto étnico de ambos os povos, conforme nota-se uma evidente preferência por termos de caráter étnico para designá-los, especialmente a partir de 871, ano da última entrada a tratar os escandinavos como “pagãos”. Na *Vida de Alfredo*, a mesma oposição possui um caráter visivelmente religioso, visto que toda a narrativa constitui-se a partir tradução da *Crônica Anglo-Saxã* designa os escandinavos como pagãos, em oposição aos ingleses cristãos. Na *Crônica de Æthelweard*, o próprio tom profundamente anti-escandinavo da narrativa constrói a oposição.

Ainda que o caráter religioso esteja mais fortemente presente na *Vida de Alfredo*, é interessante notar que o mesmo pode ser identificado nas três obras, ao que todas identificam, pelo menos até certo momento, os escandinavos enquanto pagãos e os ingleses enquanto cristãos. Por mais que o caráter secular da *Crônica Anglo-Saxã* seja bastante pronunciado, a questão religiosa ainda constitui



um importante meio de construção de uma oposição entre ingleses e escandinavos. Se para os chamados de daneses esta questão só permanece relevante até 871, para outros escandinavos, aqueles chamados de nórdicos, a oposição baseada em aspectos religiosos continua a operar em épocas posteriores, conforme nos mostra a entrada para o ano de 942, quando subentende-se que os escandinavos do grupo chamado de danês já haviam se tornado cristãos.

Nos termos da identidade inglesa que essa oposição busca criar, reproduzir e reforçar, a terminologia empregada opera no sentido de conferir à aristocracia inglesa um caráter virtuoso, guerreiro e cristão. No contexto de conflitos e guerras contra inimigos considerados bárbaros, covardes e pagãos, essas três características aparecem fortemente vinculadas - ainda que nem sempre de forma explícita, conforme opta-se, em diferentes entradas, por destacar uma ou outra dentre as mesmas.

3. Paganismo, cristianismo e conversão

Referências à religião cristã aparecem na *Crônica Anglo-Saxã* e na *Crônica de Æthelweard* logo nas primeiras entradas: a primeira inicia-se sessenta anos antes do nascimento de Cristo, e em seu início incorpora narrativas bíblicas sobre os apóstolos. A segunda tem início com a própria criação do mundo. A história inglesa, assim, é colocada no contínuo da história universal e situada no mundo cristão do qual busca fazer parte.

Na *Crônica Anglo-Saxã*, a primeira menção à conversão de pagãos ao cristianismo aparece ainda no ano de 167, quando do batismo do rei bretão Lucius⁶⁵. Em seguida, na entrada para o ano de 430, lemos sobre o envio de um missionário⁶⁶ aos escotos⁶⁷ pelo



papa Celestino⁶⁸. Na entrada para o ano de 449, temos uma primeira referência ao paganismo: “(...) Seus líderes eram dois irmãos, Hengest e Horsa, que eram filhos de Wihtgils. Whitgils era filho de Witta, o filho de Wecta, o filho de Woden. Desse Woden descendem toda a nossa família real, e também a dos Southumbrianos”⁶⁹. Nessa entrada, o deus pagão Woden é apresentado como o ancestral humano das famílias reais inglesas. Na entrada para o ano de 855-858, encontramos mais uma vez a linhagem de reis ingleses, desta vez traçada até Adão⁷⁰.

O autor da *Vida de Alfredo* apresenta a linhagem de tal rei da mesma forma, passando por Woden e indo até Adão. Em meio a lista de nomes apresentada, encontra-se Geata, o qual, de acordo com o autor, os pagãos costumavam venerar como um deus. Através de uma citação do poeta Sedulius o autor da *Vida* destila desprezo por tal costume e exalta a veneração de Cristo:

Vendo que poetas pagãos se esforçam para mostrar suas histórias fictícias em medidas bombásticas e com lamentos de tragédia, ou com [...] o ridículo Geta, ou por meio de qualquer tipo de arte poética que se goste, eles renovam o enfurecido contágio de feitos abomináveis e cantam sobre monumental maldade, e de maneira erudita eles relatam muitas mentiras em livros egípcios. Por que então deveria eu, acostumado a cantar louvores em canções de Daví em um instrumento de dez cordas, e que tomo meu lugar com temor no santo coro, cantando palavras celestiais em gentil dicção – por que deveria eu ficar em silêncio diante dos ilustres milagres de Cristo, que nos eleva a Salvação?⁷¹

Æthelweard também faz questão de demonstrar desprezo pelo costume pagão de venerar ancestrais humanos como deuses. Em



duas entradas o autor insiste em enfatizar que Woden, listado como ancestral dos reis ingleses, era erroneamente venerado como um deus pelos “bárbaros”:

(...) Eles [Hengist e Horsa] eram netos de Woden, rei dos bárbaros, a quem os pagãos desde então elevaram a uma abominável deidade, e honrando-o como a um deus, oferecem sacrifícios a ele por vitória ou valor, e o povo, enganado, crê no que vê, como é seu costume⁷².

(...) Pois os não-crentes do Norte são oprimidos por tal desilusão que veneram ele [Woden] como a um deus até mesmo hoje, nomeadamente os daneses, os nórdicos, e os suevos (...) ⁷³

Percebe-se certo reconhecimento de uma inegável origem pagã. De acordo com Barabra Yorke, essa prática relaciona-se à intenção, por parte dos reis ingleses, de vincular suas linhagens a tradições antigas capazes de justificar sua pretensão ao trono e o direito de suas famílias ao mesmo⁷⁴. Há, no entanto, um esforço claro para negar qualquer aspecto divino a figuras como Woden ou Geata, representados como ancestrais humanos das famílias reais inglesas, como reis bárbaros e como descendentes de figuras bíblicas como Noé e Adão. Percebe-se que as referências ao passado pagão aparecem simultaneamente à negação do paganismo enquanto religião e à vinculação das famílias reais à uma ancestralidade bíblica. Nesse sentido, ainda que de formas diferentes, tanto o paganismo quanto o cristianismo são utilizados como ferramentas de justificação do poder régio.

Outras menções indiretas ao paganismo surgem ao longo dos relatos de conversão dos ingleses ao cristianismo. Até o ano de 661, encontramos diversos destes relatos na *Crônica Anglo-Saxã*. O que se torna aparente a partir da análise dos mesmos é o importante pa-



pel da aristocracia secular e da realeza na conversão, sempre apresentadas, direta ou indiretamente, como principais responsáveis por converter o povo ou outros aristocratas. É o caso, por exemplo, das entradas para os anos de 604 e 627, nas quais os reis Sæberht e Edwin, respectivamente, são creditados pelo batismo de seu povo, e da entrada para o ano de 653, na qual o *ealdorman* Peada é da mesma forma creditado. Em outras ocasiões, a *Crônica* apresenta reis e aristocratas sendo batizados e apadrinhados por outros reis ou bispos, como nos casos das entradas para os anos de 635, 639 e 661.

Essa relação entre aristocracia e conversão ao cristianismo é também reconhecível em entradas que tratam de reis pagãos, como por exemplo na entrada para o ano de 655, na qual lemos que “Neste ano Penda pereceu, e os mércios se tornaram cristãos”⁷⁵: trata-se do relato de uma conversão em massa ao cristianismo apresentada como resultado direto da morte de Penda, um conhecido rei pagão. Portanto, seja ao apresentar reis ou aristocratas cristãos como responsáveis por converter seus súditos, seja apresentando a conversão como resultado da morte de um rei pagão, a *Crônica* parece sempre vincular o poder aristocrático à religião do povo. Trata-se de uma vinculação que opera no sentido de pavimentar a noção de uma aristocracia cristã comprometida com a expansão e consolidação do cristianismo, sendo o rei a mais proeminente figura em tal contexto. Nesse sentido, a reprodução ideológica da aristocracia se dá, entre outros fatores, pela atribuição à mesma de uma identidade relacionada à promoção da fé cristã. A realeza, vista como um extrato superior da aristocracia, é aqui detentora do protagonismo ao longo deste processo.

Esse tipo de enfoque surge de forma natural em uma obra produzida na corte régia de Wessex. Nicholas Brooks nota que, com efeito, a realeza constitui o principal tema da *Crônica* desde as en-



tradas sobre a chegada dos ingleses no que viria a ser a Inglaterra até suas últimas⁷⁶. Desta forma, não surpreende o fato de que sejam enfatizados nomes de reis e aristocratas que participaram, direta ou indiretamente, do processo de conversão de seu povo. Convém aqui atentar para o que Alexandra Sanmark chama de “conversão de cima para baixo”, um modelo explicativo a partir do qual entende-se que a conversão não apenas na Inglaterra, mas também em outros locais da Europa, deu-se através das relações hierárquicas típicas das sociedades alto-medievais⁷⁷. Segundo esse modelo, os principais agentes no processo de conversão de um povo são, em um primeiro momento, os reis recém-convertidos, cuja posição social lhes permite influenciar na conversão de seus conselheiros mais próximos, que por sua vez trabalham para efetivar a conversão de aristocratas menores, e assim por diante, até as camadas mais baixas da sociedade⁷⁸. Em outras palavras, os laços hierárquicos entre reis e aristocratas nos são apresentados através de uma ótica cristã, uma vez que se constroem, se afirmam e se reforçam através da conversão ao cristianismo.

Não tomaremos demasiado tempo com as especificidades deste modelo, ou do processo de conversão dos ingleses. O que nos interessa aqui é entendê-lo como um fenômeno intrinsecamente ligado à aristocracia secular, ao menos no que as fontes nos permitem perceber. Em nossa análise do discurso presente na *Crônica Anglo-Saxã*, percebemos que este aspecto de tal processo ganha uma centralidade que, se não fruto de uma percepção acertada sobre o passado que se busca descrever, pode ser atribuída ao próprio caráter régio e aristocrático da obra. Nesse sentido, vemos a conversão de reis e aristocratas funcionando, se não como resultado direto das ações de tais partes, como forma de validação e afirmação do poder régio e aristocrático sobre o povo e sobre aristocratas menores.

Uma entrada que talvez exponha tal ideia de forma mais clara é a do ano de 634: “(...) E também neste ano Oswald sucedeu ao trono



da Northumbria, e reinou por nove anos. O nono ano é contado a ele por conta do paganismo praticado por aqueles que reinaram entre ele e Edwin”⁷⁹. Vamos aqui não apenas a validação ou afirmação do poder real por conta de fatores religiosos, mas também a atribuição, na *Crônica*, de um ano extra ao reinado de Oswald por conta dos mesmos. Essa entrada surge como um claro exemplo de como o cristianismo é utilizado pela *Crônica*, no sentido de servir como ferramenta de justificação de poder régio, enquanto o paganismo, por outro lado, aparece de forma exatamente oposta, ou seja, como motivo para desconsiderar o reinado de seus praticantes.

Æthelweard também relata episódios de conversão de reis ingleses ao cristianismo em diversas entradas entre 596 e 684. Na longa entrada referente ao ano de 596, o autor narra o envio de Agostinho como missionário aos ingleses pelo Papa Gregório: quando de sua chegada, “(...) os ingleses receberam a fé e ergueram templos, e nosso salvador Jesus Cristo exibiu inúmeros milagres aos seus fiéis seguidores através das preces do bispo, Santo Agostinho⁸⁰”. Apesar de, ao longo de sua obra, Æthelweard dispensar significativa atenção aos agentes eclesiásticos envolvidos na conversão dos ingleses, i.e. missionários, bispos e o próprio papa, podemos notar que há, como na *Crônica Anglo-Saxã*, pronunciado enfoque na conversão dos reis. Ainda que apenas enquanto reproduz o discurso da *Crônica Anglo-Saxã*, a obra de Æthelweard colabora para o entendimento de um processo de conversão no qual os poderes aristocrático e régio adquirem central importância.

4. Os escandinavos, os ingleses e a religião

É lugar comum a visão de que o lugar dos escandinavos nas obras inglesas é o de um inimigo a ser enfrentado, o de um invasor pagão que



os nativos cristãos devem repelir. Essa ideia constrói-se, precisamente, no contexto do processo unificação da Inglaterra levado à cabo pelos descendentes do rei Alfredo, que progressivamente expandem seu domínio para o norte na medida em que expulsam ou submetem os governantes escandinavos. Entendemos que o lugar de produção dessas obras é, portanto, um no qual surge a necessidade de forjar uma identidade para uma nação rumo à unificação.

Diversos autores tratam da questão da identidade inglesa no período anglo-saxão à partir da oposição entre “nós” (ingleses) e “eles” (escandinavos). Como nota Isabela Albuquerque:

A constituição do grupo étnico aliada ao contexto de conflito forja a identidade a partir da oposição *Angelcynne* versus *Danes*. Isso posto, a proposta encabeçada por Alfred e sua corte em finais do século IX foi perpetuada pelos seus descendentes, até o início do século XI às vésperas da conquista escandinava da ilha⁸¹.

Olga Timofeeva, em referência às obras produzidas na corte de Alfredo – a *Crônica Anglo-Saxã* e a *Vida de Alfredo* – resume da seguinte forma as estratégias empregadas na construção da oposição entre ingleses e escandinavos:

Declarando como fora-da-lei os adversários em termos legais e religiosos, os autores [dos dois textos] criam discursos nos quais o princípio básico da identidade social – ‘nosso grupo é bom e correto, e o grupo deles é ruim e errado’ – pode ser reformulado como ‘nosso grupo é bom e correto porque temos uma lei justa e seguimos o cristianismo, e o grupo deles é ruim e errado, porque eles não têm lei e seguem o paganismo’⁸²



Temos, portanto, um contexto de produção em que a construção e fortalecimento da identidade inglesa – particularmente aristocrática e régia - está na ordem do dia. Desta forma, ficam-nos claras as intenções da aristocracia e realza inglesas, das quais emanam as obras aqui analisadas, ao apresentarem os escandinavos de maneira tão degradante e negativa, em oposição aos virtuosos e corajosos ingleses, como vimos anteriormente. Na presente seção, procuraremos analisar de que formas questões relativas à religião e, principalmente, a conversão ao cristianismo, atuam em favor destes objetivos. Cabe ressaltar que estaremos compreendendo nossas fontes como produtos das elites inglesas, ou seja, procuraremos entendê-las como representativas da importância que tais aspectos religiosos tinham para quem produziu tais narrativas, seja em termos do modo com os percebiam, seja do modo como escolheram descreve-los.

De modo geral, as entradas da *Crônica Anglo-Saxã* que tratam dos escandinavos preocupam-se com suas batalhas contra os ingleses. Dumville nota que nas primeiras destas poucas informações nos são dadas sobre estes invasores:

Aqueles que escreveram o texto original da *Crônica Anglo-Saxã* se basearam em diversas fontes para os anos desde o início da Era Viking. Os anais resultantes dão pouco senso de consistência dos propósitos dos *vikings*, com relatos muito fragmentados do que eles fizeram, e nenhum senso de quem liderou os *vikings* em suas ações, até 865⁸³.

É interessante notar que este já comentado tom generalizante se aplica apenas aos escandinavos: os reis e aristocratas seculares ingleses que os combatem são frequentemente nomeados, no que pode ser compreendido como uma valorização da aristocracia e



realeza inglesa em conjunto com um desinteresse por particularizar, especificar ou nomear o mal que combatem. A construção da identidade aristocrática assim passa pela caracterização de elites inglesas nomeadas e atribuídas de notável protagonismo. Por outro lado, nestas primeiras entradas o principal interesse dos autores da *Crônica* parece ser o de apresentar os escandinavos como invasores perigosos, porém genéricos, aos quais as únicas características que lhes interessa atribuir são o paganismo e a violência – características estas, como já comentamos, frequentemente associadas. A oposição aqui é uma entre uma elite identificada e nomeada e um inimigo anônimo e genérico, evidenciando desta forma o nítido contraste entre o lado que se procura valorizar e enaltecer, e o lado que se busca difamar e criticar.

No que se refere a menções diretas à conversão de escandinavos ao cristianismo, encontramos apenas uma comum às três obras, sendo a única tanto na *Vida de Alfredo* quanto na *Crônica de Æthelweard*: trata-se da longa entrada para o ano de 878, cujas últimas linhas relatam o batismo do rei escandinavo Guthrum, junto com trinta de seus homens.

E então o inimigo lhe deu [a Alfredo] reféns preliminares e grandes juramentos de que iriam deixar seu reino, e prometeram também que seu rei receberia o batismo, e eles cumpriram sua promessa. Três semanas depois o rei Guthrum, com 30 de seus homens, os quais eram os mais importantes no exército, vieram [a ele] em Aller, próximo a Athelney, e o rei [Alfredo] foi lá seu padrinho no batismo. (...) E ele [Guthrum] ficou doze dias com o rei, e ele [Alfredo] honrou grandemente a ele [Guthrum] e seus companheiros com presentes⁸⁴



Convém destacarmos aqui alguns pontos. Em primeiro lugar, o que mais se torna evidente é o contexto diplomático no qual se inscreve o batismo de Guthrum: estamos tratando de um momento no qual uma trégua é estabelecida entre ingleses e escandinavos, sendo que a conversão de Guthrum ao cristianismo aparece quase como um dos termos da mesma. Temos, portanto, um caso de conversão apresentado como forma de submissão de um rei escandinavo a um rei inglês. Ao apresentar tal relato desta forma, a *Crônica* estabelece uma ligação entre uma vitória militar inglesa e uma vitória religiosa cristã, de forma a não reconhecer fronteiras entre religião e política, ambas aparecendo como aspectos intrínsecos um ao outro em um mesmo acontecimento, como é próprio do período medieval. Atesta-se, assim, em um único relato, a superioridade militar, religiosa e política dos ingleses sobre os escandinavos, e a superioridade do cristianismo, religião dos vitoriosos, em relação ao paganismo, religião dos derrotados, sem que haja sequer uma noção de separação entre estes aspectos e constituindo todos um mesmo fato ou processo, segundo a mentalidade própria da época que dificilmente concebia religião e política como esferas distintas.

Na *Vida de Alfredo*, vemos uma sutil ênfase no aspecto religioso desta derrota: ao texto da *Crônica*, o autor da *Vida* acrescenta “rei dos pagãos”⁸⁵ ao nomear Guthrum, e enfatiza o apadrinhamento do mesmo ao mencionar que o “rei Alfredo o elevou da santa fonte do batismo, o recebendo como seu filho adotivo”⁸⁶.

Em segundo lugar, outro aspecto da relação entre submissão e conversão parece residir no estabelecimento de uma espécie de amizade entre vitoriosos e derrotados. Nossas três fontes, ao passo que a *Vida de Alfredo* e a *Crônica de Æthelweard* parecem em grande parte limitar-se a reproduzir o conteúdo na *Crônica Anglo-Saxã* neste respeito, encerram a referida entrada mencionando presentes



e honras concedidos por Alfredo a Guthrum e seus homens. Acreditarmos ser possível compreender o estabelecimento deste tipo de relação amistosa como resultado do apadrinhamento de Guthrum por Alfredo no batismo do primeiro. Nesse sentido, a conversão ao cristianismo parece estabelecer uma fronteira entre a condição de inimigo derrotado militarmente e a de um novo aliado digno de presentes, honras e gestos de amizade. Se, por um lado, compreendemos que não há distinção clara entre religião e política nestes relatos, por outro consideramos que é particularmente a relação religiosa estabelecida entre os governantes, resultado direto de um conflito militar e de uma aliança política, que cria e consolida uma amizade entre ambos. Portanto, atentamos para o fato de que a aceitação do cristianismo nos é apresentada como condição para o estabelecimento de relações amistosas entre governantes ingleses e escandinavos, pelo menos em casos nos quais tal aceitação aparece como parte de um acordo que envolve submissão política destes últimos aos primeiros. As relações de dependência e subserviência que se conformam nesse contexto são, assim, configuradas pela relação religiosa que se estabelece. No vínculo entre conversão ao cristianismo e derrota militar, encontramos uma aristocracia guerreira que tem no cristianismo um meio de legitimação para sua superioridade política.

Também é necessário lembrar, como já vimos, que a prática de apadrinhamento no contexto de relações entre líderes cristãos e líderes até então pagãos era corrente na Inglaterra desde do século VII, geralmente precedendo negociações políticas⁸⁷. Ao que observamos essa mesma prática no contexto das relações entre ingleses e escandinavos no século IX e adiante, percebemos uma continuidade da mesma ao longo da Alta Idade Média. Com efeito, como nos lembra Dawn Hadley, essa prática parece não ter sido restrita às fronteiras da Inglaterra Anglo-Saxã, como nos mostram os exemplos dos reis



francos Carlos, o Calvo, e anteriormente Luís, o Piedoso, que se envolveram ativamente no batismo de líderes escandinavos anos antes do batismo de Guthrum⁸⁸.

Na *Crônica Algo-Saxã* e na *Crônica de Æthelweard*, lemos novamente sobre Guthrum nas entradas que nos informam sobre sua morte, em 890, muito semelhantes em ambas as obras:

<i>Crônica Anglo-Saxã</i>	<i>Crônica de Æthelweard.</i>
E o rei nortenho ⁸⁹ , Guthrum, cujo nome batismal era Athelstan, morreu. Ele foi afillhado do rei Alfredo, e ele viveu na Anglia do Leste e foi o primeiro a se estabelecer em tal terra	Então também Gothrum ⁹⁰ , rei dos ingleses do norte, rendeu-se ao Orcus. Ele havia tomado o nome ⁹¹ de Athelstan, quando saiu da pia batismal, de seu padrinho rei Alfredo, e teve seu trono entre os anglos do leste, pois lá também ele esteve primeiro.

Destacamos aqui três aspectos que parecem refletir o que o autor considera importante ao relatar a morte de Guthrum. O primeiro é a menção ao nome batismal do rei escandinavo, a partir da qual percebe-se certo grau de importância conferido à questão religiosa: ao inserir tal menção na entrada, o autor nos lembra que Guthrum havia sido cristão, o que parece se relacionar com o prestígio sutilmente conferido ao rei escandinavo em seguida.

A isso relaciona-se o segundo aspecto a ser destacado, o da menção da relação de Guthrum com Alfredo: com isso atesta-se a superioridade do rei inglês sobre o escandinavo, a partir do momento em que sabemos que, no presente caso, a condição de padrinho conferida a Alfredo resulta de sua vitória sobre Guthrum e da trégua estabelecida entre ambos. Trata-se de uma condição de superioridade política conferida através de uma relação religiosa, o que novamente evidencia a já mencionada relação entre conversão e submissão.

O terceiro aspecto aparece como uma justificativa para o reinado de Guthrum sobre os anglos do leste, conforme atesta-se que



ele foi o primeiro a lá se estabelecer⁹³. O rei escandinavo aqui aparece como um governante digno do posto que ocupava, ou ao menos com direito ao mesmo. Trata-se de um interessante contraste com a imagem negativa, mais comumente apresentada em nossas fontes, dos reis escandinavos. Parece que essa diferença pode ser interpretada como resultado da aparentemente amistosa relação estabelecida entre Alfredo e Guthrum: a partir do momento em que se submete ao rei inglês e se converte ao cristianismo, o escandinavo torna-se digno de ocupar posição de governante; daí a necessidade de justificar o direito a tal posição, principalmente em obras que ocupam-se, em sua maior parte, de representar negativamente os escandinavos.

A importância da relação religiosa entre padrinho e afilhado recém-convertido fica evidente também na entrada para o ano de 893:

(...) E a esposa e dois filhos de Hæsten foram trazidos ao rei [Alfredo]; e ele os devolveu a ele [Hæsten], pois um deles era seu afilhado, e o outro afilhado do ealdorman Ethelred. Eles os haviam apadrinhado antes de Hæsten vir a Benfleet, e ele deu ao rei juramentos e reféns, e o rei também lhe deu generosos presentes de dinheiro, e então ele o fez também quando devolveu o menino e a mulher. Mas imediatamente após virem a Benfleet e terem feito tal fortaleza, Hæsten devastou seu reino, a mesma província que Ethelred, o padrinho de seu filho, comandava (...)⁹⁴

Aqui Alfredo nos é apresentado como um rei generoso e misericordioso, que honrou a relação de amizade estabelecida com Hæsten através do batismo de sua esposa e filho. Trata-se de mais um exemplo de como o estabelecimento de uma relação de cunho religioso entre duas partes anteriormente em conflito tende a significar uma trégua e mesmo o início de uma relação amistosa que, como a entrada nos diz, envolve trocas de presentes, dinheiro e favores.



É interessante notar que Hæsten, por sua vez, diferentemente de Alfredo, não honra sua amizade com o rei. A ênfase dada à relação entre Ethelred e o filho de Hæsten no final do trecho citado parece operar no sentido de marcar o caráter traiçoeiro da atitude do escandinavo, conferindo maior gravidade à sua traição, o que por sua vez contribui para evidenciar a diferença entre o mesmo e o rei Alfredo. Temos, portanto, uma relação amistosa pavimentada pelo estabelecimento de uma ligação religiosa entre ambas as partes; relação essa honrada por Alfredo, mas não por Hæsten. A frequente e já mencionada oposição entre a figura do aristocrata inglês valoroso, generoso e honrado, e a do escandinavo traiçoeiro, cruel e mentiroso, fica aqui explícita e enfatizada pela menção a uma relação de cunho religioso entre as partes citadas.

A diferença entre o caso de Guthrum e o de Hæsten nos mostra como a conversão pode ser utilizada de diferentes maneiras, dependendo do caso: Guthrum, pois, honra sua amizade com Alfredo, e no relato de sua morte temos fatores religiosos utilizados para enfatizar essa relação, na mesma entrada em que encontramos uma justificativa para seu reinado e um certo tom em seu favor. Já no caso de Hæsten, mesmo não tendo sido ele próprio batizado, a conversão de sua mulher e filho é apresentada de forma a acentuar a gravidade de sua traição. Tratam-se de usos aparentemente determinados pela relação entre Alfredo e os dois escandinavos, o que os torna particularmente ilustrativos do fato de que a importância da conversão – e especialmente seus usos pelos autores da *Crônica* – relaciona-se intimamente ao contexto das relações entre os governantes ingleses e escandinavos convertidos ou, no caso de Hæsten, cujos familiares tenham sido batizados. É um exemplo interessante de como a religião, em especial o batismo cristão, servia para configurar as relações políticas entre aristocratas e governantes, ao ponto de ser utilizado,



no nível do discurso, para enfatizar tanto aspectos positivos quanto negativos dos pares envolvidos.

No período após a morte de Alfredo a *Crônica* passa a tratar do longo processo de conquista da Inglaterra por seus descendentes, conforme subjugam os escandinavos ao norte e efetivam a unificação sob a realeza de Wessex. De modo geral, as entradas da *Crônica* para o século X constituem uma narrativa do processo de expulsão dos escandinavos ou de conquista de seus territórios pelos reis saxões ocidentais, ou seja, um processo de expansão militar e política em que o poder régio de Wessex passa a ser exercido sobre um território cada vez maior. Reforça-se uma ideia de aristocracia guerreira que se justifica pela conquista militar, dentro da qual o cristianismo se insere como validação de um poder régio em plena ascensão.

Referências à conversão de escandinavos ao cristianismo ao longo desta narrativa são escassas: podemos encontrá-las apenas em duas entradas relativamente tardias em relação ao processo de unificação da Inglaterra, especificamente nas entradas para os anos de 943 e 991. Ambas parecem operar de forma bastante semelhante ao que já vimos até aqui, no sentido de sua utilização para marcar o estabelecimento de laços de amizade e/ou submissão política entre reis ingleses e escandinavos. Lê-se, assim, nas entradas para o ano de 943:

Neste ano o rei Edmundo sitiou o rei Olaf e o arcebispo Wulfstan em Leicester, e ele poderia tê-los subjugado se eles não tivessem escapado à noite. E após isso Olaf assegurou a amizade do rei Edmundo.⁹⁵ Neste ano o rei Edmundo apadrinhou o rei Olaf em seu batismo, e concedeu-lhe presentes de forma real, e no mesmo ano, após bastante grande intervalo, ele apadrinhou o rei Ragnald em sua confirmação [crisma].⁹⁶

Convém aqui nos determos alguns pontos. Em primeiro lugar,



a *Crônica* dá a entender que Olaf, rei escandinavo da Northumbria, e o arcebispo Wulfstan são aliados. Lesley Abrams nota que o caso da aliança entre Olaf e Wulfstan parece ilustrar um cenário no qual se pode observar certo nível de cooperação entre pagãos e cristãos para fins políticos⁹⁷. Aqui a religião não figura como fator essencial para a firmação de uma aliança entre elites dos dois povos, como também nos mostra o caso da aliança entre Æthelwold e os escandinavos, relatado na entrada para o ano de 900.⁹⁸ Todavia, os aliados cristãos dos escandinavos, em ambos os casos, são apresentados como inimigos dos reis de Wessex. Pode-se compreender, portanto, que neste caso a centralidade da oposição entre os dois povos reside no conflito entre a realeza de Wessex e os escandinavos, e que o discurso religioso aqui não opera nesse sentido. O que ocorre é a manutenção do discurso pró-realeza, dentro do qual os inimigos dos reis de Wessex continuam sendo os escandinavos. A partir do momento em que cristãos se aliam aos mesmos, tornam-se eles também inimigos, sem que a religião em comum com a realeza ou a diferença religiosa com seus inimigos seja significativa no estabelecimento da referida oposição. Isso torna-se ainda mais evidente porque o aliado cristão do rei escandinavo é, neste caso, um arcebispo, portanto membro da alta aristocracia eclesiástica inglesa. Nesse sentido a *Crônica* apresenta um conflito entre aristocratas cristãos nos mesmos termos da oposição entre ingleses e escandinavos que permeia toda a obra em seus relatos sobre a Era Viking, situando as partes aristocráticas em conflito em lados diferentes dessa oposição sem que o fator religioso ganhe qualquer destaque ou proeminência.

Daí concluímos que a religião se torna determinante, na maioria dos casos, apenas quando relacionada à submissão: na segunda entrada citada para o ano de 943, assim como em outras das quais já tratamos, vemos o estabelecimento de uma relação entre a vitória



alcançada pelo rei inglês e a conversão do rei escandinavo subjugado, ambas apresentadas como centrais a um mesmo acontecimento. Novamente, vemos a aristocracia inglesa utilizando-se de uma relação de cunho religioso para afirmar sua vitória e sua dominação sobre o inimigo derrotado, ao mesmo tempo em que se firma uma relação amistosa entre ambas as partes; e ao fazê-lo, afirma tanto seu comprometimento com o cristianismo e com sua promoção, quanto sua superioridade política e militar. Novamente, os laços e hierarquias estabelecidos passam pelo crivo do cristianismo.

A entrada para o ano de 991 opera de forma semelhante. Nela lemos o seguinte:

Neste ano Olaf veio com 93 navios para Folkestone, e devastou os arredores, e então de lá foi para Sandwich, e então de lá para Ipswich, e tudo invadiu, e então para Maldon. E o *ealdorman* Brihtnoth veio lá contra ele com seu exército e lutou contra ele; e ele lá matou o *ealdorman* e controlou o campo. E depois paz foi firmada com eles e o rei depois o apadrinhou em sua confirmação [crisma].⁹⁹

A paz estabelecida e a confirmação de Olaf parecem ter acontecido, na verdade, em 994, pois na entrada para tal ano lemos novamente sobre tais eventos, de forma mais detalhada:

(...) E eles então trouxeram Olaf para o rei em Andover, com muita cerimônia, e o rei Ethelred apadrinhou-o em confirmação [crisma], e lhe concedeu presentes com realeza. Olaf prometeu – e cumpriu – que não voltaria jamais a Inglaterra com hostilidade.¹⁰⁰

Nesta entrada observa-se o fator religioso operando mais no



sentido de estabelecimento de paz e amizade entre os dois reis do que no de submissão propriamente dita. Trata-se, pois, não de um caso de conquista de território escandinavo por um rei inglês, mas da firmação de um acordo cujo objetivo era assegurar o fim das ofensivas de Olaf na Inglaterra.

É interessante que em tal entrada, anteriormente ao trecho citado, observe-se notável ênfase da destruição causada por Olaf. Há certo contraste entre a figura do rei escandinavo que devasta a Inglaterra e aquela do que estabelece paz e, aparentemente, certo nível de amizade com o rei inglês, honrando inclusive seu compromisso de não retornar com hostilidade à ilha. Estas duas faces de Olaf encontram-se separadas pela confirmação do mesmo, ato religioso no qual o rei inglês toma parte como padrinho, e pelo acordo que envolve a concessão de provisões e tributos aos escandinavos.

Raymond Ian Page faz uma interessante observação sobre o caso da conversão de Olaf, como retratada na *Crônica*:

Olaf Tryggvason é conhecido na tradição nórdica como um cristão convicto e proselitista, tanto que ofendeu a tradicional aristocracia agrária de algumas províncias norueguesas e eventualmente perdeu seu reino. Ele reinou de 995 a 1000 (de acordo com a datação tradicional), e muito desse tempo foi gasto obtendo e controlando um reino recalcitrante. Talvez isso o tenha impedido de retornar à Inglaterra “com hostilidade”, mas o cronista implica que foi sua confirmação ao cristianismo que causou essa mudança de comportamento¹⁰¹.

Temos, portanto, uma relação de amizade entre governantes escandinavos e ingleses cuja manutenção a *Crônica* credita à conversão ao cristianismo. Vemos aqui mais um exemplo de estreita ligação entre conversão ao cristianismo e acordo político, como nas demais



entradas que analisamos, ainda que não estejamos tratando de um caso de conquista ou vitória inglesa contra os escandinavos.

De forma geral, são essas as menções diretas a conversão de escandinavos ao cristianismo presentes na *Crônica Anglo-Saxã*. Dado que nossas outras duas fontes, a *Vida de Alfredo* e a *Crônica de Æthelweard*, incluem ambas uma única menção de tal tipo, i.e. aquela referente ao batismo de Guthrum em 878, debruçemo-nos a partir de agora sobre outros fatores, direta ou indiretamente relacionados à religião, que contribuem para a criação da oposição entre ingleses e escandinavos nas obras analisadas.

Tratando primeiramente da *Vida de Alfredo*, encontramos trechos em que o autor se esforça para atribuir caráter sobrenatural a certas vitórias inglesas, conforme a própria fé atua em favor dos cristãos e conforme a providência divina concede-lhes forças para enfrentar os inimigos pagãos. Tomemos como exemplo, primeiramente, um trecho referente ao ano de 867:

Naquele tempo um grande conflito, induzido pelo diabo, surgiu entre os nortúmbrios, como sempre acontece a um povo que atraí sobre si a ira de Deus. Pois os nortúmbrios, naquele tempo, como dissemos, haviam expulsado seu rei legítimo, chamado Osberht, do reino, e colocado um certo tirano, chamado Ælla, que não tinha ascendência real, como líder de seu reino. Mas quando os pagãos chegaram, por conselho divino e com a ajuda de magnatas, tal conflito diminuiu um pouco para o bem comum (...)¹⁰²

Notamos que os nortúmbrios aparecem aqui de duas maneiras distintas: em um primeiro momento como um povo que atraiu para si a ira de Deus, e num segundo como um povo merecedor do conselho divino. O que define essa mudança é precisamente a luta contra



os escandinavos, apresentada como o bem maior que justificaria o merecimento de tal conselho. Segue-se uma parcial diminuição do conflito em prol de uma união entre os dois reis nortúmbrios para fazer frente a invasão escandinava.

O que convém destacar aqui é, em primeiro lugar, a intervenção de Deus em favor dos cristãos, mesmo que se tratando daqueles que anteriormente haviam atraído sua ira. No contexto da oposição entre cristãos e pagãos estabelecida pelo autor da *Vida*, faz sentido inserir o sobrenatural enquanto força decisiva para a resolução de conflitos em uma situação em que uma divisão política ameaçava a unidade da Nortúmbria. Assim, parece-nos que tal escolha opera no sentido de conferir ao lado nortúmbrio o caráter de povo escolhido por Deus para merecer sua ajuda frente a invasão pagã. Pouco importam as divisões internas: na luta contra os escandinavos, os nortúmbrios emergem como este povo que Deus escolheu beneficiar, ao passo em que os escandinavos nos são apresentados como uma ameaça maior capaz de unir um reino dividido.

No âmbito da identidade, esse discurso parece construir a ideia de uma aristocracia unida sob Deus: atribui-se aos reis e a aristocratas menores - os “magnatas” – o papel de protetores do “bem comum”, responsáveis por garanti-lo frente à investida escandinava, numa entrada que exprime tanto um senso de unidade aristocrática quanto de unidade cristã frente à ameaça pagã. O que emerge daí é, novamente, uma identidade aristocrática particularmente vinculada, dentre outras coisas, ao cristianismo e à defesa do mesmo, construída em oposição aos invasores pagãos.

Em outras passagens o autor da *Vida* volta a atribuir caráter divino a vitórias inglesas. Tomemos como exemplo este trecho, referente ao ano de 871.



Então, por fim, corajosamente e como um javali selvagem, ele [Alfredo] preparou suas forças cristãs contra o exército inimigo, como havia anteriormente proposto, embora o rei ainda não houvesse chegado. Então, confiando no conselho de Deus e apoiado por Seu auxílio, ele colocou a parede de escudos junta de forma ordenada, e imediatamente avançou seus estandartes de guerra contra o inimigo. Finalmente o rei Æthelred, tendo completado as preces com as quais estivera ocupado, chegou, e tendo evocado o grande Governante do mundo, de uma vez entrou na batalha.¹⁰³

Aqui tanto Alfredo quando seu irmão Æthelred, na época rei de Wessex, são auxiliados por forças divinas em batalha contra os escandinavos. Reparemos que o autor da *Vida* tende a ser enfático neste sentido, chamando atenção para a força da fé dos dois irmãos e para o fato de que ambos, ao entrarem em batalha, recebem o apoio de Deus.

Eis uma sutil diferença em relação à passagem referente aos reis nortúmbrios: aqui o auxílio divino parece relacionar-se mais estreitamente à fé em Deus e à sua aclamação. Os escandinavos continuam sendo apresentados como aqueles contra quem a ajuda de Deus é mobilizada, porém os saxões ocidentais aqui envolvidos nos parecem mais merecedores da mesma do que os nortúmbrios da passagem anterior. Tratando-se de uma obra que, como comentamos, tem como objetivo a exaltação de Alfredo e da realeza de Wessex, essa diferença não surge como uma surpresa. O que convém destacar aqui é a importância conferida à fé cristã: considerando as duas passagens em conjunto, percebemos que a intervenção divina em favor dos cristãos justifica-se duplamente tanto pela fé dos mesmos, como nos mostra nosso segundo exemplo, quanto pela ameaça representada pelos pagãos, mesmo no caso dos nortúmbrios, que haviam anteriormente atraído a ira de Deus. Em ambos os casos o que salta aos olhos é a ideia de uma aristo-



cracia inspirada e auxiliada pela divindade, uma cuja identidade cristã constrói-se na oposição aos escandinavos pagãos.

Portanto, é na exaltação dos aristocratas ingleses, de um lado, e no olhar negativo lançado sobre os escandinavos, do outro, que reside o papel da temática religiosa na oposição entre os dois. A passagem seguinte, ainda tratando da batalha de Ashdown, ilustra bem essa ideia:

(...) Havia além disso, naquele lugar, um solitário espinheiro atrofiado, o qual nós mesmos vimos com nossos próprios olhos, ao redor do qual as linhas hostis de batalha se chocaram violentamente, com imenso clamor em todos os lados – o primeiro defendendo o lado do mal, o outro lutando pela vida, pelos entes queridos e pela pátria. Quando ambos os lados haviam estado lutando para lá e para cá corajosamente e com excessiva crueldade por um longo tempo, os pagãos, por julgamento divino, escandalosamente fugiram, não sendo mais capazes de aguentar o ataque violento dos cristãos, e porque grande parte de suas forças havia sido massacrada¹⁰⁴

A oposição entre ambos os lados fica aqui evidente inclusive nos objetivos de ambos. Segue-se que o julgamento divino atua novamente em favor dos ingleses, conforme autor da *Vida* segue com seu já mencionado enfoque na religião enquanto principal fator de oposição entre ingleses e escandinavos, cristãos e pagãos. A intervenção divina atua, assim, no sentido de reforçar este teor.

Por último, em relação à *Vida de Alfredo*, convém tratarmos de uma curiosa passagem sobre o monastério de Athelney, na qual o autor nos diz que Alfredo busca suprir a falta de monges ingleses através do recrutamento de estrangeiros: “(...) Naquele monastério também nós vimos um da nação pagã – um mero jovem – que foi lá



educado no hábito monástico, e verdadeiramente ele não foi o último deles a fazê-lo”.¹⁰⁵ Ainda no reinado de Alfredo, portanto, temos uma referência a um jovem escandinavo ingressando na vida monástica. Trata-se de uma referência indireta a um episódio de conversão que o autor diz não ter sido o único. Atribui-se a Alfredo o crédito por trazer não só ao cristianismo, mas também à vida monástica, um não dito número de pagãos. Vemos novamente a realeza vinculada à conversão de escandinavos, ainda que não em um caso que envolva submissão política ou conquista militar.

De Æthelweard consideramos propício citar duas passagens que evocam indiretamente questões religiosas em relação os escandinavos. A primeira consiste em uma curta entrada que nos informa sobre a morte de um rei escandinavo da Nortúmbria, Guthfrith, em 896: “No curso de também um ano, morreu Guthfrid, rei dos Nortúmbrios, no aniversário do apóstolo de Cristo São Bartolomeu, cujo corpo está enterrado em York, na igreja alta.”¹⁰⁶ Aqui o autor parece abandonar o teor pejorativo de seu tratamento dos escandinavos, inclusive vinculando a morte de Guthfrith ao dia de nascimento de um santo, e mencionando o fato de seu corpo estar enterrado em uma igreja. Tais informações, para além de nos dizerem que Guthfrith era cristão, denotam que, pelo menos neste caso, a religião do rei pode ter atuado como fator atenuante do aparente desprezo de Æthelweard pelos escandinavos.

É cabível, ainda, interpretar essa mudança como resultado das sabidas relações estabelecidas entre os reis escandinavos de York e a Igreja na época¹⁰⁷. Podemos inferir que a questão religiosa aqui importa a Æthelweard por inserir-se no contexto de uma aliança entre o rei escandinavo e a Igreja; o que justifica sua aparente simpatia por Guthfrith e o que determina o teor religioso do relato de sua morte. Novamente, a estreita ligação entre conversão ao cristianismo e



aliança política aparece no âmago do interesse dos autores ingleses em suas narrativas.

Contrastante com o relato da morte de Guthfrith é aquele presente em uma entrada para o ano de 909, que nos informa sobre a morte de três reis escandinavos em uma batalha contra uma força de mércios e saxões ocidentais:

(...) e os três reis deles lá caíram, naquele tumulto ou batalha, nomeadamente, Halfdene, Ecwils, e Hingwar: eles perderam sua soberania, e desceram à corte do rei infernal, e seus anciãos e nobres com eles.¹⁰⁸

A diferença torna-se evidente: no primeiro trecho, temos um rei escandinavo cristão, com conhecidas relações amistosas com a Igreja; no segundo, um trio de reis escandinavos que, como nos informa Æthelweard, engaja-se em uma campanha de destruição pela Mércia antes de conhecer seu fim na mencionada batalha. O teor religioso de ambas as entradas parece derivar desta diferença: a Guthfrith é dispensada uma menção aparentemente honrosa, enquanto aos três reis citados no segundo trecho é reservado o inferno.

Convém encerrar este subcapítulo com uma breve discussão do tratamento dispensado aos escandinavos em relatos referentes ao início do século XI, quando das renovadas invasões à Inglaterra, promovidas por reis dinamarqueses sabidamente cristãos que eventualmente ascenderam ao trono inglês, nomeadamente Swein Forkbeard e seu filho Cnut, o Grande. Tais entradas da *Crônica Anglo-Saxã* podem nos dar uma ideia de como escandinavos sabida ou presumidamente cristãos, convertidos já há uma ou duas gerações, nos são apresentados em uma narrativa inglesa. Ressaltamos que mais adiante, em nossa análise das obras do século XII, trataremos novamente desta questão.



A partir de um primeiro olhar notamos que as entradas para o século XI como um todo mantêm um evidente tom pejorativo contra os escandinavos e uma notável ênfase na destruição e violência cometidas pelos mesmos. No ano 1001, por exemplo, lemos que os escandinavos “(...) fizeram exatamente o que estavam acostumados, mataram e queimaram”¹⁰⁹. Logo em seguida, na entrada para o ano de 1002, lemos sobre o famoso massacre do dia de São Brice, no qual o rei Æthelred “(...) ordenou que que fossem mortos todos os daneses que estivessem na Inglaterra”¹¹⁰, por conta, diz-nos a *Crônica*, de uma suspeita de traição por parte dos escandinavos. O fato de estes já serem presumidamente cristãos e já há tempos assentados na Inglaterra parece não ter feito diminuir certos antagonismos entre os dois povos.

Outras entradas para os anos seguintes continuam a dar ênfase à maldade dos escandinavos, como aquelas referentes aos anos de 1006 e 1010. Na entrada para o ano de 1011, encontramos certa ênfase em aspectos religiosos:

(...) E então eles capturaram o arcebispo Ælfheah, e o magistrado do rei Ælfweard, e a abadessa Leofrun, e o bispo Godwine; e deixaram o abade Ælfmær escapar. E tomaram cativos lá todos os eclesiásticos, e homens e mulheres – é impossível para qualquer homem dizer quanto daquele povo – e ficaram depois na vila o tanto quanto quiseram. E quando saquearam toda a vila, foram para seus navios e levaram o arcebispo com eles.

E foi então cativo aquele que havia sido o líder do povo inglês e da cristandade. Podia a miséria ser vista onde frequentemente esteve a felicidade, naquela miserável cidade da qual primeiro veio [a nós] o cristianismo e a felicidade em coisas divinas e seculares. E eles mantiveram o arcebispo com eles até quando o martirizaram.¹¹¹



Esta longa e dramática entrada nos mostra escandinavos particularmente agressivos contra eclesiásticos. A ênfase dada ao destino do arcebispo colabora para mostrar o acontecimento todo como uma espécie de ataque contra a própria cristandade. Assim opera também a entrada para o ano seguinte, que nos fala detalhadamente sobre o violento martírio de um bispo:

Eles capturaram o bispo, e o trouxeram a sua assembleia na noite do domingo de páscoa, o qual foi 19 de Abril, e vergonhosamente o mataram lá: eles o apedrejaram com ossos e com cabeças de bois, e um deles o acertou na cabeça com a parte de trás de um machado, de modo que ele caiu com o golpe, e seu sangue sagrado derramou-se no chão, e então ele mandou sua alma sagrada ao reino de Deus. E de manhã seu corpo foi carregado a Londres, e os bispos Eadnoth e Ælfhun e os cidadãos o receberam com toda a reverência e o enterraram no *minster* de São Paulo. E Deus agora lá revela os poderes do santo mártir.¹¹²

É difícil precisar até que ponto os invasores envolvidos nestes dois relatos eram ou não cristãos, mas em uma época posterior a conversão de seus líderes, é possível supor que se tratassem já de escandinavos convertidos. Na prática, no entanto, o discurso contra os mesmos permanece muito semelhante ao que fora no passado: continua reduzindo o conflito à querela entre ingleses cristãos e *vikings* aparentemente pagãos, mesmo em épocas em que o cristianismo já penetrava na própria Escandinávia¹¹³.

As entradas para os anos seguintes tratam do breve reinado de Swein Forkbeard e apresentam tal rei de forma negativa ao ponto de considerar sua morte um “evento feliz”¹¹⁴. Seu filho Cnut, o Grande, aparece como um líder cruel, que na entrada para o ano de 1014 é



dito ter ordenado a remoção das mãos, narizes e orelhas de reféns anteriormente dados a seu pai¹¹⁵.

Em 1017, Cnut ascende ao trono inglês. A partir daí a *Crônica* abandona o teor pejorativo ao se referir ao rei escandinavo, evidenciando sua aparente e rápida aceitação de novos governantes e regimes, como notado por Nicholas Brooks¹¹⁶. Convém salientar, porém, que isso só acontece a partir do momento em que se consolida o reinado de Cnut, ou seja, em um momento no qual o mesmo passa a fazer parte da realeza da Inglaterra. Se considerarmos a hipótese de Brooks, segundo a qual deve-se compreender a *Crônica Anglo-Saxã* como um relato continuamente produzido a partir da realeza, tal mudança não surge como uma surpresa.

O que podemos concluir acerca das entradas da *Crônica* para esse início do século XI é que o teor pejorativo contra os escandinavos é mantido, e que a religião destes últimos parece pouco importar ao autor. Vemos uma preponderância de aspectos religiosos no tratamento das vítimas de seus ataques, o que corrobora para enfatizar sua imagem violenta e a oposição, sempre marcada, entre os invasores e os nativos. Nessas entradas o discurso sobre as elites eclesásticas, exaltadas e apresentadas como mártires, opera nesse sentido.

De forma geral, acreditamos ser possível identificar um eixo temático que perpassa as três obras aqui analisadas, referente à oposição entre ingleses e escandinavos e às relações entre os mesmos. É nessa oposição que se assenta o discurso que busca construir, reproduzir e consolidar uma identidade aristocrática vinculada à guerra, à conquista militar e a valores como coragem e bravura. Nesse contexto, o cristianismo aparece como uma ferramenta através da qual tal identidade se justifica, a partir do momento em que marca a oposição entre ingleses e escandinavos, ao menos em um primeiro momento, e em que traduz os laços hierárquicos estabelecidos entre



aristocratas – no que se inclui os reis, no topo. A defesa do cristianismo, assim, aparece como justificativa do poder régio e aristocrático no momento em que as elites inglesas enfrentam inimigos pagãos, ou de alguma forma vinculados ao paganismo; ao mesmo tempo, o apadrinhamento cristão, no batismo ou na crisma, traduz em moldes religiosos as relações de dominação e subordinação entre reis e inimigos derrotados.



Notas de fim

- ¹ Em nossa análise, estaremos utilizando uma tradução de 1961 da *Crônica* para o inglês moderno, produzida por Dorothy Whitelock, David C. Douglas e Susie I. Tucker.
- ² REYNOLDS, Susan. **What Do We Mean by “Anglo-Saxon” and “Anglo-Saxons”?** In: *The Journal of British Studies*, vol. 24, issue 04. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 395 – 414
- ³ BROOKS, Nicholas. **‘Anglo-Saxon Chronicle(s)’ or ‘Old English Royal Annals’?** In: JOHNS, Susan M.; NELSON, Janet L.; REYNOLDS, Susan (eds.). *Gender and Historiography: Studies in the earlier middle-ages in honour of Pauline Stafford*. London: University of London, School of Advanced Study, Institute of Historical Research, 2012, p. 35-48.
- ⁴ “Os manuscritos são: MS. A – *The Parker Chronicle* ou *The Winchester Chronicle* (c. 891-1093), MS. B – *The Abingdon Chronicle I*, compilado a partir do ano 1000, MS. C – *The Abingdon Chronicle II*, compilado na 2ª metade do século XI-1066, MS. D – *The Worcester Chronicle*, compilado a partir do século XI e que inclui algum material de Beda, MS. E – *The Peterborough Chronicle*, MS. F – *The Cantebury Bilingual*, duas compilações: em latim e inglês antigo, MS G, que é uma cópia do MS. A e o MS H – apenas um fragmento que contém os anos de 1113-1114”. ALBUQUERQUE, 2017, p.63-64.
- ⁵ *Ibid.*, p. 63.
- ⁶ Embora haja dúvidas, o teor propagandístico da *Crônica* indica que a mesma tenha sido de fato comissionada diretamente por Alfredo (GRANSDEN, Antonia. **Historical Writing in England I, c. 550 – c. 1307**. London and New York: Routledge, 1996, p. 34-35).
- ⁷ GRANSDEN, 1996, p. 32.
- ⁸ *Ibid.*, p. 38.
- ⁹ “(...) the Alfredian chronicle is essentially a history of Wessex told with a touch of propaganda in favour of the ruling dynasty”. *Ibid.*, p. 34.
- ¹⁰ GRANSDEN, Antonia. **The Chronicles of Medieval England and Scotland (Part I)**. In: *Journal of Medieval History*, 16:2. Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1990, p. 129-150, p. 137.
- ¹¹ GRANSDEN, 1996, p. 36.
- ¹² BROOKS, Nicholas. **Why is the Anglo-Saxon Chronicle About Kings?** In: *Anglo-Saxon England*, 39. Cambridge University Press, 2011, p. 43-70, p. 47.
- ¹³ Indicaremos nas notas de rodapé sempre que os trechos citados forem exclusivos de um ou de outro manuscrito. Cabe notar que tradução para o inglês moderno que utilizamos na presente pesquisa (cf. nota de rodapé 171) informa manuscritos específicos apenas quando as entradas não aparecem de forma praticamente idêntica no chamado “estoque comum” (*common stock*), definido na dita tradução como formado pelos manuscritos A, B e C. As entradas deste estoque são traduções diretas do manuscrito C. Para mais detalhes, cf. WHITELOCK, Dorothy; DOUGLAS, David C.; TUCKER, Susie I. **The Anglo-Saxon Chronicle**. London: Eyre and Spottiswoode, 1961, p. xxxi – xxxii.
- ¹⁴ BROOKS, *Op. Cit.*, p. 51-60.
- ¹⁵ “It was primarily a secular record, although, because of the close connection of church and state, it recorded important ecclesiastical events (such as the succession of archbishops and bishops).” GRANSDEN, *Op. Cit.*
- ¹⁶ DUMVILLE, *Op. Cit.*, p. 354.
- ¹⁷ DUMVILLE, *Op. Cit.*, p. 353.



- ¹⁸ GRANSDEN, *Op. Cit.*, p. 33.
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 34.
- ²⁰ ALBUQUERQUE, *Op. Cit.*, p. 67.
- ²¹ Para uma discussão acerca da autoria da *Vida de Alfredo*, ver GRANSDEN, 1996, p. 47-51.
- ²² ALBUQUERQUE, *Op. Cit.*, p. 67-68.
- ²³ SMYTH, Alfred P. **The medieval life of King Alfred the Great: a translation and commentary on the text attributed to Asser**. Hampshire and New York: Palgrave, 2002, p. xiii.
- ²⁴ ALBUQUERQUE, *Op. Cit.*, p. 69.
- ²⁵ GRANSDEN, *Op. Cit.*, p. 46.
- ²⁶ *Ibid.*, p. 46; 48.
- ²⁷ *Ibid.*, p. 52-53.
- ²⁸ GRANSDEN, 1975, p. 371.
- ²⁹ *Ibid.*, p. 372.
- ³⁰ Estaremos, em nossa análise, utilizando uma tradução da *Crônica de Æthelweard* para o inglês, produzida por J. A. Giles e publicada em 1896.
- ³¹ GRANSDEN, 1996, p. 42.
- ³² *Ibid.*, p. 44.
- ³³ GRANSDEN, *Op. Cit.*, p. 43.
- ³⁴ Æthelweard tried to make his compilation readable by breaking down the annalistic arrangement of the chronicles he used, in order to produce a continuous narrative. He adopts the <stepping-stone> method of chronology (<in the next year>, <two years later>, and so on). The result is often chronological confusion, although some errors in dates were probably due to obscurities and mistakes in the copy of the Anglo-Saxon Chronicle Æthelweard used". *Ibid.*, p. 43-44.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 44.
- ³⁶ *Ibid.*, p. 45.
- ³⁷ "In this year King Brihtric married Offa's daughter Eadburh. And in his days there came for the first time three ships of Northmen (...). Those were the first ships of Danish men which came to the land of the English", ASC, p. 35.
- ³⁸ "In this year dire portents appeared over Northumbria and sorely frightened the people. They consisted of immense whirlwinds and flashes of lightning, and fiery dragons were seen flying in the air. A great famine immediately followed those signs, and a little after that in the same year, on 8 June, the ravages of heathen men miserably destroyed God's church on Lindisfame, with plunder and slaughter." ASC, *MS D* (E) p. 36.
- ³⁹ ASC, p. 46.
- ⁴⁰ "The use of names of vikings' leaders is effectively coincident with settlement: there was now no option but to recognise that Scandinavians were no longer hostile transients but instead hostile neighbours with whom it might be necessary or profitable sometimes to ally. These were in principle new permanent local competitors for status and resources, and ones about whose habits, language and patterns of thought it was necessary to learn fast. Just as vikings sought to – and did – exploit political differences between the natives of territories in which they operated, so the natives would have to find ways to profit from, and indeed encourage, dissension between or within viking-groups". DUMVILLE, 2008, p. 358.



- ⁴¹ *Ibid.*, p. 354.
- ⁴² “The Danes were previously subjected by force under the Norsemen, for a long time in bonds of captivity to the heathens, until the defender of warriors, the son of Edward, King Edmund, redeemed them, to his glory”. ASC, *MS C* (A, B, D), p. 71.
- ⁴³ SHELDON, 2011, p. 9.
- ⁴⁴ DOWNHAM, Clare. ‘Hiberno-Norwegians’ and ‘Anglo-Danes’: anachronistic ethnicities and Viking-Age England. In: *Medieval Scandinavia*, 19. University of Aberdeen, UK: The Centre for Scandinavia Studies, 2009, p. 139-169, p. 152.
- ⁴⁵ SHELDON, *Op. Cit.*
- ⁴⁶ TIMOFEEVA, Olga. **The Viking outgroup in early medieval English chronicles**. In: *Journal of Historical Sociolinguistics*, 2016a; 2(1): 83–121, p. 118.
- ⁴⁷ *Ibid.*
- ⁴⁸ DOWNHAM, *Op. Cit.*, p. 146-149.
- ⁴⁹ “(...) the use of the term *Dene* in ‘The Anglo-Saxon Chronicle’ can be regarded as similar to the use of the terms *Dani* and *Nordmanni* in Frankish chronicles: that is, as a general name for those of Scandinavian cultural identity rather than a label referring to people of one particular Scandinavian ethnicity”. *Ibid.*, p. 129.
- ⁵⁰ Para uma discussão aprofundada sobre o assunto, cf. DOWNHAM, 2009.
- ⁵¹ SMYTH, 2002, p. 57-8.
- ⁵² “(...) life of a Christian king, whose struggle against the Vikings is, essentially, that between good and evil”. TIMOFEEVA, 2016a, p. 95.
- ⁵³ TIMOFEEVA, Olga. **Alfredian Press on the Vikings: A Critical Discourse Approach to Outgroup Construction**. In: *Journal of English Linguistics*, 2016b, Vol. 44(3) 230–253, p. 239.
- ⁵⁴ ASC 851 (853 C), p. 42; VdA, p. 5.
- ⁵⁵ “Then the same year Ealhhere with the people of Kent and Huda with the people of Surrey fought in Thanet against the heathen army, and at first had the victory; and many men on both sides were killed and drowned there, and both the ealdormen killed”. ASC 853 (854 C), p. 43.
- ⁵⁶ “*Both sides fought it out fiercely*”. VdA, p. 18, grifos do autor.
- ⁵⁷ “*Meanwhile, however, the Pagans, like foxes, secretly bursting out of their camp by night, broke the treaty, and scorning the promise of money – for they knew they would obtain more money from stolen booty than from peace – ravaged the entire eastern region of Kent*”. VdA, p. 12-13, grifos do autor.
- ⁵⁸ Para um quadro comparativo que melhor ilustre esta ideia, ver o Anexo 3.
- ⁵⁹ ÆTHELWEARD, p. 23.
- ⁶⁰ PAGE, R.I. ‘**A Most Vile People**’: **Early English Historians on the Vikings**. London: Viking Society for Northern Research, 1987, p. 3.
- ⁶¹ ÆTHELWEARD, p. 35.
- ⁶² ÆTHELWEARD, p. 32.
- ⁶³ TIMOFEEVA, 2016a, p. 106.
- ⁶⁴ *Ibid.*
- ⁶⁵ ASC, *MS C* (A,B), *MS D* (E), p. 8.
- ⁶⁶ Identificado como o bispo Palladius nos manuscritos C (A, B) e como Patrick no manuscrito E. Ver ASC, p. 9, nota de rodapé.



⁶⁷ Habitantes da atual Irlanda.

⁶⁸ ASC, *MS C (A,B)*, *MSE*, p. 9.

⁶⁹ “Their leaders were two brothers, Hengest and Horsa, who were sons of Wihthgils. Wihthgils was the son of Wittu, the son of Wecta, the son of Woden. From that Woden has descended all our royal family, and that of the Southumbrians also” ASC, *MSE*, p. 10.

⁷⁰ ASC, p. 44.

⁷¹ “Seeing that Pagan poets strive to parade their fictitious tales in bombastic measures and with tragedy’s wailing, or with [comedy’s] ridiculous Geta, or by means of whatever kind of poetic art you like, they renew the raging contagion of abominable deeds and sing of monumental wickedness, and in scholarly manner they relate many lies in Egyptian books. Why then should I, accustomed to chanting praises in songs of David upon an instrument of ten strings, and who take my place with awe in the holy choir, chanting heavenly words in gentle diction – why should I be silent on the illustrious miracles of Christ who bore us Salvation?”. *VdA*, p. 4.

⁷² “(...) They were the grandsons of Woden, king of the barbarians, whom the pagans have since raised to an abominable dignity, and honouring him as a god, offer sacrifice to him for the sake of victory or valour, and the people, deceived, believe what they see, as is their wont. (...)”. *ÆTHELWEARD*, p. 4.

⁷³ “For the unbelievers of the North are oppressed by such delusion that they worship him as a god even to this day, namely the Danes, the Northmen, and the Suevi”. *Ibid.*, p. 5.

⁷⁴ YORKE, 2003, p. 15-16.

⁷⁵ “In this year Penda perished and the Mercians became Christians”. ASC, *MS C (A, B)*, p. 20.

⁷⁶ BROOKS, 2011, p. 43.

⁷⁷ SANMARK, 2012, p. 39-40.

⁷⁸ SANMARK, *Op. Cit.*

⁷⁹ “And also in this year Oswald succeeded to the kingdom of the Northumbrians, and he reigned for nine years. The ninth year is counted to him because of the heathenism practiced by those who reigned the one year between him and Edwin”. ASC, *MSE*, p. 18.

⁸⁰ “(...) the English received the faith and erected temples, and our Saviour Jesus Christ exhibited innumerable miracles to his faithful followers through the prayers of the bishop, St. Augustine”. *ÆTHELWEARD*, p. 10.

⁸¹ ALBUQUERQUE, 2017, p. 158.

⁸² “Outlawing the adversary on legal and religious grounds, their authors create discourses in which the basic social-identity principle – ‘our group is good and right, and their group is bad and wrong’ – can be reformulated as ‘our group is good and right because we have a fair law and follow Christianity, and their group is bad and wrong, because they have no law and follow paganism’”. TIMOFEEVA, 2016a, p. 101.

⁸³ “Those who wrote the original text of ‘The Anglo-Saxon Chronicle’ drew on various sources for the years since the beginning of the Viking Age. The resulting annals give little sense of consistency of vikings’ purposes, with a very fragmentary record of what they did, and no sense of who led the vikings in their actions, until 865” DUMVILLE, *Op. Cit.*, p. 354.

⁸⁴ “And then the enemy gave him preliminary hostages and great oaths¹⁷ that they would leave his kingdom, and promised also that their king should receive baptism, and they kept their promise. Three weeks later King Guthrum with 3018 of the men who were the most



important in the army came [to him] at Aller, which is near Athelney, and the king stood sponsor to him at his baptism there (...) And he was twelve days with the king, and he honoured him and his companions greatly with gifts". ASC, p. 49-50.

⁸⁵ "*King Alfred raised him from the sacred font of Baptism, receiving him as his adopted son*". VdA, p. 27, grifos do autor.

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ HADLEY, 2006, p. 29-30.

⁸⁸ *Ibid.*

⁸⁹ "*In this year also Ealdorman Ealhbere, along with the men of Kent, and Huda with the men of Surrey, fought bravely and courageously against an army of Pagans in the island which is called in English, Thanet, and which in the British language [is called] Ruim. At first, the Christians were victorious*". VdA, p. 7, grifos em itálico do autor, designando trechos comuns à *Crônica*; grifos em negrito (na tradução) meus.

⁹⁰ "And the northern king, Guthrum, whose baptismal name was Athelstan, died. He was King Alfred's godson, and he lived in East Anglia and was the first to settle that land." ASC, p. 53.

⁹¹ Equivalente ao submundo, na mitologia romana.

⁹² "Then also Gothrun, king of the northern English, yielded his breath to Orcus; he had taken the name of Athelstan, as he came out of the baptismal laver, from his godfather, king Alfred, and had his seat among the East-Angles, since he there also had held the first station." ÆTHELWEARD, p. 34-35.

⁹³ Dorothy Whitelock, em nota de rodapé, esclarece que tal primazia é atribuída Guthrum em relação a outros daneses. ASC, p. 53.

⁹⁴ (...) And Hæsten's wife and two sons were brought to the king; and he gave them back to him, because one of them was his godson, and the other the godson of Ealdorman Ethelred. They had stood sponsor to them before Hæsten came to Benfleet, and he had given the king oaths and hostages, and the king had also made him generous gifts of money, and so he did also when he gave back the boy and the woman. But immediately they came to Benfleet and had made that fortress, Hæsten ravaged his kingdom, that very province which Ethelred, his son's godfather, was in charge of (...). ASC, p. 54.

⁹⁵ "In this year King Edmund besieged King Olaf and Archbishop Wulfstan in Leicester, and he could have subdued them if they had not escaped by night from the borough. And after that Olaf secured King Edmund's friendship". ASC, *MS D*, p. 71.

⁹⁶ "In this year King Edmund stood sponsor to King Olaf at baptism, and the same year, after a fairly big interval, he stood sponsor to King Ragnald at his confirmation". A adição "and he bestowed gifts on him royally" consta no *MS D*, como comentado por Whitelock em nota de rodapé. *Ibid*, *MS C* (A, B, D).

⁹⁷ ABRAMS, 2000, p. 139-140.

⁹⁸ ASC, p. 58-59.

⁹⁹ "In this year Olaf came with 93 ships to Folkestone, and ravaged round about it, and then from there went to Sandwich, and so from there to Ipswich, and overran it all, and so to Maldon. And Ealdorman Brihtnoth came against him there with his army and fought against him; and they killed the ealdorman there and had control of the field. And afterwards peace was made with them and the king stood sponsor to him afterwards at his confirmation." ASC, *MS A*, p. 82.

¹⁰⁰ (...) And they then brought Olaf to the king at Andover with much ceremony, and



King Ethelred stood sponsor to him at confirmation, and bestowed gifts on him royally. And then Olaf promised - as also he performed - that he would never come back to England in hostility." ASC, *MS C* (D, E), p. 83.

¹⁰¹ "Olaf Tryggvason is known in Norse tradition as a convinced and proselytizing Christian, so much so that he offended the traditional farming aristocracy of some of the Norwegian provinces and eventually lost his realm. He reigned from 995 to 1000 (according to the traditional dating), and much of that time was spent in gaining and controlling a recalcitrant kingdom. It may be this that prevented Olaf from returning to England 'in hostility', but the Chronicler implies it was his confirmation in Christianity that caused this change of behaviour". PAGE, R.I. **Chronicles of the Vikings: Records, Memorials and Myths**. Toronto: University of Toronto Press Incorporated, 1995, p. 225.

¹⁰² "*At that time a very great strife, prompted by the devil, had arisen among the Northumbrians, as always happens to a people which has incurred the hatred of God. For the Northumbrians, at that time, as we have said, had expelled their legitimate king, called Osberht, from the kingdom, and had placed a certain tyrant, called Ælla, who was not of royal descent at the head of their realm.* But on the arrival of the Pagans, by Divine counsel and with the help of the magnates, that strife had abated to some little extent for the common good (...)". VdA, p. 15, grifos do autor.

¹⁰³ "Then, at last, boldly and like a wild boar, he drew up his Christian forces against the enemy army as he had earlier proposed, although the king had not yet come. So, relying on God's counsel and supported by His help, he drew the shield-wall together in an orderly way, and immediately advanced his war-banners against the enemy. **Finally King Æthelred, having completed the prayers with which he was occupied, arrived, and having invoked the great Ruler of the world, at once entered the battle**". VdA, p. 19, grifos do autor.

¹⁰⁴ "There was moreover, in that place, a solitary quite stunted thorn tree, which we ourselves have seen with our own eyes, around which the hostile lines of battle clashed violently, with an immense clamour on all sides - the one espousing the side of wrongdoing, the other fighting for life, loved ones and fatherland. When both sides had been fighting to and fro courageously and with excessive cruelty for some long time, the Pagans, by Divine judgement, took to scandalous flight, being no longer able to bear the onslaught of the Christians, and because the greater part of their forces had been slain" VdA, p. 19.

¹⁰⁵ "In that monastery also we saw one of the Pagan nation - a mere youth - who was educated there and enduring in the monastic habit, and truly he was not the last of them to do so." VdA, p.46.

¹⁰⁶ "In the course of one year also, died Guthfrid, king of the Northumbrians, on the birthday of Christ's apostle, St. Bartholomew, whose body is buried at York, in the high church". ÆTHELWEARD, p. 37.

¹⁰⁷ INNES, Matthew. **Danelaw Identities: Ethnicity, Regionalism, and Political Allegiance**. In: HADLEY, D; RICHARDS, J. *Cultures in Contact: Scandinavian Settlement in England in the Ninth and Tenth Centuries*. Turnhout: Brepols, 2000, p. 65-88, p. 79.

¹⁰⁸ "(...) and their three kings fell there in that turmoil or battle, namely, Halfdene, Ecwils, and Hingwar: they lost their sovereignty, and descended to the court of the infernal king, and their elders and nobles with them". ÆTHELWEARD, p. 39.

¹⁰⁹ "(...) did exactly as they were accustomed, slew and burnt". ASC, *MS C* (D, E), p. 85.

¹¹⁰ "(...) ordered to be slain all the Danish men who were in England" *Ibid.*, *MS C* (D, E), p. 86.

¹¹¹ "And then in this year, between the Nativity of St. Mary and Michaelmas, they besieged



Canterbury, and they got inside by treachery, for Ælfmær, whose life Archbishop Ælfheah had saved, betrayed it. Then they captured there Archbishop Ælfheah, and the king's reeve Ælfweard, and Abbess Leofrun, and Bishop Godwine; and they let Abbot Ælfmær escape. And they took captive there all the ecclesiastics, and men and women - it was impossible for any man to tell how much of that people that was - and they stayed afterwards in that borough as long as they pleased. And when they had then ransacked the whole borough, they went to their ships and took the archbishop with them.

He was then a captive who had been head of the English people and of Christendom. There could misery be seen where happiness was often seen before, in that wretched city from which first came [to us] Christianity and happiness in divine and secular things. And they kept the archbishop with them till the time when they martyred him.” ASC, *MS C* (D, E), p. 91.

¹¹² “They seized the bishop, and brought him to their assembly on the eve of the Sunday of the octave of Easter, which was 19 April, and shamefully put him to death there: they pelted him with bones and with ox-heads, and one of them I struck him on the head with the back of an axe, that he sank down with the blow, and his holy blood fell on the ground, and so he sent his holy soul to God’s kingdom. And in the morning his body was carried to London, and the bishops Eadnoth and Ælfhun and the citizens received it with all reverence and buried it in St. Paul’s minster. And God now reveals there the powers of the holy martyr.” *Ibid.*, *MS C* (D, E), p. 91-92.

¹¹³ THOMAS, 2003, p. 27-28.

¹¹⁴ ASC, *MS C* (D, E), p. 93.

¹¹⁵ *Ibid.*, *MS C* (D, E).

¹¹⁶ BROOKS, 2011, p. 62.



4



s escandinavos
e a religião nas
obras inglesas
do século XIII



Deste último capítulo daremos conta da análise de quatro obras do século XII que incorporam em suas narrativas relatos sobre a Era Viking. São estas a *Gesta Regum Anglorum*, de William de Malmesbury; a *Historia Regum*, atribuída a Simeon de Durham, em conjunto com a *Crônica de Worcester*; e a *Historia Anglorum*, de Henry de Huntingdon.

1. Nosso corpus documental: as obras do século XII

Direcionar nossa análise para as obras produzidas no século XII implica em um salto temporal significativo em relação às obras tratadas no capítulo anterior. Não estamos mais lidando com o contexto de uma Inglaterra não unificada, em processo de unificação ou recentemente unificada; também não tratamos mais de uma Inglaterra Anglo-Saxã, e sim de uma que já fora, no século anterior, conquistada pelos normandos. Acima de tudo, não estamos mais em um contexto em que a oposição “escandinavos x ingleses” reflete uma realidade próxima, tendo a Era Viking chegado a seu fim e tendo o paganismo essencialmente desaparecido da Europa ocidental.

Isso significa dizer que os usos da oposição entre ingleses e escandinavos, tão claros em fontes mais antigas, já não são tão eviden-



tes. Diferentemente das obras do período anglo-saxão, aquelas do século XII já não olham para as invasões e para o estabelecimento escandinavos na Inglaterra como eventos pertencentes ao presente, ou mesmo a um passado recente cujos ecos ainda ressoam no contexto em que são produzidas.

Uma vez que tal oposição já não mais figura entre as temáticas mais relevantes ao contexto dos autores de tais obras, e uma vez que estes próprios já não mais escrevem a partir de um lugar de produção “anglo-saxão”, em que os escandinavos representem qualquer tipo de ameaça a ser combatida, faz sentido que os modos pelo quais tais autores se referiram aos escandinavos diferenciem-se daqueles pelos quais os autores das obras da Era Viking o fizeram. Ainda que tais autores adotem um tom pró-inglês, em que uma identidade inglesa seja ainda reivindicada e defendida, os termos pelos quais essa reivindicação e defesa se dão nos parecem ser outros. Em relação ao aspecto religioso da relação que descrevem entre ingleses e escandinavos, o mesmo deslocar-se-á do nível político de seus usos para um menos vinculado a interesses políticos seculares, pelo menos não tão explícita ou diretamente. Aqui a religião desempenhará outros papéis nessa relação e servirá a outros propósitos.

Cabe destacar que observamos também um caráter aristocrático leigo menos pronunciado nas obras do século XII. As obras da Era Viking foram produzidas a partir de lugares de produção essencialmente aristocráticos, vinculados direta ou indiretamente à aristocracia secular inglesa (e aí se inclui a corte régia de Wessex e, posteriormente, da Inglaterra). Já nossas obras do século XII emanam exclusivamente de contextos eclesiásticos, sendo seus autores membros do clero regular ou secular e estando inseridos em um contexto de maior independência da Igreja em relação ao poder régio, como vimos no Capítulo II. Ainda que se conceba as camadas eclesiásti-



cas da sociedade medieval como parte da aristocracia, ou ao menos intimamente ligadas à mesma, cabe aqui ressaltar uma significativa mudança de contexto e lugar de produção, à medida em que nos movemos de um contexto essencialmente laico para um eminentemente clerical; portanto, compreendemos as obras deste eixo como produtos de um nicho intelectual específico, o da intelectualidade eclesiástica inglesa da época

Mais ou menos contemporâneas entre si, estas obras datam da primeira metade do século XII, à exceção da *Crônica de Worcester*, escrita a partir de finais do século anterior. A primeira de que trataremos aqui é a *Gesta Regum Anglorum*¹, escrita pelo monge William, da abadia de Malmesbury, em 1125, e revisada pelo mesmo dez anos depois, entre 1135 e 1143, ano de sua morte².

William de Malmesbury possui vários méritos para seu tempo. Como nota Gransden,

William era no todo consciente. Ele havia ponderado cuidadosamente o dever do historiador: o de, como ele via, relatar a verdade, até onde podia ser descoberta, sobre pessoas e eventos importantes, sem medo ou favorecimento, vestindo-a em forma literária, para a edificação e divertimento de sua audiência.³

William utilizou-se de várias fontes na composição de seus trabalhos, entre elas a *Vida de Alfredo* e a *Crônica Anglo-Saxã*. Inclui-se também a já há muito perdida *Vida de Æthelstan*, rei entre 924 e 939 e neto de Alfredo, a qual só conhecemos através da *Gesta*⁴.

Sendo o próprio William de origem anglo-normanda, e sendo sua escrita um produto tanto de influências inglesas como continentais, seu tratamento dos ingleses da época pré-conquista mostra-se ambivalente: ora os critica, em prol dos normandos, ora os louva por



seu heroísmo⁵. Hugh M. Thomas salienta que William situa-se precisamente no meio termo entre os discursos pró-ingleses e pró-normandos que competiam no período, sendo um dos autores responsáveis por reivindicar um passado glorioso inglês ao mesmo tempo em que reconhecia tal povo como imperfeito, por vezes bárbaro, mas capaz de superar tal condição⁶. O discurso de William, assim, exemplifica um cenário de manutenção de uma identidade inglesa pré-conquista, ainda que com nuances e mudanças consideráveis em relação ao favoritismo inglês declarado e absoluto presente nas obras do período anglo-saxão.

Tratemos agora da *Historia Anglorum*⁷, de Henry de Huntingdon. Antonia Gransden descreve a obra como “o mais ambicioso trabalho do período, incluindo tanto história do passado quanto do presente [do autor] (...)”⁸. Henry foi arcediogo em Huntingdon, servindo aos bispos Robert Bloet e Alexander de Blois, sendo este último quem comissionou sua *Historia*, cuja produção começou pouco antes de 1133⁹.

A prosa de Henry caracteriza-se por forte presença de aspectos religiosos. O caráter edificante de sua obra é apontado por Gransden, bem como sua tradicional representação de Deus como responsável por punir o pecado, infligindo sobre os ingleses diversas pragas e invasões¹⁰. Dentro dessa lógica, como nota Raymond Ian Page, as incursões escandinavas são vistas como ações de Deus impondo seu julgamento sobre um povo ímpio¹¹.

Assim como os demais escritores aqui citados, Henry parece ter usado, dentre outras fontes, a *Crônica Anglo-Saxã*. Com efeito, Gransden aponta para similaridades entre alguns aspectos dos trabalhos de Henry e de William de Malsmebury, sugerindo o uso de fontes em comum ou pelo menos explicitando o compartilhamento de um mesmo nicho intelectual¹². De qualquer forma, essas semelhan-



ças refletem o pertencimento de ambas as obras a um semelhante lugar de produção; com efeito, Hugh M. Thomas cita Henry, assim como William, entre os autores do período anglo-normando que dividiam suas “alianças” entre os dois povos, demonstrando atitudes ambivalentes em seu julgamento e tratamento de ambos¹³.

Tratemos por fim da *Historia Regum*, atribuída ao monge Simeon, de Durham¹⁴. Há poucos indícios de que tal obra tenha sido realmente escrita pelo referido autor, principalmente porque o único manuscrito conhecido foi compilado em fins do século XII, duas gerações após a época em que Simeon supostamente teria escrito a *Historia*¹⁵. De modo geral, a *Historia Regum* é mais um conjunto produzido a partir de diversas fontes do que uma história unitária¹⁶, consistindo, basicamente, de duas partes que se sobrepõem, a primeira cobrindo os anos entre 731 e 957 e a segunda os anos entre 848 e 1129.

Entre as fontes utilizadas na composição da *Historia Regum* figuram a *Vida de Alfredo*, a *Gesta* de William de Malmesbury e a *Crônica de Worcester*. Esta última foi produzida a partir de 1095, sendo que a versão que sobrevive até hoje contém entradas desde a Criação até 1140¹⁷. Interessa-nos a parte da mesma incorporada pela *Historia Regum*, correspondente à segunda parte desta última, pois contém as entradas entre 848 e 1118¹⁸, período que engloba a Era Viking. Dado que a *Crônica de Worcester* e a *Historia Regum* confundem-se, portanto, em uma mesma obra, ao que a segunda incorpora quase literalmente uma longa parte da primeira, nossa análise será inevitavelmente das duas fontes em conjunto¹⁹.



2. Terminologia

As obras do século XII não apresentam grandes diferenças, quando tomadas em conjunto, em relação às obras do período anglo-saxão, no que tange aos termos utilizados em referência aos escandinavos. Elas alternam entre os já conhecidos “daneses”, “pagãos”, “bárbaros” e “piratas”, privilegiando cada uma um ou outro destes termos ao longo das narrativas.

William de Malmesbury, dentre os três autores que analisamos nesta secção, é o que emprega a terminologia mais secular para se referir aos escandinavos: encontramos o termo “pagãos” em poucas ocasiões, sendo predominantes termos como “piratas”, “bárbaros” ou, principalmente, “daneses”. Percebemos já em sua primeira menção aos escandinavos que William opta por assinalar as atividades predatórias dos invasores; com efeito, o uso de termos relacionados à pirataria é corrente na *Gesta*, evidenciando pronunciada preocupação com os objetivos, métodos e práticas dos escandinavos, mais do que com sua religião.

William também faz uso do termo “bárbaros”: ao se referir ao escandinavo Sihtric, o qual diz ter relação com Guthrum, o autor da *Gesta* comenta que o mesmo era “(...) um bárbaro tanto por raça quanto por disposição (...)”²⁰. Que William vincula a condição bárbara a costumes atrasados e, implicitamente, ao paganismo, veremos adiante; por cá convém adiantarmos que o termo “bárbaro”, usado com relativa frequência na *Gesta*, parece operar em dois sentidos: se Sihtric é um bárbaro tanto por origem quando por disposição, podemos inferir que William concebe tal termo como vinculando ao próprio povo de origem do homem – os escandinavos – quanto a suas maneiras, costumes ou ações, sendo que esses dois níveis em que se pode caracterizar alguém como “bárbaro” parecem vincular-



-se um ao outro. Ao fazer tal caracterização o autor sugere, como fizera Æthelweard, uma superioridade inglesa no nível da civilidade.

William utiliza termos equivalentes a “pagão” em referência direta aos escandinavos poucas vezes em sua obra. Ao falar dos reis da Ânglia do Leste, o autor menciona a expulsão do rei Edmund por Ivar, “(...) um pagão”²¹, após a qual o reino ficou nove anos sem um soberano, por conta “(...) das contínuas devastações dos pagãos”²². Adiante, em seu relato da batalha de Ashdown, William refere-se brevemente aos dois lados beligerantes como “pagãos” e “cristãos”²³, utilizando-se então de uma oposição de caráter religioso que, pelo menos no contexto da relação entre ingleses e escandinavos, aparece de forma explícita pouquíssimas vezes na obra.

Já na *Historia Anglorum*, Henry de Huntingdon utiliza frequentemente o termo “pagãos”. Intercalando entre tal e “daneses”, o autor também se refere aos escandinavos como “infieis”²⁴ (LT *impiorum/infidus*) e como uma “terrível praga”²⁵ (LT *plagam horribilem*). Esta última designação parece derivar da ideia de que os escandinavos são um dos cinco castigos enviados por Deus para punir os ingleses, algo fortemente presente na *Historia* de Henry.

É interessante que nesta obra termos equivalentes a “pagão” sejam utilizados em referência aos escandinavos mesmo em entradas tardias, algo que não observamos em nossas fontes da Era Viking: enquanto na *Crônica Anglo-Saxã* e na *Crônica de Æthelweard* os daneses são diretamente chamados de pagãos apenas até as entradas referentes ao final do século IX, para Henry é possível assim chamá-los ao longo do século X. Na entrada para o ano de 942, temos:

O rei Edmund liderou seu exército naquela parte da Mércia que estava há muito subjugada pelos pagãos (...) e completamente extirpando os daneses, que até mesmo naquele tempo eram chamados de nórdicos,



ele purificou tais cidades da infidelidade, e, pela graça de Deus, devolveu-as a luz do evangelho.²⁶

Aqui os termos “daneses” e “nórdicos” – de forma semelhante à já mencionada tradução para a entrada de 942 da *Crônica Anglo-Saxã* proposta por Clare Downham - aparecem como diferentes termos para se referir a um único povo ou grupo, o qual Henry designa como pagão. Com efeito, o autor parece considerar adequado categorizar os escandinavos como pagãos até finais do século X. É difícil determinar o motivo de tal escolha. Talvez Henry, olhando para um passado cerca de dois séculos distante de si, não tivesse em mente o contexto de conversão dos escandinavos no qual viviam os autores do período anglo-saxão. Talvez, por outro lado, lhe fosse interessante vincular violência ao paganismo, conforme ao longo de toda obra o caráter violento dos escandinavos é frequentemente evidenciado. Ou ainda, talvez, fizesse para ele mais sentido que os antagonistas dos ingleses, enviados por Deus como punição por seus pecados, fossem e permanecessem pagãos ao longo dos anos.

Em uma entrada para o ano de 994, lemos sobre o conflito entre os exércitos escandinavos liderados por Svein e Olaf e os ingleses, na qual vemos novamente o paganismo dos primeiros ser atestado: “(...) pelo auxílio da abençoada Virgem, os cristãos foram livrados de seus inimigos pagãos”²⁷. Sabemos, tanto pelo próprio relato de Henry quanto por outras fontes, que Olaf à época era efetivamente pagão, o que justifica seu uso de tal termo, ainda que Svein, por sua vez, fosse sabidamente cristão. Mesmo assim o paganismo de Olaf nas fontes da Era Viking nos é informado apenas de forma implícita, ao que nos relatam sua crisma após tais eventos, enquanto na *Historia Anglorum* Henry nos fala explicitamente que os inimigos dos ingleses cristãos eram, na ocasião, pagãos.



Ainda que tal entrada possa simplesmente refletir um simples capricho do autor, podemos inseri-la em uma continuidade do uso do termo ao longo das entradas referentes aos século X, para além daquele feito nas obras do período anglo-saxão. Sendo toda a obra de Henry imbuída de um caráter cristão fortemente pronunciado, não nos parece surpreendente que suas designações dos escandinavos, inimigos dos ingleses cristãos enviados por Deus para puni-los, possuam evidente caráter religioso.

É, porém, na *Historia Regum*, atribuída a Simeon de Durham, e na *Crônica de Worcester*, em que a primeira se baseia, que os escandinavos são mais frequentemente designados por termos de caráter religioso. Baseando-se em grande parte na *Vida de Alfredo*, ambas as obras herdaram desta última sua forte tendência a tratar os escandinavos pelo termo “pagãos”. Ao que a *Crônica de Worcester* e a *Historia* de Simeon englobam um recorte cronológico muito mais amplo que o da *Vida*, o uso de tal termo transborda os limites do final do século IX e segue em curso ainda em entradas para o final do século X e início do século XI. Assim, temos o uso da expressão “exército pagão” em entradas para os anos de 998, 999 e 1001 em ambas as obras²⁸

O autor da *Historia Regum* faz uso também do termo “daneses” para se referir aos escandinavos, quase tanto quanto “pagãos”. Olga Timofeeva nota que, no total, o termo em latim *pagani* só é usado uma vez mais que o termo *dani* ao longo da obra (23 e 22 vezes, respectivamente)²⁹. Trata-se de uma diferença grande em relação à *Crônica de Worcester*, em que os escandinavos são muito mais referenciados como “pagãos” do que como “daneses” (65 e 11 vezes, respectivamente)³⁰. Notamos assim que o autor da *Historia Regum* apresenta uma tendência à utilização de termos de caráter secular e étnico consideravelmente alta, pelo menos quando em comparação com sua base mais próxima.



Termos e expressões de cunho pejorativo também são comuns na *Historia Regum*: os escandinavos são chamados de “vespas mordazes³¹”, “lobos ferozes³²”, “terríveis inimigos³³”, “perversos³⁴”, “estrangeiros traiçoeiros³⁵”, “miseráveis servis³⁶”, “ladrões perniciosos³⁷”, “multidão de bárbaros³⁸”, “ralé ignóbil³⁹”, “bando infame⁴⁰”, “descrentes⁴¹”, “piratas⁴²”, “povo assassino⁴³”, etc. Dentre estas, aquelas relacionadas à pirataria são as mais comuns.

De modo geral, estas obras do século XII utilizam a mesma terminologia das obras da Era Viking, cada uma privilegiando um ou outro termo. William de Malmesbury e o autor da *Historia Regum* parecem seguir o estilo de Æthelweard em seu uso do termo “bárbaros”, ainda que William evite chamar os escandinavos de pagãos, enquanto o autor da *Historia Regum* o faz frequentemente. Essa prática parece resultante do alto grau de dependência que tal obra, assim como sua principal base, a *Crônica de Worcester*, mantém com relação à *Vida de Alfredo*, mantendo o mesmo estilo ao tratarem de épocas posteriores àquela englobada por esta última.

Tanto William quanto os autores da *Historia Regum* e da *Crônica de Worcester* utilizam termos relacionados à pirataria. Uma vez que ambas a *Crônica de Worcester* e a *Gesta Regum Anglorum* serviram como fontes e base para a *Historia Regum*, esse tipo de semelhança não parece surpreendente.

3. A religião nas obras do século XII

Como produto típico do medievo europeu, o discurso presente nas fontes encontra-se embebido em fervor religioso. O modo como a religião é tratada nas três obras, no entanto, difere de uma para a outra, tanto no que tange ao cristianismo quanto ao paganismo.



Comecemos por William de Malmesbury. Em suas primeiras referências ao paganismo o autor entende-o como um equívoco ou erro de seus praticantes, vinculando-o indiretamente a maneiras atrasadas e não-civilizadas. O trecho em que William nos fala sobre o rei Ethelbert, primeiro rei inglês cristão, explicita bem esta visão:

E, para obter conexões estrangeiras, ele [Ethelbert] ganhou a afinidade do rei da França ao casar-se com sua filha Bertha. E agora, por sua conexão com os francos, a nação, até então selvagem e devotada a seus próprios costumes, começou diariamente a se despir de suas propensões rústicas e a inclinar-se a maneiras mais gentis. (...) Portanto seguiu-se que sua mente, já amaciada, facilmente dobrou-se diante da pregação do abençoado Agostinho; e ele foi o primeiro de toda sua raça a renunciar os erros do paganismo, tanto que pôde obscurecer, pela glória de sua fé, aqueles a quem superava em poder. Isso, de fato, é impecável nobreza; isso, exaltada virtude; superar em valor aqueles que você supera em classe. Além disso, estendendo sua cautela à posteridade, ele decretou leis, em sua língua nativa, nas quais ele apontava recompensas aos merecedores e impunha restrições mais severas aos abandonados, sem deixar nada duvidoso para o futuro.⁴⁴

Essa passagem da *Gesta* nos passa a ideia de que o cristianismo se liga à civilização, às leis e a glória. Para além disso é também um exemplo da afinidade de William pelos francos e de um relativo desprezo pelos povos da Inglaterra Anglo-Saxã. Em essência, William apresenta uma atitude ambivalente em relação a estes últimos, resultado do misto de influências inglesas e continentais sobre sua produção⁴⁵. Conforme aponta Gransden,

Em geral, ele [William] não os considerava guerreiros, acusando-os de efeminação, bebedeira, des-



leixo na observância religiosa, e medíocres em suas habitações. Ele os contrastava com os normandos, excepcionais por sua habilidade e bravura militares, notáveis por seu orgulho e ambição, e habitantes de construções magníficas⁴⁶.

William parecia ver o cristianismo como uma forma de melhorar um pouco a condição destes povos, por ele considerada precária. Para além dos benefícios da civilização, o cristianismo também era visto como condição para prosperidade. As primeiras partes da obra de William passam claramente essa ideia, ao mesmo tempo em que o paganismo é vinculado a desgraças e práticas condenáveis. O relato do reinado de Edbald, filho de Ethelbert, deixa-o claro:

Assim que foi liberto das restrições de seu temor paternal, ele rejeitou o cristianismo e subjugou a virtude de sua madrasta. Mas a severidade da misericórdia divina opôs uma barreira à destruição de seu útero, pois os príncipes, os quais seu pai havia subjugado, se rebelaram, ele perdeu parte de seus domínios, e foi para sempre assombrado por um espírito maligno, através do que ele pagou por sua descrença⁴⁷.

Após ser convencido a aceitar o cristianismo, observamos na *Gesta* uma mudança no comportamento e na sorte do rei. Edbald rompe sua relação incestuosa e, mantendo sua fé, realiza obras em prol da Igreja e da propagação do cristianismo, o que, para William, torna-o um homem louvável:

As preces e méritos destes dois homens [Ethelbert e Edbald] deveriam para sempre ser proclamadas, e ser tidas com honra pelos ingleses; porque eles permitiram à fé cristã adquirir força na Inglaterra, por pacientemente ouvir e por vontade de crer. (...) Ape-



sar de desviado em princípio, mais pela luxúria da carne do que por perversidade do coração, ainda ele [Edbald] respeitou a virtuosa conduta dos prelados, embora ele tenha negado sua fé; e por último, como relatei, foi facilmente convertido (...) e tornou-se um infinito servo da propagação do cristianismo. Ambos, portanto, eram louváveis: ambos mereceram alto louvor; pois o bom trabalho, tão nobremente começado por um, foi gentilmente promovido pelo outro⁴⁸.

William atribui os infortúnios vividos por Edbald à sua renúncia da fé cristã, e suas boas obras a sua posterior aceitação da mesma. Assim, vemos a religião vinculada a dois aspectos principais de seu reinado: suas boas obras, entre as quais está a promoção do cristianismo, e a sua sorte como rei. Podemos identificar neste tipo de vinculação um aparente caráter edificador na *Gesta*, ao que William busca ensinar seus leitores que, através de uma boa vida cristã, é possível atingir bons objetivos e evitar desventuras. O cristianismo é, dessa forma, considerado condição para um bom reinado em um duplo sentido.

Para além disso, este relato também nos informa sobre a noção de que a promoção do cristianismo era obra da realeza. Ethelbert e Edbald são ambos creditados por tal promoção e louvados por suas obras em prol da Igreja, de modo que o autor os considera responsáveis, juntamente com os eclesiásticos que os converteram em primeiro lugar, pelo favorecimento, ampliação e consolidação da fé cristã em seus reinos.

Entre as obras cristãs consideradas louváveis por William está a destruição de ídolos pagãos. O sucessor de Edbald, Erconbert, é fortemente elogiado por ter dado cabo desta tarefa:

Pois seu avô e seu pai, de fato, adotaram nossa fé, mas se negaram a destruir seus ídolos; enquanto ele



[Erconbert], pensando ser depreciativo para seu zelo não de imediato aniquilar abertamente o que eles apenas secretamente condenavam, derrubou ao chão todo templo de seus deuses, para que nem um traço de seu paganismo fosse entregue à posteridade. Isso foi nobremente efetivado: pois a massa do povo seria lembrada de sua superstição enquanto pudesse ver os altares de suas divindades⁴⁹.

Estas atitudes eram, para William, da maior virtude a um monarca, garantindo-lhe glória, valor e prosperidade. Trata-se de um padrão na obra de William, ao menos enquanto trata do período de transição entre paganismo e cristianismo na Inglaterra.

Os aspectos da *Gesta* destacados acima nos são visíveis em vários outros trechos da obra. No relato sobre o reinado de Kenwalk, cristianismo e prosperidade aparecem nova e claramente ligados:

No momento em que o jovem [Kenwalk] ganhou poder, agindo ousadamente em luxúria régia e desconsiderando os atos de seu pai, ele repudiou o cristianismo e o casamento legítimo; mas, sendo atacado e derrotado por Penda, rei da Mércia, cuja irmã ele havia repudiado, ele fugiu para o rei dos anglos do leste. Aqui, por conta de suas próprias calamidades e perseverança de seu anfitrião, ele mais uma vez voltou à fé cristã, e depois de três anos, recuperando sua força e retomando seu reino, ele exibiu a seus seguidores o alegre milagre de sua reforma. Tão valente ele foi, que, ele que anteriormente havia sido incapaz de defender seus próprios territórios, agora estendia seu domínio para todos os lados⁵⁰

A relação destacada entre o cristianismo, a civilidade e as leis também aparece novamente na obra, em um relato do reinado de Ine, no qual as próprias leis são vistas e apresentadas como provas de zelo religioso:



(...) o quão aplicado ele [Ine] era em assuntos religiosos, as leis que ele decretou para reformar os costumes do povo são prova suficiente; nas quais a imagem de sua pureza é refletida até mesmo até o presente⁵¹

Isso tudo nos mostra, de forma geral, a percepção de William sobre paganismo e cristianismo: enquanto o primeiro relaciona-se à superstição, barbárie, infortúnios, má sorte e desventuras, o segundo relaciona-se à verdade, civilidade, prosperidade, sorte e obras louváveis. Disso temos que um rei ideal, bom, virtuoso e forte, o é como resultado da aceitação do cristianismo e das obras em prol do mesmo. Nesse sentido as próprias leis, fortemente vinculadas à civilidade, são, pois, resultado da fé cristã, assim como a prosperidade dos reinados. Em termos de uma identidade aristocrática, particularmente régia, William trabalha para consolidar a visão do rei que justifica seu reinado, seu mérito e seu poder através da aceitação e promoção cristianismo. Considerando o contexto do século XII, parece fazer sentido, da parte de um autor eclesiástico, que se propague um discurso que louva reis por serem subservientes aos interesses da Igreja.

Henry de Huntingdon, por sua vez, é explícito ao declarar o significado da religião em sua obra. Para ele, a história da Inglaterra é marcada por cinco grandes invasões, as quais considera resultado da ira de Deus contra os ingleses por seus pecados:

Desde o início da história houve cinco punições da ira divina sobre os povos da Britânia; as provações da Providência recaindo sobre os fiéis, como também seus julgamentos aos descrentes. A primeira foram os romanos, que conquistaram a Britânia, mas depois de um tempo deixaram a ilha. A segunda foram os escoceses e pictos, que severamente a assedia-



ram através de incursões hostis, mas nunca tiveram sucesso em possuí-la permanentemente. A terceira foram os anglos, que completamente subjugaram e ocuparam o país. A quarta foram os daneses, que se estabeleceram no solo através de guerras bem sucedidas, mas depois desapareceram e foram perdidas. A quinta foram os Normandos, que conquistaram toda a Britânia, e ainda têm os ingleses subjugados.⁵²

Em Henry, a religião (ou a falta dela) é apresentada como justificativa para todos os infortúnios que afetaram os povos habitantes da Britânia ao longo da história. Disso decorre que, uma vez apresentando estes desastres como resultado da ira divina provocada pelos pecados dos povos, a obra de Henry adquire caráter edificante, ao que busca advertir contra as consequências do pecado.

Que para Henry a história possui tal objetivo de edificar, já nos fica claro em seu prólogo. O autor da *Historia Anglorum* diz ver a História como um conjunto de exemplos legados pelo passado, a serem tidos como inspiração ou a serem evitados:

O leitor atento irá aprender neste trabalho o que ele deve imitar, e também o que ele deve evitar; e se ele se tornar melhor por esta imitação e essa evasão, este é o fruto que mais desejo de meus trabalhos; e, na verdade, o caminho direto da história frequentemente leva ao aperfeiçoamento moral⁵³.

Parece ser nesse sentido que a temática religiosa aparece na obra de Henry, como possivelmente o mais forte indicativo do que deve ser imitado ou evitado. Isso parece ser algo constante ao longo da *Historia Anglorum*: de forma semelhante à *Gesta* de William de Malmesbury, Henry apresenta-nos diversos relatos de atos de fé, ou de alguma forma em prol do cristianismo, sendo retribuídos pela misericórdia e auxílio divinos.



Para Henry, tanto coisas boas quanto ruins são resultado direto da vontade de Deus. Os próprios pagãos, ainda que não visto com bons olhos, nos são apresentados como instrumentos de Deus para castigar os pecadores, o que nos fica bem claro quando o autor trata da chegada dos saxões à Inglaterra, no século V:

Então o fogo aceso pelas mãos dos pagãos executou o justo julgamento de Deus pelos pecados do povo (...). Então aqui, pela agência do conquistador pagão, mas pela disposição do justo juiz, eles atacaram as cidades e terras vizinhas, e a conflagração estendeu-se do mar do leste ao mar do oeste, não havendo ninguém para opô-los, e se espalharam por quase toda a face da devota ilha. Construções públicas e privadas fora trazidas abaixo; os padres foram em todo lugar massacrados perante os altares; os prelatos e o povo, sem nenhum respeito pelas pessoas, foram destruídos com fogo e espada.⁵⁴

Para além disso, Henry também nos apresenta uma vinculação da conversão dos ingleses com a de seus reis. Novamente, a ideia de uma conversão de cima para baixo, com pronunciado protagonismo secular, régio e aristocrático, nos salta aos olhos, como fica explícito, por exemplo, nas seguintes passagens:

(...) seu irmão e sucessor Sigbert foi convertido por Felix, o bispo; e toda a nação dos anglos do leste ao mesmo tempo⁵⁵

Ele foi sucedido por seu filho Peda, o primeiro dos reis da Mércia a ser batizado; e o povo da Mércia, também chamados de Ânglia Média, ou seja, Média Inglaterra, foram com ele e por ele convertidos à fé⁵⁶.

Eis uma marcada continuidade do discurso que atribuí à aris-



toocracia leiga da Alta Idade Média, em especial ao seu estrato régio, a responsabilidade pela promoção e fortalecimento do cristianismo, numa noção de vinculação entre poder régio e religião que parece perpassar, ao menos no nível do discurso, todo o medievo. É nesse discurso que ideologicamente se reproduz, ao longo dos séculos, uma identidade aristocrática em que o cristianismo ocupa lugar central.

Antes de nos voltarmos para a análise do tratamento dispensado aos escandinavos, convém inserirmos aqui brevemente o relato da *Crônica de Worcester* sobre a conversão deste mesmo Peada, a fim de complementar o que foi dito acima:

Os anglos médios, sob seu príncipe Peada, filho de Penda, rei da Mércia, receberam a fé cristã e os sacramentos, o próprio príncipe sendo primeiro batizado, com todos seus serventes, pelo bispo Finan, na corte de Oswy, rei da Nortúmbria. Depois, quando de seu retorno para casa, o resto de seu povo foi batizado por quatro padres, Cedd, Adda, Betti e Diuna, que o acompanharam da Nortúmbria⁵⁷.

Esta passagem parece-nos suficientemente ilustrativa da relação entre poder régio e conversão na época da conversão dos ingleses. Não só Peada é creditado pela conversão de seu povo, como no relato de Henry de Huntingdon, mas aqui o batismo do próprio rei vincula-se ao governante de outro reino, o rei nortúmbrio Oswy. Percebemos aqui como a questão da conversão ao cristianismo opera em nível régio e aristocrático, com reis influenciando uns aos outros a se converterem, muitas vezes com os já cristãos apadrinhando os então batizados. Como apontamos no Capítulo II, esse tipo de prática mobiliza, afirma e busca consolidar relações de poder e dominação entre reis maiores, os padrinhos, e reis e aristocratas menores, seus afilhados no batismo ou na crisma.



A ideia da conversão de cima para baixo mostra-se, portanto, fortemente presente em todas nossas fontes. Que muito dessa presença é resultado simplesmente do uso de obras mais antigas como fontes por aquelas mais recentes, é algo claro para nós; porém, se estes autores da Idade Média Central estavam lendo e reproduzindo o discurso de vinculação do poder régio à conversão ao cristianismo, podemos certamente inferir que tal ideia permaneceu corrente na mentalidade medieval por todos estes séculos. Trata-se de um exemplo, no nível do discurso, da relação de extrema proximidade entre religião e política que constitui marca inegável do medievo, a ponto de serem estas duas esferas vistas de forma indissociável. Ainda que as relações entre Igreja e poder régio tenham, na prática, se tornado menos estreitas ao longo da Idade Média Central quando comparadas à Alta Idade Média, conforme vimos no Capítulo II, podemos observar em nossas fontes um notável interesse em reproduzir discursos que relacionam-se à manutenção de uma identidade aristocrática cristã: ao tratar do passado, os autores eclesiásticos que produziram essas obras tenham talvez buscado reafirmar a proximidade entre poder régio e religião encontrada no período anglo-saxão. No contexto do século XII, no entanto, o tom menos laudatório em relação aos reis parece modificar os termos dessa relação, ao que considerar-se virtuosos aqueles reis alinhados aos interesses da Igreja, como nos ficou claro em passagens da *Gesta* de William de Malmesbury. Atesta-se dessa forma, ainda que indiretamente, uma proeminência da religião em relação ao mundo secular; isso Henry de Huntingdon nos deixa claro ao considerar os eventos políticos e militares que narra como desdobramentos da vontade de Deus.



4. Os olhares sobre a Era Viking

Movendo-nos para nosso principal período de análise, encontramos nos autores do século XII um conjunto de características compartilhadas com aqueles da época anglo-saxã, assim como algumas diferenças.

Começando com William de Malmesbury, eis sua primeira menção aos escandinavos:

(...) uma tribo pirata dos daneses, acostumada a viver de pilhagem, clandestinamente chegando em três navios, perturbou a tranquilidade do reino. Esse grupo veio expressamente para verificar a fecundidade do solo e a coragem dos habitantes, como posteriormente foi descoberto pela chegada daquela multidão que dominou quase toda Britânia. Chegando, então, inesperadamente, quando o reino estava em estado de profunda paz, eles tomaram uma vila real, a qual era a mais próxima deles, e mataram o superintendente, o qual avançou em socorro; mas, perdendo sua pilhagem, por medo das pessoas, que depressa os atacaram, eles se retiraram aos seus navios.⁵⁸

O autor da *Gesta* aqui opta por destacar algumas características bem definidas dos escandinavos. Em primeiro lugar, como já comentamos, sua ênfase na prática da pirataria é evidente: os escandinavos são, antes de tudo, uma tribo de piratas cuja principal atividade é a pilhagem. Como nota Raymon Ian Page, a narrativa de William explicita intenções hostis premeditadas por parte dos escandinavos⁵⁹. Em trechos seguintes o autor trata de reforçar tal ideia:

Pois quando os daneses (...) em seu retorno ao lar reportaram a seus compatriotas a fecundidade da ilha, e a indolência de seus habitantes, estes bárbaros vieram apressadamente, em grandes números, e obtiveram forçosamente a posse daquela parte do país (...)⁶⁰



Aqui William retoma a intenção dos primeiros escandinavos de “espionar” – utilizando o termo empregado por Page⁶¹ - a Inglaterra, tendo estes atraído mais de seu povo após seu suposto relato. Agora, tendo já verificado a qualidade do lugar, os escandinavos passam a ter como objetivo primário tomar posse da terra invadida, mais como conquistadores do que como piratas, embora, na obra de William, nunca deixem de sê-lo.

Os escandinavos, uma vez assumindo o posto de governantes na Inglaterra, tornam-se para William tiranos e opressores. Assim lemos na *Gesta* sobre a Ânglia Oriental após o martírio de Santo Edmundo:

(...) ele [Santo Edmundo] foi expulso no décimo sexto ano de seu reinado por Hingwar, um pagão; a partir do tempo do qual os anglos deixaram de comandar seu próprio país por cinquenta anos. Pois a província ficou nove anos sem um rei, por conta da contínua devastação dos pagãos; após isso tanto lá quanto na Saxônia do Leste, Gothrun, um rei danês, reinou por doze anos, no tempo do rei Alfredo. Gothrun teve como sucessor também um danês, de nome Eohric, o qual, após reinar por quatorze anos, foi expulso pelos anglos, pois ele agia com crueldade sobre eles. Ainda, no entanto, a liberdade não irradiava neste povo, pois *earls* daneses continuaram a oprimi-los, ou a excitá-los contra os reis dos saxões ocidentais, até que Eduardo, filho de Alfredo, adicionou ambas as províncias ao seu próprio império saxão ocidental, expulsando os daneses e libertando os anglos.⁶²

Essa longa passagem é uma das poucas em que William se refere aos escandinavos como pagãos. Aqui ele nos mostra o quão ruim considera o governo dos escandinavos, criticando-os por sua opressão e crueldade. Sabemos que Guthrum, ao tornar-se rei da Ânglia



Oriental, converteu-se ao cristianismo, e que em tal reino os escandinavos não tardaram a tornar-se cristãos; porém, para William, há pouca importância nesta mudança de religião, como o próprio autor deixa explícito ao tratar da conversão do rei escandinavo:

Pois seu rei, Gothrun, a quem nosso povo chama de Gurmund, com trinta nobres e quase toda a plebe, foi batizado, Alfredo como padrinho; e as províncias dos anglos do leste e dos nortúmbrios foram dadas a ele, para que, sob fidelidade ao rei, as protegesse com direito hereditário, o que ele antes havia dominado com incursão predatória. Porém, como um etíope não pode mudar sua pele, ele dominou sobre estas províncias tributárias com a arrogância de um tirano por onze anos, e morreu no décimo segundo, transmitindo a sua posteridade a herança de sua deslealdade, até que, subjugados por Athelstan, neto de Alfredo, eles foram, ainda que relutantemente, obrigados a admitir um único rei em comum da Inglaterra, como vemos no presente. Aqueles dentre os daneses que se recusaram a se tornar cristãos (...) foram para além-mar, de onde os habitantes melhor podem dizer quais crueldades perpetraram (...)⁶³

William deixa implícito que crueldade, tirania e opressão são características intrínsecas aos escandinavos, algo que nem mesmo a conversão ao cristianismo é capaz de mudar. Diferentemente das obras da Era Viking, que, como vimos, demonstram um implícito apressado, ou pelo menos certa indiferença em relação a Guthrum após seu batismo, William é enfático ao manter seu desgosto pelo rei escandinavo.

Esta talvez seja uma das entradas que melhor demonstre o tipo de significado que a conversão dos escandinavos tinha para o autor da *Gesta*: um significado quase que exclusivamente diplomático, que



em nada mudava seu comportamento ou sua relação com os ingleses; eles continuam oprimindo, devastando e sendo tidos como tiranos a serem derrotados pelos reis de Wessex. Dentre todos nossos autores, William talvez seja aquele que menos credita à conversão alguma mudança significativa nesse sentido, para além das alianças e tratados dos quais a conversão resulta ou é condição. Essa percepção talvez tenha relação com a distância temporal de William em relação aos fatos que relata, datados de tempos em que uma das oposições fundamentais entre ingleses e escandinavos se dava pela religião. Em seu mundo, no qual o paganismo havia há muito sido oficialmente extirpado e em que as contendas se davam entre cristãos, o fato de estes inimigos terem sido convertidos não parece ser de grande importância justamente porque para ele a oposição entre cristãos e pagãos já não se fazia presente e, portanto, mudanças no sentido religioso não lhe pareciam tão importantes.

Outros relatos de escandinavos sendo convertidos ao cristianismo seguem padrões semelhantes. O relato da conversão de Olaf corrobora algumas das conclusões expostas acima:

Anlaf, com um certo príncipe, Reginald, filho daquele Gurmund de quem falamos na história de Alfredo, ecoando a disposição do rei, ofereceu rendição, proferindo sua conversão ao cristianismo como juramento de fidelidade, e recebendo batismo. Sua natureza selvagem, no entanto, não o permitiu permanecer por muito tempo em tal resolução, pois ele violou seu juramento e irritou seu senhor. Em consequência, no ano seguinte ele sofreu por seus crimes, sendo condenado a exílio perpétuo⁶⁴.

A ideia de que a selvageria é característica intrínseca aos escandinavos é aqui apresentada de forma explícita. Novamente, como no



relato da conversão de Guthrum, vemos que o comportamento traiçoeiro dos escandinavos não muda após estes se tornarem cristãos.

De modo geral, William mantém em sua obra as diversas críticas dos autores da Era Viking aos escandinavos: ainda são violentos, piratas, bárbaros, traiçoeiros, cruéis e tiranos. Mas, em comparação às obras mais antigas, a *Gesta* dispensa pouca atenção a aspectos religiosos de tal povo, referindo-se a eles poucas vezes como pagãos e atribuindo quase nenhum significado à sua conversão fora do contexto diplomático em que ocorrem. A William, pois, interessam mais os assuntos relacionados à administração, governo e guerra⁶⁵; ou seja, assuntos de cunho mais pronunciadamente secular - ainda a religião na época perpassasse-os em diversos níveis. Não é surpresa que os aspectos que destaca da relação entre escandinavos e ingleses sejam, portanto, aqueles de caráter político ou militar, com pouca atenção dispensada à questão religiosa; esta, quando evidenciada, o é apenas em relação ao universo diplomático, como no casos do estabelecimento de tréguas e tratados, com a conversão influenciando pouco ou nada no comportamento dos recém-convertidos ou na percepção que o autor demonstra ter dos mesmos; um notável contraste com seus relatos sobre os reis ingleses de outrora, cuja conduta era em muito determinada pela religião. Parece-nos que, para William, os escandinavos são “imunes” à melhora trazida pelo cristianismo, tão intrínseca é aos mesmos sua selvageria e crueldade. Há, é claro, uma forte vinculação do paganismo a um mal governo e a costumes condenáveis, como observamos anteriormente, e nesse sentido pode-se dizer que o paganismo permanece como característica implícita dos escandinavos mesmo após sua conversão, se o tomarmos como sinônimo do conjunto de características ruins mantidas pelos escandinavos convertidos; William certamente parece tomá-lo como tal.

Isso tudo não significa dizer que a religião não era algo importante para William: a mentalidade medieval invariavelmente



reproduzida por ele coloca a temática religiosa no centro das relações sociais e a percebe como pertencente à mesma esfera da política. Como vimos em seus relatos da conversão dos ingleses, o autor da *Gesta* vincula fortemente o cristianismo à prosperidade, à legislação e à costumes que considera mais civilizados. Isso certamente deriva, dentre outras coisas, da própria temática da obra de William: sendo uma história dos ingleses, faz sentido atribuir um significado mais proeminente à religião ao que se busca retomar uma certa identidade inglesa pré-conquista, identidade essa marcadamente cristã. No que vincula o cristianismo ao bom governo de reis de outrora, William resgata a identidade aristocrática cristã tão enfatizada pelos autores do período anglo-saxão, ainda que em sua *Gesta* o tom seja menos laudatório em relação a estes reis, como já comentamos. Nesse sentido, a vinculação parcialmente pró-normanda de William permite-o expressar julgamentos mais ou menos imparciais sobre os reis do período anglo-saxão. Ao somarmos isso ao contexto eclesiástico do autor, temos que a religião e, principalmente, obras em prol da Igreja e da promoção do cristianismo, pesam nesse julgamento, o que resulta em sua tendência a exaltar reis mais comprometidos com tais obras. A identidade aristocrática, particularmente régia, que William resgata e exalta é, portanto, a identidade do rei que se torna bom ao favorecer a Igreja; ao mesmo tempo, ele se permite criticar abertamente aqueles governantes que não o fizeram.

Isso tudo, é claro, em relação aos ingleses. No caso dos escandinavos, e especificamente de sua relação com os nativos, a religião parece tornar-se quase indiferente, ao menos quando fora de seus usos imediatamente políticos. Esse padrão, porém, repete-se apenas enquanto escandinavos e ingleses são inimigos, particularmente enquanto o autor trata das invasões dos séculos IX e X. A situação muda quando William escreve sobre o reinado de Cnut, rei escandinavo cristão da Inglaterra:



Apesar de ter obtido a soberania injustamente, ainda assim ele [Cnut] conduziu-se com grande afabilidade e firmeza (...). Ele reparou pela Inglaterra os monastérios, os quais haviam sido parcialmente prejudicados, e parcialmente destruídos pelas incursões militares dele próprio, ou de seu pai; ele construiu igrejas em todos os lugares em que lutou, e mais particularmente em Assingdon, e apontou ministros para os mesmos, os quais, através das sucessivas revoluções das eras, devem rezar a Deus pelas almas das pessoas lá mortas. Na consagração deste edifício, ele próprio esteve presente, e as nobrezas inglesas e dinamarquesas fizeram suas oferendas (...). Sobre o corpo do mais santo Edmundo, o qual os daneses de antigamente haviam matado, ele construiu uma igreja com esplêndida magnificência, apontou-lhe um abade e monges; e conferiu-lhe muitas grandes propriedades (...)⁶⁶ Portanto, ansioso para reparar as ofensas dele mesmo e de seus predecessores, talvez ele tenha limpado a mancha suja de seus crimes perante Deus; certamente ele o fez perante os homens⁶⁷

Aqui vemos repetir-se o padrão que encontramos nos relatos sobre a conversão dos reis ingleses que, através de obras em prol da Igreja e do cristianismo, tornaram dignos a si mesmos e a seus reinados, compensando erros passados. Por sua vez, Cnut é, afinal, um rei cristão da Inglaterra. O autor da *Gesta*, através deste relato, coloca-o em um papel diferente dos demais escandinavos em sua obra, pois ele não é mais um pirata invasor ou inimigo a ser combatido, e sim um soberano cristão cujas obras impedem William de criticá-lo, como fez com os demais escandinavos. As ações cristãs de Cnut tornam-se tentativas de reparar erros dos escandinavos do passado, e é através deste reparo que William justifica sua postura em relação a um homem cujo povo sempre tratou de forma pejorativa. Aqui a



religião torna-se predominante ao definir o tratamento dispensado pelo autor, em detrimento da questão étnica que anteriormente parece ter sido determinante. Isso significa dizer, em outras palavras, que, novamente, é a defesa dos interesses da Igreja que William parece estabelecer como critério para julgar um governante. A identidade régia que o autor busca assim exaltar é uma que subordina o rei a interesses eclesiásticos, e não uma necessariamente assentada na oposição étnica que marca as obras do período anglo-saxão. A identidade que se afirma e se reproduz ainda se vincula invariavelmente ao cristianismo, porém de forma diferente.

Há uma outra passagem em que William adquire um tom ligeiramente pró-escandinavo, ao referir-se ao assassinato de Gunhilda, irmã de Svein, e seu marido e filho. Trata-se de um relato dramático:

Essa mulher, a qual possuía considerável beleza, havia vindo para a Inglaterra com seu marido Palling, um poderoso nobre, e ao abraçar o cristianismo havia feito de si mesma um juramento da paz dinamarquesa. Em sua infeliz fúria, Edric havia ordenado que ela, mesmo tendo proclamado que o derramamento de seu sangue traria grande mal a todo o reino, fosse decapitada com os outros daneses. Ela suportou a morte com coragem; e ela não ficou pálida no momento, nem quando morta e com seu sangue esvaído perdeu a beleza; seu marido foi assassinado diante dela, e seu filho, um jovem de amável disposição, foi transpassado por quatro lanças⁶⁸.

Alguns apontamentos devem ser feitos sobre esta passagem. Em primeiro lugar, notamos novamente que a conversão ao cristianismo é apresentada como parte de um acordo diplomático, e aqui vemos novamente o significado que a mesma adquire na relação entre ingleses e escandinavos. Em segundo lugar, o fato de esta fa-



mília escandinava ser apresentada como vítima dificilmente resulta unicamente da conversão da mulher: ocorre que tal assassinato foi perpetrado durante o reinado de Æthelred, o Despreparado, rei que William critica com veemência em sua obra. Desta forma, o relato em questão opera em dois sentidos: no de reforçar a crítica às más atitudes de Æthelred e no de apresentar uma justificativa para o ataque de Svein à Inglaterra, tal que o rei inglês fosse sugerido como culpado por tal infortúnio.

Os interesses de William, portanto, parecem aqui determinantes em seu tratamento dos escandinavos. Neste caso, eles são vítimas pois interessa ao autor criticar o responsável por suas mortes, quando em tantas outras situações os escandinavos, cristãos ou não, nos são apresentados como monstros, bárbaros e tiranos – à exceção de Cnut, como já comentamos. Parece ser também com essa intenção que William menciona a conversão de Gunhilda ao cristianismo, pois é através de tal ato que se estabelece a paz que foi quebrada.

Movemo-nos agora para a análise da *Historia Anglorum*, de Henry de Huntingdon. Diferentemente da *Gesta* de William, a *Historia* de Henry tem toda sua narrativa embebida em tom religioso, dado que os eventos relatados são como um todo percebidos e apresentados como resultados do plano de Deus. Assim, as invasões e o estabelecimento escandinavos na Inglaterra e os sucessivos conflitos com os ingleses são tidos como uma punição divina pelos pecados destes últimos. Não de forma surpreendente a agência divina e a presença do sobrenatural nestes conflitos são fortemente pronunciadas, o que se reflete, como vimos, na própria terminologia utilizada em referência aos escandinavos, continuamente chamados de “pagãos” mesmo em épocas em que a conversão dos mesmos ao cristianismo já estava em pleno curso.

É, porém, notável que Deus, para Henry, esteja constantemente



te do lado dos ingleses, mesmo que os esteja punindo através dos escandinavos. Temos assim que, em uma entrada pra o ano de 840, os ingleses vencem os escandinavos “(...) pela ajuda de Deus⁶⁹”, e que “Deus garantiu a vitória aos fiéis e fez com que os pagãos sofressem uma vergonhosa derrota⁷⁰”. Em 895, Deus concede uma vitória aos londrinos “(...) em tempos de necessidade⁷¹”; em 906 “(...) o Senhor castigou severamente os pagãos⁷²”, e no que Henry identifica como o décimo segundo ano do reinado de Eduardo⁷³, “(...) a misericórdia divina coroou os fiéis com a vitória⁷⁴”.

Podemos observar que em algumas destas entradas Henry destaca a religião dos vitoriosos, favorecidos por Deus, e também a dos derrotados. Dessa forma, o cristianismo aparece indiretamente como uma condição para o recebimento do auxílio divino, e o paganismo, de forma oposta, opera como justificativa para o castigo de Deus. Essa vinculação talvez fique mais explícita no já citado trecho referente ao ano de 940, o qual convém novamente apresentar aqui:

O rei Edmund liderou seu exército naquela parte da Mércia que estava há muito subjugada pelos pagãos (...) e completamente extirpando os daneses, que até mesmo naquele tempo eram chamados de nórdicos, ele purificou tais cidades da infidelidade, e, pela graça de Deus, devolveu-as a luz do evangelho⁷⁵

Aqui vemos a vitória de um rei inglês sobre os escandinavos classificada explicitamente como uma vitória do cristianismo e do Evangelho sobre os infieis⁷⁶, alcançada pela graça divina. Analisando este e outros relatos já mencionados, percebemos que a atitude de Henry tanto em relação aos escandinavos, quanto aos ingleses, mostra-se relativamente ambivalente: os primeiros são, ao mesmo tempo, enviados por Deus e vítimas de sua ira; já os segundos são merecedores de



punição, mas também de auxílio. A ideia que perpassa esse padrão é a de que Deus, ainda que infligindo sua ira sobre os ingleses, anseia por vê-los vitoriosos contra os inimigos. Os escandinavos, portanto, são um mero instrumento em mãos divinas, utilizados com o objetivo de que, ao final, sejam derrotados. Permitindo-me uma metáfora, Deus castiga os ingleses como um pai castiga um filho, com o intuito de que este supere os desafios e se torne melhor; ou seja, que aprenda com o castigo, este último não sendo visto como algo intrinsecamente bom ou benéfico, apenas como um artifício necessário utilizado para o bem da criança. Trata-se de um tema presente na própria bíblia, como nota Terence E. Fretheim em sua análise do tema da ira divina no antigo testamento: “Falando de forma geral, a ira pode ser considerada a vontade circunstancial de Deus que atua a serviço de sua derradeira vontade pela vida e pela salvação”⁷⁷.

É nestes termos que, de forma geral, Henry nos apresenta a relação entre ingleses e escandinavos dentro do prisma religioso. Para além disso, sua obra em muito mantém antigas fórmulas de tratamento dos últimos: são frequentemente criticados por seu excesso de violência, sua crueldade e ferocidade. A vinculação da religião à honra também aparece na *Historia Anglorum*, mais explicitamente na história de Hæsten e Alfredo, contada por Henry de forma semelhante ao que encontramos em obras já discutidas.

Parece-nos, portanto, que a originalidade de Henry no tratamento dos aspectos religiosos da relação entre ingleses e escandinavos resume-se à sua concepção das invasões como castigo divino. Essa relação íntima entre os desígnios de Deus e os infortúnios dos ingleses é certamente uma das principais marcas da *Historia Anglorum*, o que a torna uma obra eminentemente marcada pela influência do divino e do sobrenatural em seu relato da história da Inglaterra. É preciso dizer, no entanto, que tal postura não é essencialmente uma



novidade: autores francos já tratavam as invasões *vikings* como punição divina ainda no século IX, vendo-os tanto como instrumentos quanto como alvos da ira de Deus⁷⁸. No contexto da Inglaterra anglo-saxã, Simon Keynes nota que “concepções de julgamento divino eram (...) inseparáveis, na mentalidade anglo-saxã, da experiência das invasões *vikings*”⁷⁹. Percebemos, portanto, que a ideia expressada e sistematizada por Henry em sua *Historia* advém de concepções herdadas da própria Era Viking, tanto nos reinos ingleses quanto em outras regiões da Europa.

O enfoque na religião, muito mais pronunciado em Henry do que em William, também se relaciona à questão da identidade inglesa que o autor da *Historia Anglorum* busca resgatar. Ainda que mercedores de punição, os ingleses têm seu lado favorecido por Deus em sua luta contra os pagãos, num tipo de vinculação da identidade inglesa ao cristianismo que, ainda que presente em todas as obras que analisamos, ganha na de Henry uma ênfase notável. Se nas obras do período anglo-saxão o cristianismo servia para justificar e reproduzir uma certa identidade aristocrática e régia forjada no contexto dos conflitos anglo-escandinavos, na *Historia Anglorum* o próprio conflito se justifica pela religião e pela vontade divina. O lado pró-inglês de Henry é mostrado quando o autor resgata essa identidade inglesa enfaticamente vinculada ao cristianismo, especialmente ao tratar dos conflitos entre ingleses cristãos e escandinavos pagãos.

Para finalizar nossa análise da obra de Henry, detenhamo-nos brevemente sobre algumas passagens referentes ao final do século X e início do século XI, quando dos renovados ataques escandinavos na Inglaterra e da conquista do país por Svein e seu filho Cnut, o Grande. Em primeiro lugar, vejamos o que Henry identifica como causa das novas invasões:



Naquele tempo, Santo Ethelwold, o bispo [de Winchester], pai dos monges e estrela da Igreja inglesa, obteve a visão do Senhor, a qual ele sinceramente desejava. Não muito tempo depois, São Dunstan foi levado da escuridão da Terra à glória do Paraíso. Quando essas duas grandes luzes da nação inglesa foram removidas, a Inglaterra perdeu a armadura de sua defesa, e ficou exposta, em sua desolação, à ameaçadora ira do Todo-Poderoso. (...) Então o Senhor, novamente provocado à ira, não mais deferiu o que Ele havia planejado; e os daneses desembarcaram em vários locais e ofuscaram a Inglaterra como as nuvens do céu⁸⁰.

Vemos aqui que Henry parece conceber a ira de Deus como uma força da qual a Inglaterra estava protegida pela presença dos dois mencionados santos. Novamente os infortúnios dos ingleses são apresentados como resultado direto da intervenção divina, quando não mais protegidos por Santo Ethelwold e São Dunstan; novamente a Inglaterra é merecedora de punição, e novamente os escandinavos são instrumentos deste castigo. As calamidades que atingiriam os ingleses nos primeiros anos do século XI também são, para Henry, impostas por Deus, como podemos perceber logo no início do sexto livro de sua *Historia*:

É claro que estas [calamidades] eram trabalho de Deus, que traz o mal aos réprobos. Pois era o propósito do Todo-Poderoso distrair e afligir a nação inglesa, cuja perversidade clamava por punição; assim como antes Ele havia tornado humildes os bretões, quando seus pecados os acusaram⁸¹.

Henry segue afirmando que os infortúnios reservados por Deus aos ingleses eram os daneses e os normandos, dando sequência



à sua lista das cinco pragas enviadas ao longo das eras para punir os povos da Britânia. Os anos que antecedem estas calamidades são aqueles do reinado de Æthelred, o Despreparado, pelo qual Henry parece ter o mesmo desprezo que encontramos em outras obras. Como William de Malmesbury, o autor da *Historia Anglorum* aqui parece sutilmente tomar o lado dos escandinavos em uma situação na qual seu principal interesse é difamar o dito rei. Tomemos como exemplo seu relato do massacre do dia de São Brice:

(...) o rei estava tão exaltado por orgulho que cometeu uma falha de fé ao dar ordens clandestinas para que todos os daneses que estavam pacificamente vivendo na Inglaterra fossem traiçoeiramente massacrados em um mesmo dia, na festa de São Brice. Eu ouvi em minha juventude algumas pessoas muito velhas darem um relato desta flagrante ofensa. Elas disseram que o rei enviou em segredo cartas a todas as cidades, de acordo com as quais os ingleses de repente ergueram-se contra os daneses, em todo lugar no mesmo dia e na mesma hora, e ou os passaram à espada, ou, apanhando-os desavisados, os queimaram na hora⁸²

A atitude de Æthelred é visivelmente vista com maus olhos por Henry, que em tal ocasião parece tomar o lado dos escandinavos, justificando a inocência destes últimos ao falar que viviam “pacificamente” na Inglaterra e que foram “traiçoeiramente massacrados”. Como em William de Malmesbury, essa ligeira mudança de posicionamento parece ter mais a ver com as opiniões de Henry em relação a Æthelred do que aos escandinavos. Subentende-se que o rei é cruel, traiçoeiro e um pecador, como sugere a expressão “falha na fé”. Em seguida, Henry atribui novas invasões escandinavas a uma fúria inflamada, e volta a relatar a grande destruição causada pelos invasores com a tradicional ênfase em sua violência.



Por último neste capítulo, debruçar-nos-emos sobre a *Historia Regum*, atribuída a Simeon de Durham, e a *Crônica de Worcester*. A *Historia Regum* nos traz um interessante relato para o ano de 793:

(...) os pagãos da região nórdica vieram com uma armada naval à Britânia, como vespas ardentes, e devastaram o país em todas as direções, como lobos ferozes, saqueando, rasgando, e matando não apenas ovelhas e bois, mas padres e levitas, e coros de monges e freiras. Eles vieram, como nós antes dissemos, à igreja de Lindisfarne, e assolaram tudo com terrível caos; pisaram com pés profanos em locais sagrados; cavaram os altares, e levaram embora todos os tesouros da santa igreja. Alguns dos irmãos eles mataram; alguns eles levaram embora acorrentados; muitos eles expulsaram, nus e carregados de insultos; alguns eles afogaram no mar⁸³.

Trata-se de um relato mais elaborado que aqueles que comumente encontramos para tal período. O autor da *Historia Regum* é particularmente enfático ao tratar da questão religiosa, dispensando grande atenção ao caráter profano da invasão e ao massacre de eclesiásticos. Desde esta primeira entrada percebemos que o viés religioso ganha uma importância primordial no tratamento dos escandinavos; algo muito diferente não só da *Gesta* de William de Malmesbury, com seu marcado interesse secular, mas também da *Historia Anglorum*, em que a religião é empregada de maneira diferente.

Na *Historia Regum*, o castigo divino sobre estes pecadores e perversos invasores não tarda a chegar. Na entrada para 794, lemos:

Os mencionados pagãos, devastando o porto do rei Ecgfrid, saquearam o monastério na boca do rio Don. Mas São Cuthberht não os permitiu partir sem



punição; pois seu líder lá sofreu uma cruel morte pelos anglos, e pouco tempo depois uma violenta tempestade aniquilou, destruiu e quebrou suas embarcações, e o mar engoliu muitos deles; alguns, no entanto, foram levados à costa, e rapidamente mortos sem misericórdia; e estas coisas os atingiram justamente, pois eles muito feriram aqueles que não os haviam ferido⁸⁴.

Aqui os diversos infortúnios sofridos pelos escandinavos são apresentados como uma punição por seus atos perversos e pecaminosos, infligida particularmente por São Cuthberht, muito possivelmente por sua relação com Lindisfarne. O conjunto destas duas entradas apresenta um claro padrão de causa e consequência: atos violentos contra propriedade e pessoal da Igreja sendo punidos por um santo; ou seja, ofensas contra a religião sendo respondidas com uma punição infligida por uma figura religiosa sobrenatural. Ainda, há uma particularização desta resposta, uma vez que não é Deus quem a inflige, e sim um santo cuja relação com o local atacado justifica ter sido ele o agente de tal punição.

Há um bocado de teor religioso nessas primeiras menções aos escandinavos na *Historia Regum*, não apenas no que tange à terminologia empregada, mas também as ações atribuídas aos escandinavos e à punição que recebem. Desde esse início os escandinavos nos são mostrados como um povo pagão particularmente agressivo contra a Igreja e seu pessoal, e, portanto, merecedor de punição. O discurso religioso, com efeito, é muito presente ao longo de toda obra, isso de forma consideravelmente mais pronunciada que nos outros dois autores abordados neste capítulo.

Ao nos aproximarmos dos relatos da época de Alfredo, podemos observar a forte presença e influência da *Vida de Alfredo* na *Historia Regum*. Ao contar-nos sobre a ancestralidade da realeza de



Wessex e ao mencionar Geta, o autor faz a mesma menção ao fato de os antigos pagãos o adorarem como a um deus, e inclusive insere o mesmo trecho do poeta Sedulius tratando do mesmo⁸⁵. Na entrada para 860, lemos que os escandinavos “fugiram como mulheres”, do mesmo modo que na *Vida*⁸⁶. Na entrada para o ano de 864, os escandinavos, como na *Vida*, esgueiram-se “como raposas” ao quebrar o tratado firmado com os homens de Kent⁸⁷. A entrada sobre a situação da Nortúmbria em 867 também é praticamente uma cópia integral da entrada para tal ano presente na *Vida*⁸⁸. É, na verdade, um padrão na *Historia Regum* a ampla utilização da *Vida de Alfredo* para todo o período que esta última abrange.

O autor da *Historia Regum*, no entanto, toma a liberdade de fazer suas próprias adições aos relatos da *Vida* em várias ocasiões. É notável como vários destes relacionam-se à questão do auxílio divino aos ingleses nas batalhas contra os escandinavos, e à aspectos ligados à religião num geral. Por exemplo, na entrada para 860, os ingleses são ajudados em sua luta por “espíritos angelicais⁸⁹”; na entrada pra 868, os escandinavos – sempre chamados de pagãos – se rendem aos ingleses, pedindo-lhes paz e um tratado, “(...) como se em tal espírito estivessem implorando o favorecimento de Cristo⁹⁰”. Em 870, o martírio de Santo Edmundo pelos pagãos é visto como resultado da ação divina, pois tal rei estaria destinado, por seu martírio, à glória celestial⁹¹; no final do relato sobre a batalha de Ashdown, em 871, encontramos na *Historia Regum* que os líderes escandinavos mortos, “(...) indo por amplo e fácil caminho, desceram às profundezas do abismo. Eles não conheciam o caminho da instrução, nem o entendiam; foi posto longe de sua face⁹²”; no relato da coroação de Alfredo, tal rei foi escolhido “(...) por nobres e bispos de toda a nação, e foi implorado, não só por eles, mas por todo o povo, que os governasse ‘para se vingar dos pagãos e reprimir o povo’⁹³”.



Essas entradas nos mostram o caráter profundamente religioso que o autor atribui aos conflitos anglo-escandinavos, mais ainda do que o próprio autor da *Vida de Alfredo*, sua principal fonte, havia feito. Na *Historia Regum*, mais semelhante às obras da Era Viking do que aquelas de William de Malmesbury e de Henry de Huntingdon, tratam-se de conflitos nos quais Deus abertamente se posiciona em favor dos ingleses, denotando forte teor anglófilo

Muito disso provavelmente deve-se simplesmente ao fato de que a *Historia Regum* é, para o período que a *Vida de Alfredo* abrange, quase totalmente baseada nesta última. Nesse sentido, o autor do século XII pouco fez além de aprofundar um teor já presente em sua principal fonte. Ademais, a profunda carga religiosa da *Vida* na *Historia Regum* parece ser extrapolada para outros períodos, como por exemplo na entrada para 793, embebida de um pronunciado viés religioso não tão presente em outras obras.

Movemo-nos agora para os relatos de conversão de escandinavos ao cristianismo na *Historia Regum*. Começemos com o relato do batismo de Guthrum, que na primeira parte da *Historia Regum* assim nos é apresentado:

O rei deles, chamado Guthrum, afirmou que desejava se tornar cristão, e, sob a mão do mais religioso rei, foi com realeza recebido na purificação do batismo. Este Guthrum, o qual o rei dos saxões tomou como filho adotivo, foi lavado no batismo da salvação com trinta outros homens escolhidos. Após ser batizado, ele ficou com ele [Alfredo] por doze noites em grande honra, e seu pai espiritual concedeu-lhe, e a todos que haviam recebido a fé cristã, grandes e não ditos presentes⁹⁴.

Sabemos que o batismo de Guthrum resultou de um tratado de paz firmado entre ele e Alfredo. Nesse contexto, há aqui uma agência



maior, em relação a outras fontes, atribuída à própria vontade do escandinavo, sem tanta ênfase na necessidade do batismo enquanto condição para uma aliança política. Na *Historia Regum* os escandinavos não prometem que seu rei seria batizado como parte do tratado, mas o próprio Guthrum é creditado por afirmar seu *desejo* de se tornar cristão; ou seja, aqui a conversão, apesar de inevitavelmente suceder uma vitória inglesa sobre os escandinavos, é resultado de uma vontade individual, e não apenas de uma necessidade diplomática. Para além disso, toda esta entrada está carregada de teor religioso: Alfredo é “o mais religioso dos reis” e “pai espiritual” de Guthrum, e os presentes distribuídos aos escandinavos nos são mostrados como recompensas pela conversão ao cristianismo, e não tanto como parte da firmação do tratado de paz, em seu sentido diplomático e mais pronunciadamente político e secular⁹⁵.

Guthrum parece ganhar um certo prestígio após ser batizado, o que, como em outras de nossas fontes, nos é indicado pelo relato de sua morte. A *Historia Regum*, em tal ocasião, lembra-nos do batismo pelo rei Alfredo e do nome cristão de Guthrum, Æthelstan⁹⁶; já a *Crônica de Worcester* nos informa que a ele foi dada a Ânglia Oriental após o martírio de Santo Edmundo⁹⁷. Trata-se de mais uma instância em que ambas as obras pouco fazem além de repetir suas fontes do período anglo-saxão.

Na segunda parte da *Historia Regum*, em que várias entradas a partir de 848 são diretamente incorporadas da *Crônica de Worcester*, o padrão de forma geral se mantém. A recorrência do auxílio divino em favor dos ingleses continua sendo regra, como no relato da batalha de Edington, no qual “(...) o rei Alfredo, pela ajuda de Deus, obteve a vitória, bravamente derrubando seus inimigos⁹⁸”. A *Crônica de Worcester*, por sua vez, menciona que “(...) [Alfredo] sentiu que sem o auxílio divino ele jamais poderia resistir, sozinho, à severidade



das irrupções pagãs (...)»⁹⁹. Em uma entrada para 883 da *Historia Regum*, o líder escandinavo Halfdan é chamado de tirano e é dito ter perecido sob o julgamento divino¹⁰⁰.

É compreensível que, em uma obra que confere tanta importância aos aspectos religiosos de ingleses e escandinavos, aqueles dentre estes últimos convertidos ao cristianismo sejam significativamente melhor considerados que seus “compatriotas” pagãos. Temos, assim, que em um relato sobre o rei escandinavo cristão Guhtred o autor da *Historia Regum* o credita por diversas obras em favor da Igreja, em conjunto com Alfredo¹⁰¹. Nos parece claro que tal menção relaciona-se muito a certos interesses próprio do autor; mas ainda assim é significativo vermos um rei escandinavo sendo tão creditado por obras religiosas, denotando certo apressamento do autor por um homem cujo povo ele tão abertamente critica.

Para além destas menções, encontramos na entrada para o ano de 943, tanto na *Crônica de Worcester* como na *Historia Regum*, menções aos batismos de Olaf e Ragnald¹⁰², relatados de modo sucinto e, como é padrão em nossas fontes, de forma a serem vinculados ao poder régio. Comparado com estes, o relato do batismo de Guthrum parece carregar um maior significado religioso. Talvez isso se deva simplesmente à tendência da *Historia Regum* e da *Crônica de Worcester* de exaltar os feitos de Alfredo, certamente herdada da *Vida de Alfredo*; sob este prisma, parece-nos compreensível que relatos sobre as vitórias de tal rei ganhem um maior peso e maior atenção nestas obras.

Por último, analisemos as entradas referentes ao final do século X e início do século XI em nossas duas últimas fontes. Encontramos nos relatos sobre as invasões de Olaf e Svein a tradicional ênfase em sua violência, e novamente a presença do auxílio divino em favor dos ingleses; também temos o relato do batismo de Olaf Tryggvason



e sua promessa de nunca mais retornar à Inglaterra com intenções hostis, de forma muito parecida com o que já analisamos até agora.

O relato do massacre do dia de São Brice presente na *Historia Regum* e na *Crônica de Worcester* é mais semelhante àquele presente na *Crônica Anglo-Saxã* do que nas duas obras do século XII que anteriormente analisamos. Assim, encontramos-lo:

(...) o rei Ethelred deu ordens para o massacre de todos os daneses, de todas as idades e ambos os sexos, em consequência de terem conspirado para privá-lo e a seus nobres de suas vidas e reino, e reduzir toda a Inglaterra sob seu domínio.¹⁰³

Vemos aqui que não há qualquer tomada de partido em favor dos escandinavos, tal qual encontramos, ainda que sutilmente, nas obras de William de Malmesbury e de Henry de Huntingdon. Mais uma vez temos que a *Crônica de Worcester* e a *Historia Regum* assemelham-se mais às fontes antigas do que àquelas mais contemporâneas às mesmas, mantendo o teor anti-escandinavo que as perpassa.

Na entrada para o ano de 1011, as duas obras, como as demais até aqui analisadas, enfatizam a violência contra eclesiásticos cometida pelos escandinavos. Destacam-se, porém, por acrescentar um relato do julgamento divino recaindo severamente sobre estes últimos:

(...) a ira de Deus recaiu furiosamente sobre tal povo assassino, e dois mil deles pereceram devido a excruciantes dores nas entranhas. Outros, sendo atacados de maneira similar, foram aconselhados pelos fiéis a se redimir com o arcebispo [o qual mantinham preso], mas eles se recusaram. E a mortalidade continuou, levando-os aos décimos e vigésimos, e por vezes mais¹⁰⁴.



Desta vez Deus castiga os escandinavos não apenas por favorecimento aos ingleses, mas por sua agressividade contra os eclesiásticos, de modo parecido com a entrada para 793 da *Historia Regum*. Parece ser nestes momentos de violência anticristã, portanto, que o castigo divino recai mais diretamente sobre os escandinavos, e não de forma indireta, através dos ingleses: o ataque a eclesiásticos assim necessita de uma resposta sobrenatural, enquanto em conflitos militares são os próprios beligerantes cristãos que, através do auxílio de Deus, punem seus antagonistas pagãos.

Ao lermos que os escandinavos foram aconselhados por fiéis, subentende-se que os próprios se mantinham descrentes, o que agrava mais ainda a situação: o paganismo aqui aparece como vinculado à violência anticristã, e ambos atuam como motivo pelo qual Deus castiga diretamente os perpetradores desta violência. Trata-se do caso mais explícito em que a religião cristã – ou, mais especificamente, a falta dela ou de respeito pela mesma – é vista e apresentada como motivo de infortúnio para os pagãos. Disso concluímos, sem nenhuma surpresa, que a *Historia Regum* e a *Crônica de Worcester* fazem seu uso da temática religiosa no sentido de mostrar como um povo pagão particularmente agressivo contra o cristianismo é merecedor do castigo divino, enquanto os ingleses cristãos, como percebemos em diversos trechos, são dignos da ajuda e da piedade de Deus. O caráter anglófilo é aqui mais pronunciado do que nas outras obras do século XII, muito por conta, parece-nos, da maior proximidade discursiva em relação às fontes do período anglo-saxão.

Assim, novamente, essas duas fontes diferem de suas mais contemporâneas ao abordarem os aspectos religiosos das relações entre ingleses e escandinavos à maneira de obras mais antigas: diferentemente de Henry de Huntingdon, não são aqui os ingleses que recebem o castigo por seus pecados, mas os escandinavos por seu



paganismo e anti-cristianismo; também não são estes últimos um peão nas mãos de Deus, utilizado para seus propósitos, mas um povo ímpio que atenta contra os ingleses, contra os cristãos e contra a Igreja, e que, portanto, merece ser severamente castigado.



Notas de fim

- ¹ Na presente dissertação, estaremos utilizando a tradução desta obra para o inglês produzida por J. A. Giles, publicada em 1847.
- ² GRANSDEN, 1996, p. 168.
- ³ “William was on the whole conscientious. He had weighed carefully the historian’s duty: it was, as he saw it, to record the truth, as far as it could be discovered, about important people and events,¹⁴ without fear or favour, clothing it in literary form,¹⁵ for the edification¹⁶ and amusement of his audience”. GRANSDEN, *Op. Cit.*
- ⁴ GRANSDEN, 1975, p. 372.
- ⁵ GRANSDEN, 1996, p. 173.
- ⁶ THOMAS, 2003, p. 260.
- ⁷ Utilizaremos em nossa pesquisa a tradução de Thomas Foster para o inglês, publicada em 1853.
- ⁸ “The most ambitious work of the period, including both past and present history (...)” GRANSDEN, *Op. Cit.*, p. 193.
- ⁹ *Ibid.*, p. 193-194.
- ¹⁰ GRANSDEN, 1996, p. 196.
- ¹¹ PAGE, 1987, p. 15.
- ¹² GRANSDEN, *Op. Cit.*, p. 198.
- ¹³ THOMAS, *Op. Cit.*, p. 242.
- ¹⁴ Na presente pesquisa, estaremos utilizando a tradução para o inglês de Joseph Stevenson, publicada em 1855.
- ¹⁵ GRANSDEN, *Op. Cit.*, p. 148-149.
- ¹⁶ Para maiores detalhes sobre as diversas fontes usadas na *Historia Regum*, cf. GRANSDEN, 1996, p.149.
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 143.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 149.
- ¹⁹ Para fins de comparação, utilizaremos em tal análise conjunta a tradução da *Crônica de Worcester* para o inglês produzida por Thomas Forester, publicada em 1854.
- ²⁰ “(...) a barbarian both by race and disposition”. GRA, p. 132.
- ²¹ “(...) a heathen”. GRA, p. 90.
- ²² “(...) to the continued devastations of the pagans”. *Ibid.*
- ²³ *Ibid.*, p. 111.
- ²⁴ “unfaithful”, HA, p. 152; “faithless”, HA, p. 158.
- ²⁵ “terrible scourge”, *Ibid.*, p. 143.
- ²⁶ “King Edmund led his army into that part of Mercia which had been long subject to the heathens (...) and, utterly extirpating the Danes, who even at that time were called Normans, he purified those towns from heathenism, and, by God’s grace, restored to them the light of the gospel” *Ibid.*, p. 171-172.
- ²⁷ “(...) by the aid of the blessed Virgin, the Christians were delivered from their heathen foes”. HA, p. 179.
- ²⁸ WC, p. 112-113; HR, p. 512.
- ²⁹ TIMOFEEVA, 2016a, p. 111.



³⁰ *Ibid.*, p. 110.

³¹ “stinging hornets”, HR, p. 457.

³² “fierce wolves”, *Ibid.*.

³³ “terrible enemy”, *Ibid.*, p. 468.

³⁴ “wicked”, *ibid.*, p. 471.

³⁵ “treacherous strangers”, *Ibid.*, p. 470.

³⁶ “servile wretches”, *Ibid.*, p. 472.

³⁷ “mischievous plunderers”, *Ibid.*

³⁸ “multitude of the barbarians”, *Ibid.*

³⁹ “ignoble rabble”, *Ibid.*, p. 473.

⁴⁰ “infamous host”, *Ibid.*, p. 475.

⁴¹ “ungodly”, *Ibid.*, p. 477.

⁴² “pirates”, *Ibid.*, p. 497; 499; 500; 509; 510.

⁴³ “murderous people”, *Ibid.*, p. 517.

⁴⁴ “And, in order to obtain foreign connections, he entered into affinity with the king of France, by marrying his daughter Bertha. And now by this connection with the Franks, the nation, hitherto savage and wedded to its own customs, began daily to divest itself of its rustic propensities and incline to gentler manners. (...) Hence it arose, that his mind, already softened, easily yielded to the preaching of the blessed Augustine; and he was the first of all his race who renounced the errors of paganism, that he might obscure, by the glory of his faith, those whom he surpassed in power. This, indeed, is spotless nobility; this, exalted virtue; to excel in worth those whom you exceed in rank. Besides, extending his care to posterity, he enacted laws, in his native tongue, in which he appointed rewards for the meritorious, and opposed severer restraints to the abandoned, leaving nothing doubtful for the future”. GRA, p. 12-13.

⁴⁵ GRANSDEN, 1996, p. 173.

⁴⁶ “In general he considered them unwarlike, accusing them of effeminacy, lust, gluttony, drunkenness, laxity in religious observance, and meanness in their dwellings.⁴⁸ He contrasted them with the Normans, outstanding for their military skill and bravery, notable for their pride and ambition, and the inhabitants of magnificent buildings”. *Ibid.*

⁴⁷ “As soon as he was freed from the restraints of paternal awe, he rejected Christianity, and overcame the virtue of his stepmother. But the severity of the divine mercy opposed a barrier to his utter destruction: for the princes, whom his father had subjugated, immediately rebelled, he lost a part of his dominions, and was perpetually haunted by an evil spirit, whereby he paid the penalty of his unbelief.” GRA, p. 13.

⁴⁸ “The praises and merits of both these men ought ever to be proclaimed, and had in honour by the English; because they allowed the Christian faith to acquire strength, in England, by patient listening and willingness to believe.(...) Though led away at first, more by the lusts of the flesh than perverseness of heart, yet he paid respect to the virtuous conduct of the prelates, although he neglected their faith; and lastly, as I have related, was easily converted (...), and became of infinite service to the propagation of Christianity. Both, then, were laudable: both deserved high encomiums; for the good work, so nobly begun by the one, was as kindly fostered by the other”. GRA, p. 14.

⁴⁹ “For his grandfather, and father, indeed, adopted our faith, but neglected to destroy their idols; whilst he, thinking it derogatory to his royal zeal not to take the readiest mode of annihilating openly what they only secretly condemned, levelled every temple of their gods



to the ground, that not a trace of their paganism might be handed down to posterity. This was nobly done: for the mass of the people would be reminded of their superstition, so long as they could see the altars of their deities.” *Ibid.*

⁵⁰ “The moment the young man became possessed of power, wantoning in regal luxury and disregarding the acts of his father, he abjured Christianity and legitimate marriage; but being attacked and defeated by Penda, king of Mercia, whose sister he had repudiated, he fled to the king of the East Angles. Here, by a sense of his own calamities and by the perseverance of his host, he was once more brought back to the Christian faith; and after three years, recovering his strength and resuming his kingdom, he exhibited to his subjects the joyful miracle of his reformation. So valiant was he, that, he who formerly was unable to defend his own territories, now extended his dominion on every side” GRA, p. 20.

⁵¹ “(...) how sedulous he was in religious matters, the laws he enacted to reform the manners of the people, are proof sufficient; in which the image of his purity is reflected even upon the present times.” *Ibid.*, p. 32.

⁵² “Since the beginning of history there have been five inflictions of the Divine wrath on the people of Britain; the visitations of Providence falling on the faithful, as well as its judgments on unbelievers. The first was by the Romans, who conquered Britain, but after a time withdrew from the island. The second was by the Scots and Picts, who grievously harassed it by hostile inroads, but never succeeded in gaining permanent possession. The third was by the Angles, who completely subjugated and occupied the country. The fourth was by the Danes, who established themselves on the soil by successful wars, but afterwards disappeared and were lost. The fifth was by the Normans, who conquered all Britain, and still hold the English in subjection.” HA, p. 4.

⁵³ “The attentive reader will learn in this work both what he ought to imitate, and what he ought to eschew; and if he becomes the better for this imitation and this avoidance, that is the fruit of my labours which I most desire; and, in truth, the direct path of history frequently leads to moral improvement.” *Ibid.*, p. xxvii.

⁵⁴ So that the fire kindled by the hands of the Pagans executed the just judgment of God for the sins of the people. (...) So here by the agency of the heathen conqueror, but by the disposition of the righteous Judge, they ravaged the neighbouring cities and lands, and the conflagration extended from the eastern to the western sea, there being none to oppose it, and spread over almost the whole face of the devoted island. Public and private buildings were levelled to the ground; the priests were everywhere slain before the altars; the prelates and the people, without respect of persons, were destroyed with fire and sword.” HA, p. 39.

⁵⁵ “(...) his brother and successor Sigbert was converted by Felix, the bishop; and the whole nation of the East-Angles at the same time.” *Ibid.*, p. 58.

⁵⁶ “He was succeeded by his son Peda, the first of the kings of Mercia who was baptized; and the people of Mercia (...) were by him and with him converted to the faith.” *Ibid.*, p. 59-60. O terceiro livro da *Historia Anglorum* trata exclusivamente da conversão dos ingleses, mas trata-se primordialmente de uma re-escrita da Beda; não consideramos, portanto, necessário apresentarmos aqui uma análise de tal livro.

⁵⁷ “The Mid-Angles, under their prince Peada, son of Penda king of Mercia, received the Christian faith and sacraments, the prince himself being first baptized, with all his attendants, by bishop Finan, at the court of Oswy king of Northumbria. Afterwards, on his return home, the rest of his people were baptized by four priests, Cedd, Adda, Betti, and Diuma, who accompanied him from Northumbria” WC, p. 17.

⁵⁸ “(...) a piratical tribe of the Danes, accustomed to live by plunder, clandestinely arriving



in three ships, disturbed the tranquillity of the kingdom. This band came over expressly to ascertain the fruitfulness of the soil, and the courage of the inhabitants, as was afterwards discovered by the arrival of that multitude, which over-ran almost the whole of Britain. Landing then, unexpectedly, when the kingdom was in a state of profound peace, they seized upon a royal village, which was nearest them, and killed the superintendent, who had advanced with succours; but losing their booty, through fear of the people, who hastened to attack them, they retired to their ships". GRA, p. 40.

⁵⁹ PAGE, *Op. Cit.*, p. 24-25.

⁶⁰ "For when the Danes (...) on their return home represented to their countrymen the fruitfulness of the island, and the indolence of its inhabitants; these barbarians came over hastily, in great numbers, and obtained forcible possession of that part of the country (...)". GRA, p. 69.

⁶¹ PAGE, *Op. Cit.*, p. 24.

⁶² "(...) he was despatched in the sixteenth year of his reign, by Hingwar, a heathen; from which time the Angles ceased to command in their own country for fifty years. For the province was nine years without a king, owing to the continued devastations of the pagans; afterwards both in it and in East Saxony, Gothrun, a Danish king, reigned for twelve years, in the time of king Alfred. Gothrun had for successor a Dane also, by name Eohric, who, after he had reigned fourteen years, was taken off by the Angles, because he conducted himself with cruelty towards them. Still, however, liberty beamed not on this people, for the Danish earls continued to oppress them, or else to excite them against the kings of the West Saxons, till Edward, the son of Alfred, added both provinces to his own West Saxon empire, expelling the Danes and freeing the Angles". GRA, p. 89-90.

⁶³ "The remainder, with their king, gave hostages that they would embrace Christianity and depart from the country; which they performed. For their king, Gothrun, whom our people call Gurmund, with thirty nobles and almost all the commonalty, was baptized, Alfred standing for him; and the provinces of the East Angles, and Northumbrians, were given up to him, in order that he might, under fealty to the king, protect with hereditary right, what before he had overrun with predatory incursion. However, as the Ethiopian cannot change his skin, he domineered over these tributary provinces with the haughtiness of a tyrant for eleven years, and died in the twelfth, transmitting to his posterity the inheritance of his disloyalty, until subdued by Athelstan, the grandson of Alfred, they were, though reluctantly, compelled to admit one common king of England, as we see at the present day. Such of the Danes as had refused to become Christians (...) went over sea, where the inhabitants are best able to tell what cruelties they perpetrated.(...)". GRA, p. 115.

⁶⁴ "Anlaf, with a certain prince, Reginald, the son of that Gurmund of whom we have spoken in the history of Alfred, sounding the disposition of the king, offered to surrender himself, proffering his conversion to Christianity as a pledge of his fidelity, and receiving baptism. His savage nature, however, did not let him remain long in this resolution, for he violated his oath, and irritated his lord. In consequence of which, the following year he suffered for his crimes, being doomed to perpetual exile". GRA, p. 141.

⁶⁵ PAGE, *Op. Cit.*, p. 20.

⁶⁶ Aqui William relata outras obras de Cnut em beneficio da Igreja, as quais não há necessidade de transcrever integralmente.

⁶⁷ "Though he obtained the sovereignty unjustly, yet he conducted himself with great affability and firmness. He repaired, throughout England, the monasteries, which had been partly injured, and partly destroyed by the military incursions of himself, or of his father; he



built churches in all the places where he had fought, and more particularly at Assingdon, and appointed ministers to them, who, through the succeeding revolutions of ages, might pray to God for the souls of the persons there slain. At the consecration of this edifice, himself was present, and the English and Danish nobility made their offerings. Over the body of the most holy Edmund, whom the Danes of former times had killed, he built a church with princely magnificence, appointed to it an abbat, and monks: and conferred on it many large estates. (...) Thus anxious to atone for the offences of himself or of his predecessors, perhaps he wiped away the foul stain of his former crimes with God: certainly he did so with man". GRA, p. 196-198.

⁶⁸ "This woman, who possessed considerable beauty, had come over to England with her husband Palling, a powerful nobleman, and by embracing Christianity, had made herself a pledge of the Danish peace. In his ill-fated fury, Edric had commanded her, though proclaiming that the shedding her blood would bring great evil on the whole kingdom, to be beheaded with the other Danes. She bore her death with fortitude; and she neither turned pale at the moment, nor, when dead, and her blood exhausted, did she lose her beauty; her husband was murdered before her face, and her son, a youth of amiable disposition, was transfixed with four spears." GRA, p. 185.

⁶⁹ "(...) by God's help", HA, p. 149.

⁷⁰ "God vouchstafed the victory to the faithful, and caused the heathen to suffer a disgraceful defeat", *Ibid.*, p. 150.

⁷¹ "(...) in times of need", *Ibid.*, p. 159.

⁷² "(...) the Lord severely chaistied the heathen", *Ibid.*, p. 163.

⁷³ Na *Crônica Anglo-Saxã*, como apontado em nota de rodapé, o ano é 902, ou seja, o segundo do reinado de Eduardo. HA, p. 165.

⁷⁴ "(...) the divine mercy crowned the faithful with victory", *Ibid.*, p. 166.

⁷⁵ "King Edmund led his army into that part of Mercia which had been long subject to the heathens (...) and, utterly extirpating the Danes, who even at that time were called Normans, he purified those towns from heathenism, and, by God's grace, restored to them the light of the gospel", HA, p. 171-172.

⁷⁶ O que aqui aparece como traduzido como "paganismo", no original aparece como "infidelidade". A tradução para o inglês utiliza do termo "heathenism", algo que seria melhor traduzido ao português como paganismo, mas que também remete ao sentido de "falta de fé" do original. Dado o contexto, consideramos plausível que tais palavras possam funcionar como sinônimos.

⁷⁷ "Generally speaking, wrath may be considered God's circumstantial will that stands in the service of God's ultimate will for life and salvation". FRETHEIM, Terence E.. **Theological reflections on the wrath of God in the Old Testament**. In: *Horizons in Biblical Theology*, Volume 24. 2002, p. 1- 26, p. 25.

⁷⁸ COUPLAND, Simon. **The Rod of God's Wrath or the People of God's Wrath? The Carolingian Theology of the Viking Invasions**. In: *Journal of Ecclesiastical History*, vol. 42, No. 4. 1991, p. 535 - 554, p. 554.

⁷⁹ "Conceptions of divine judgement were (...) inseparable in the Anglo-Saxon mentality from experience of Viking invasions". KEYNES, In: SAWYER, 1997, p. 49.

⁸⁰ "At that time St. Ethelwold, the bishop [of Winchester], father of the monks and the star of the English church, obtained the vision of the Lord, which he had earnestly desired. When these two great lights of the English nation were removed, England lost the armour



of her defence, and was exposed, in her desolation, to the threatened wrath of the Almighty. (...) Then the Lord, again provoked to wrath, no longer deferred what He had designed; and the Danes landed in various quarters and overshadowed England like the clouds of heaven". HA, p. 177-178.

⁸¹ "It is clear that these were the work of God, who brings evil on the reprobate. For it was the purpose of the Almighty to distract and afflict the English nation, whose wickedness called for punishment; just as before He had humbled the Britons, when their sins accused them.", *Ibid.*, p. 183.

⁸² "(...) the king was so elated with pride that he committed a breach of faith by giving clandestine orders that all the Danes who were living peaceably in England should be treacherously massacred in one and the same day, on the feast of St. Brice. I have heard in my youth some very old persons give an account of this flagrant outrage. They said that the king sent with secrecy into every town letters, according to which the English suddenly rose on the Danes, everywhere on the same day and at the same hour, and either put them to the sword, or, seizing them unawares, burnt them on the spot." HA, p. 184.

⁸³ "(...) the pagans from the Northern region came with a naval armament to Britain, like stinging hornets, an overran the country in all directions, like fierce wolves, plundering, tearing, and killing no only sheep and oxen, but priests and Levites, and choirs of monks and nuns. They came, as we before said, to the church of Lindisfarne, and laid all waste with dreadful havoc, trod with unhallowed feet the holy places, dug up the altars, and carried off all the treasures of the holy church. Some of the brethren they killed; some they carried off in chains; many they cast out, naked and loaded with insults; some they drowned in the sea." HR, p. 457.

⁸⁴ "The aforsaid pagans, ravaging the harbour of king Ecgfrid, plundered the monastery at the mouth of the river Don. But St. Cuthberht did not allow them to depart unpunished; for their chief was there put by a cruel death by the Angles, and a short time afterwards a violent storm shattered, destroyed, and broke up their vessels, and the sea swallowed up very many of them; some, however, were cast ashore, and speedly slain without mercy; and these thing befel them justly, since they heavily injured those who had not injured them.", *Ibid.*, p. 458.

⁸⁵ HR, p. 465-466.

⁸⁶ "(...) taking flight like women", *Ibid.*, p. 468.

⁸⁷ "like foxes", *Ibid.*

⁸⁸ *Ibid.*, p. 469-470.

⁸⁹ "angelic spirits", *Ibid.*, p. 468.

⁹⁰ "(...) as if they had besought the favour of Christ in this spirit". *Ibid.*, p. 471.

⁹¹ *Ibid.*

⁹² "(...) going the broad and easy way, descended into the depth of the pit. They knew not the way of instruction, neither understood they the path thereof; it was put far from their face". HR, p. 474.

⁹³ "(...) by the dukes and bishops of the whole nation, and was besought, not only by them, but by the whole people, that he would rule over them, 'to be avenged of the heathen and to rebuke the people'". *Ibid.*

⁹⁴ "Their king, Guthrum by name, averred that he wished to become a Christian, and, under the hand of the most religious king, was royally received in the cleansing of baptism. This Guthrum, whom the king of the Saxons took as the son of his adoption, was washed in the



baptism of salvation, with thirty other chosen men. After he was baptized, he remained with him twelve nights in great honour, and his spiritual father bestowed on him, and on all who had received the Christian faith, great and untold gifts.” *Ibid.*, p. 476.

⁹⁵ Uma vez que a *Historia Regum* apresenta duas entradas para um conjunto de anos a partir de 848, temos uma segunda referente ao batismo de Guthrum. Mais sucinta, esta segunda entrada acrescenta a menção de que ao rei escandinavo foi concedido o reino da Ânglia Oriental, após o assassinado de Santo Edmundo. p. 494.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 481.

⁹⁷ WC, p. 79-80.

⁹⁸ “(...) king Elfred, by the help of God, obtained the victory, bravely overthrowing his enemies (...)”, HR, p. 494.

⁹⁹ “(...) felt that without Divine aid he should never be able to resist, single-handed, the severity of the Pagan irruptions (...)” WC, p. 67.

¹⁰⁰ HR, p. 495.

¹⁰¹ HR, p. 495.

¹⁰² WC, p. 98; HR, p. 503.

¹⁰³ “(...) king Ethelred gave orders for the massacre of all the Danes of every age and both sexes, in consequence of their having conspired to deprive him and his nobles of their life and kingdom and reduce the whole of England under their dominion”. WC, p. 114. Na *Historia Regum* (p. 513) temos um relato idêntico.

¹⁰⁴ “(...) the wrath of God raged furiously against that blood-thirsty people, and two thousand of them perished from excruciating pains in the bowels; the rest being attacked in a similar manner were admonished by the faithful to make satisfaction to the archbishop; but they deferred it, and the mortality still continued, carrying them off by tens and twenties, and sometimes more.” WC, p. 120. Na *Historia Regum* o relato é idêntico.





Epílogo



Do terceiro capítulo deste livro, dedicamo-nos à análise de três obras produzidas na Inglaterra Anglo-Saxã, entre os finais dos séculos IX e X. São estas a *Crônica Anglo-Saxã*, em suas entradas sobre a Era Viking, a *Vida de Alfredo*, e a *Crônica de Æthelweard*.

De maneira geral, as fontes da Era Viking apresentam forte teor pró-Wessex e um uso da religião significativamente pragmático, relacionado ao contexto de uma presença escandinava imediata à sua produção ou, no caso de Æthelweard, consideravelmente recente à mesma.

Destacamos, em primeiro lugar em relação às fontes desse primeiro eixo, a vinculação da aristocracia leiga e da realeza à conversão ao cristianismo. Desde os relatos sobre a conversão dos ingleses podemos observar que nossas fontes tratam de reis e aristocratas como figuras fundamentais no processo de conversão, conforme atribuem aos mesmos um papel fundamental na introdução do cristianismo na Inglaterra. O mesmo parece acontecer com os escandinavos: percebemos que os casos de conversão relatados nas fontes se vinculam quase sempre a alianças políticas, frequentemente envolvendo a submissão de líderes escandinavos e a conquista militar por parte de reis e aristocratas ingleses. Em tais casos estes últimos aparecem tomando parte diretamente na conversão das elites escandinavas,



conforme aparecem como padrinhos em cerimônias de batismo ou crisma. Daí a conclusão de que o contexto no qual essas conversões nos são apresentadas é essencialmente diplomático e que as mesmas parecem ser tidas como intrínsecas a estes acordos e alianças; notável exemplo de uma mentalidade segundo a qual política e religião encontram-se interligadas, sem que seja reconhecida uma distinção clara entre ambas as esferas. Em comparação com as entradas sobre a conversão dos ingleses, aquelas que tratam das conversões dos escandinavos destacam-se por inserir-se num contexto de forja de uma identidade aristocrática inglesa: para além da ideia de uma aristocracia guerreira e cristã, que se justifica e se afirma através, dentre outras coisas, da conversão de inimigos pagãos, no contexto da Era Viking o que está na ordem do dia é a própria unificação da Inglaterra sob os reis de Wessex. Nesse contexto, a dinâmica dos relatos das conversões dos escandinavos ao cristianismo atua no sentido de justificar, afirmar, reproduzir e reforçar o poder régio saxão-ocidental em um momento de plena expansão. Diferentemente da época da conversão dos ingleses, não tratamos mais de diversos reis rivais que afirmam seu domínio uns sobre os outros através da conversão de reis e aristocratas menores, mas sim de uma realeza consciente de suas ambições e que busca efetivamente garantir seu domínio sobre todo o território inglês. É por isso que a conversão ao cristianismo na Inglaterra da Era Viking, embora funcionando segundo esquemas mais antigos, ganha um significado diferente.

Em segundo lugar, notemos que esses relatos de conversão operam no sentido de conferir superioridade aos reis e aristocratas ingleses. As vitórias inglesas são frequentemente marcadas pelo apadrinhamento dos inimigos derrotados pelos vencedores, num gesto que busca traduzir a vitória militar em termos religiosos. A relação estabelecida, pois, se torna uma espécie de selamento de um acordo



de paz, frequentemente em proveito inglês e em detrimento do poder e soberania escandinavos. No nível do discurso, informar sobre essa relação é uma forma assinalar a superioridade inglesa frente aos inimigos derrotados: embora haja relatos de acordos e/ou vitórias inglesas que não vieram acompanhados de relatos de conversão e/ou apadrinhamento, praticamente não se vê relatos de conversão que não sucedam uma vitória militar inglesa. O cristianismo converte-se, assim, em uma poderosa ferramenta que configura, organiza e consolida relações de dominação e hierarquias, em que os laços entre reis, aristocratas e inimigos derrotados são estabelecidos e lidos em termos religiosos. Enquanto o poder régio ocupa o topo dessa hierarquia, podemos definir o cristianismo como uma ideologia própria do mesmo, geradora de um vínculo paternal – através do apadrinhamento no batismo ou na crisma – entre os reis e aqueles sob seu domínio.

Estes dois aspectos sugerem que, na visão de quem produziu as fontes analisadas, i.e. a da aristocracia secular e do círculo régio ingleses, a conversão ao cristianismo ganha maior importância no nível da resolução de conflitos entre ingleses e escandinavos, principalmente quando se pode usar tais relatos de conversão para afirmar a superioridade inglesa. Não encontramos nas fontes da Era Viking casos em que escandinavos espontaneamente decidem se converter ao cristianismo, quando não pressionados pela necessidade de firmarem acordos ou alianças com os ingleses, ou quando não movidos por iniciativas régias inglesas, como no caso do jovem escandinavo que ingressou na vida monástica, relatado na *Vida de Alfredo*.

Em terceiro lugar, no sentido da construção e reprodução de uma identidade aristocrática inglesa, observamos que o fator religioso aparece no sentido de reforçar a oposição entre ingleses e escandinavos, o que pode ser mais nitidamente observado na *Vida*



de Alfredo, como já foi notado por outros historiadores. Dado que a construção de identidades, como já comentamos, assenta-se na ideia de oposição, é particularmente significativo que se vincule a religião a uma aristocracia expansionista e guerreira. Percebe-se que o discurso religioso aparece aí como um artifício para marcar a diferença entre os ingleses, valorosos guerreiros cristãos, e escandinavos, traiçoeiros e cruéis bárbaros pagãos. É a partir dessa oposição que nossas fontes contribuem para reforçar a ideia de uma aristocracia engajada na promoção do cristianismo e no combate ao paganismo, frequentemente merecedora de auxílio e graça divinos. No contexto dos conflitos entre ingleses e escandinavos, o aspecto religioso da identidade aristocrática comunga com seu caráter guerreiro, na medida em que as batalhas entre as partes são, até certo ponto, vistas como confrontos entre paganismo e cristianismo. É claro que o viés religioso não é o único que opera na construção dessa identidade, ganhando mais ou menos proeminência nesta ou naquela fonte. De forma geral, fatores culturais e étnicos comungam com o religioso na reprodução da identidade aristocrática; uma vez que essa reprodução se dá a partir da oposição aos escandinavos, ela fica evidente nos próprios termos pelos quais nossos autores tratam estes últimos: ao chamá-los de “bárbaros”, por exemplo, Æthelweard afirma e reafirma a superioridade da “civilização” inglesa e cristã, em oposição à inferioridade primitiva e pagã dos escandinavos, atribuindo centralidade ao aspecto cultural em sua construção da oposição entre os dois povos e vinculando-o ao aspecto religioso. Já a *Crônica Anglo-Saxã* mais frequentemente utiliza termos étnicos, como “daneses” ou “nórdicos”, para operacionalizar a oposição entre estes e os ingleses.

De forma geral, concluímos que o discurso presente nas três obras constrói um inimigo que os ingleses devem permanentemente combater, e é nessa construção que o fator religioso, entre outros,



opera. Seu uso, assim, relaciona-se ao caráter pró-realeza e pró-aristocracia das obras, sendo marca de um conjunto discursivo cuja justificativa assenta-se na criação, reprodução, defesa e consolidação de uma identidade aristocrática inglesa diante de um inimigo igualmente construído, colocado em oposição aos ingleses e, no processo, exaustivamente estigmatizado, difamado e criticado.

No quarto capítulo, analisamos nossas fontes do século XII, nomeadamente a *Gesta Regum Anglorum*, de William de Malmesbury; a *Historia Anglorum*, de Henry de Huntingdon, e a *Historia Regum*, atribuída a Simeon de Durham – esta última analisada em conjunto com a *Crônica de Worcester*.

Temos nessas fontes tanto uma continuidade do discurso do período anglo-saxão, em diversos níveis, quanto um conjunto de significativas mudanças, em outros. De forma geral, a *Historia Regum* e a *Crônica de Worcester* podem ser consideradas, dentre as fontes de nosso segundo eixo, aquelas que mais se assemelham às fontes da Era Viking. Falta-lhes a originalidade que marca, ainda que de diferentes modos, as obras de Henry de Huntingdon e William de Malmesbury. Assim sendo, a religião nestas obras opera mais ou menos da mesma forma como o faz nas obras analisadas no Capítulo III, principalmente na *Vida de Alfredo*; ou seja, como marca da oposição entre ingleses e escandinavos, como ferramenta na exaltação dos feitos dos reis de Wessex, Alfredo em especial, e como justificativa para o favoritismo inglês por parte de Deus. Acreditamos que a ênfase em aspectos religiosos ao longo destas obras é senão a manutenção, ampliação e extrapolação para outras épocas de uma tendência fortemente presente na *Vida*.



Não obstante, isso não significa retirar da *Historia Regum* e da *Crônica de Worcester* sua importância: elas saltam-nos aos olhos como exemplos de uma continuidade no discurso inglês acerca dos escandinavos e das relações entre ambos os povos. Em certa medida, todas as fontes de nosso segundo eixo apresentam, cada uma a seu modo, essa continuidade discursiva, em um ou outro de seus aspectos, conforme utilizam-se das obras da Era Viking como fonte. Seja na ênfase na violência, na prática da pirataria ou na religião, estas obras inserem-se em um contínuo modo de tratamento dos escandinavos pagãos que, iniciando ainda na Era Viking, parece atravessar o medievo.

Nessas obras a temática religiosa segue sendo usada segundo um conjunto de interesses próprios de seus autores, ainda que não exatamente da mesma forma como o era no período anglo-saxão: para William de Malmesbury, é importante vincular o paganismo às práticas violentas, tirânicas e bárbaras dos escandinavos, exaltando o cristianismo como aspecto intrínseco à civilização e aos bons costumes; para Henry de Huntingdon, é importante mostrar que um povo pecaminoso atrai para si a ira divina, e que em seu castigo Deus é inexorável, lançando mão inclusive de povos pagãos para fazer o trabalho contra os pecadores; para os autores da *Cronica de Worcester* e da *Historia Regum*, a religião segue sendo, como o fora para o autor da *Vida de Alfredo*, importante ponto de dissonância entre ingleses e escandinavos, o que determinava que o auxílio divino sempre recaísse sobre os primeiros e o severo julgamento de Deus sobre os segundos.

Percebemos, então, uma sutil, porém importante diferença entre as fontes de nossos dois eixos: de usos relacionados a preocupações imediatas com os escandinavos e com sua presença nos reinos ingleses, bem como à construção e reprodução de uma identidade inglesa, pronunciadamente régia e aristocrática, movemo-nos para



usos de caráter mais edificante, com vistas a mostrar uma relação de causa e consequência entre as ações dos homens e aquelas de Deus, ou, em outras palavras, entre o secular e o divino. O distanciamento temporal dos autores do século XII em relação à Era Viking saltamos aos olhos como o mais óbvio motivo pelo qual se pode explicar essa diferença; mas também pode-se ressaltar que estes autores mais recentes, todos provenientes de contextos eclesiásticos – ainda que se ressalte o caráter aristocrático do clero da época – tendem a uma visão e a um uso da religião em maior acordo com os objetivos da Igreja: exaltar o cristianismo e ensinar sobre o pecado, a punição e a graça divinas; em outras palavras, o objetivo principal é o de edificar e de prover exemplos. Com efeito, Michael Staunton, ao tratar da escrita histórica inglesa no século XII, aponta que os escritores medievais apresentam o valor “didático” da História em dois sentidos principais: o de servir como guia moral para os leitores, ao mostrar o que ser imitado ou evitado, e o de ilustrar o plano de Deus para a humanidade¹. Essa característica pode ser observada em todas as nossas fontes, sendo o prólogo de Henry de Huntingdon, como vimos, particularmente ilustrativo nesse sentido.

É notável que esse caráter edificante, embora presente, seja menos pronunciado nas obras da Era Viking, mais vinculadas à realeza e à aristocracia leiga e inseridas no próprio contexto de que falam, ou ao menos mais temporalmente próximas ao mesmo. Nelas prevalece um uso mais particularmente político: interessa-as apontar diferenças, construir oposições, reforçar seu lado no conflito e auxiliar na construção de uma identidade para uma Inglaterra em processo de unificação ou recém unificada.

¹ STAUNTON, Michael. **Did the Purpose of History Change in England in the Twelfth Century?** In: CLEAVER, Laura; WORM, Andrea (eds.). *Writing History in the Anglo-Norman World. Manuscripts, Makers and Readers, c. 1066 – c.1250*. University of York: York Medieval Press, 2018., p. 11.



Os exemplos dos relatos que analisamos sobre o massacre do dia de São Brice são ilustrativos dessa diferença, e aludem também a outro ponto importante, no que diz respeito ao aparente compromisso dos autores da *Crônica Anglo-Saxã* para com a aristocracia e a realeza, e um maior desprendimento nesse sentido por parte dos autores do século XII. Parte de uma Igreja menos vinculada ao poder régio e aristocrático, como fora aquela do período anglo-saxão, e menos inclinados a um favoritismo inglês exacerbado, os eclesiásticos que escreveram as obras do nosso segundo eixo parecem mais propensos a criticar abertamente monarcas de outrora, o que fica claro em relação a Æthelred e, mais especificamente, nos relatos acerca do mencionado massacre, orquestrado por tal rei. Ao tratar do assunto a *Crônica Anglo-Saxã* o faz de forma tímida, sem tomar lados evidentes, enquanto Henry de Huntingdon e William de Malmesbury abertamente criticam Æthelred e condenam suas ações. Hugh M. Thomas sugere que, aos olhos de autores vivendo tempos depois do fim da ameaça escandinava, o massacre tenha parecido menos justificável². Ainda que a questão do distanciamento temporal seja óbvia, também podemos tomar esse caso como um exemplo da diferença entre uma obra visivelmente preocupada em agradar a realeza e outras mais eminentemente eclesiásticas e mais alinhadas aos objetivos de uma Igreja que, no século XII, já não se encontrava tão vinculada à realeza e aristocracia inglesas quanto fora outrora.

Não significa dizer, é claro, que os autores do século XII não tivessem seus próprios interesses politicamente pragmáticos. É certo que, de maneira geral, e em maiores ou menores níveis, tanto os usos mais proeminentemente políticos quanto os mais religiosos estão presentes em todas as obras aqui analisadas, até porque estamos tratando de uma época em que estas duas esferas se confundiam e se

² THOMAS, 2003, p. 244-246.



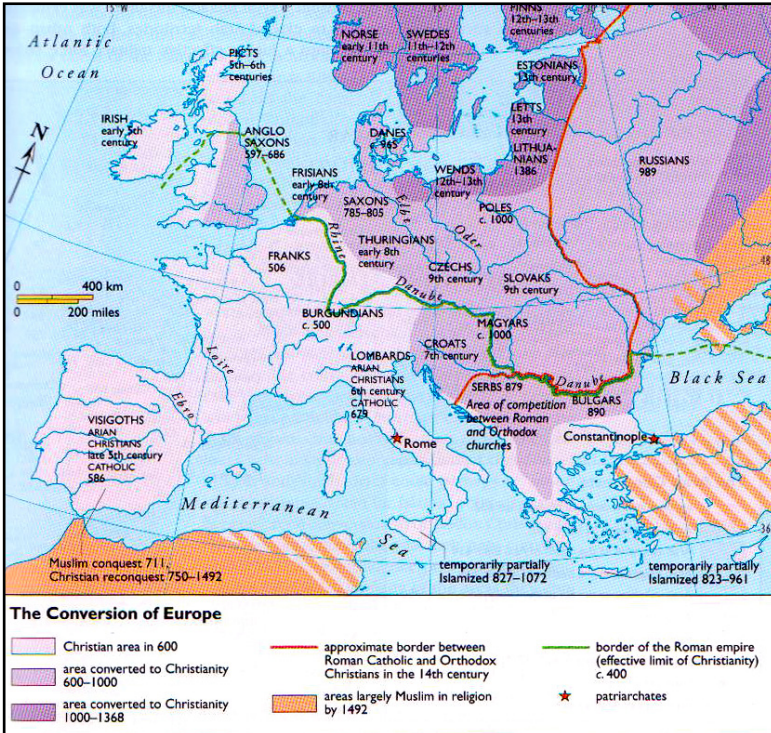
interpunham. Atentamos apenas para o fato de que uns ou outros prevalecem, dependendo da obra de que falamos; e que, a partir de uma análise que leve em consideração os lugares de produção dessas fontes e as relações intertextuais estabelecidas entre as mesmas, pode-se conjecturar acerca dos motivos que levaram seus autores a apresentar relatos da Era Viking do modo como o fizeram.

No âmbito dos aspectos mais gerais de nossa conclusão, acreditamos ser possível afirmar que em ambos os eixos que estabelecemos podemos identificar uma série de discursos que fazem uso da temática religiosa para cumprir alguns de seus objetivos. Em uma época de estreita proximidade entre política e religião, os discursos ingleses sobre os escandinavos despontam como exemplos significativos desta relação, e de como aspectos religiosos fortemente se entrelaçaram em diversos níveis, discursivos ou não, com os conflitos, tréguas e alianças que marcaram mais de dois séculos da história inglesa. É justamente através destas contendas que a identidade aristocrática é construída, reproduzida, justificada, reforçada e resgatada, frequentemente lida através das lentes do cristianismo, ao que o mesmo atua no sentido de configurar relações, estabelecer hierarquias e afirmar a dominação de reis e aristocratas. No contexto de unificação da Inglaterra, levada a cabo pelos reis de Wessex ao longo de campanhas expansionistas contra os escandinavos estabelecidos na ilha, essa identidade salta aos olhos como uma construção discursiva assentada na oposição entre dois povos, um vinculado ao paganismo, à violência e à injustiça, e o outro ao cristianismo, à bravura e à coragem. É dessa construção que emerge a imagem da aristocracia guerreira e cristã inglesa, exaltada nas obras do período anglo-saxão e resgatada pelos eclesiásticos anglo-normandos do século XII.





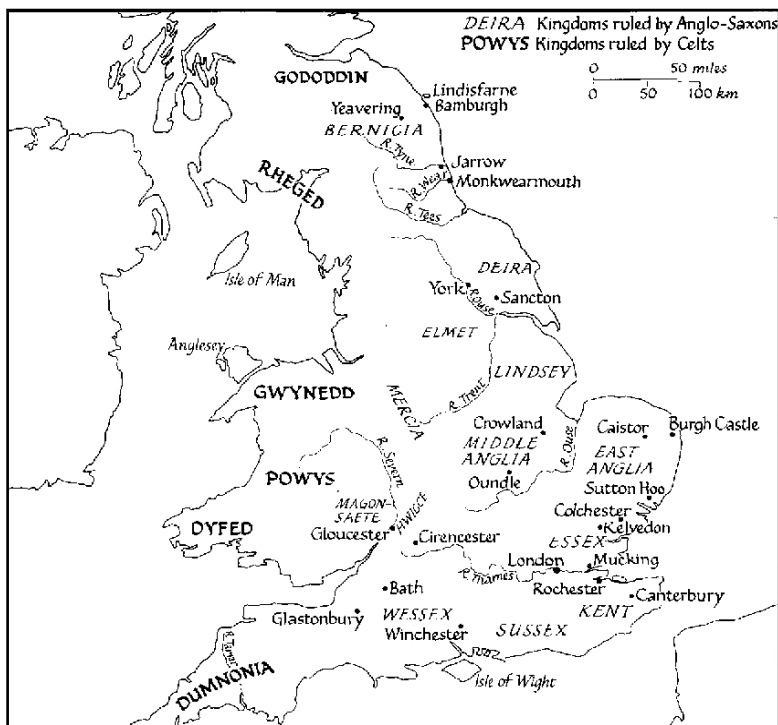
Mapas



Mapa 1. *A Conversão da Europa* (HULL; JOTISCHKY, 2005, p. 23).

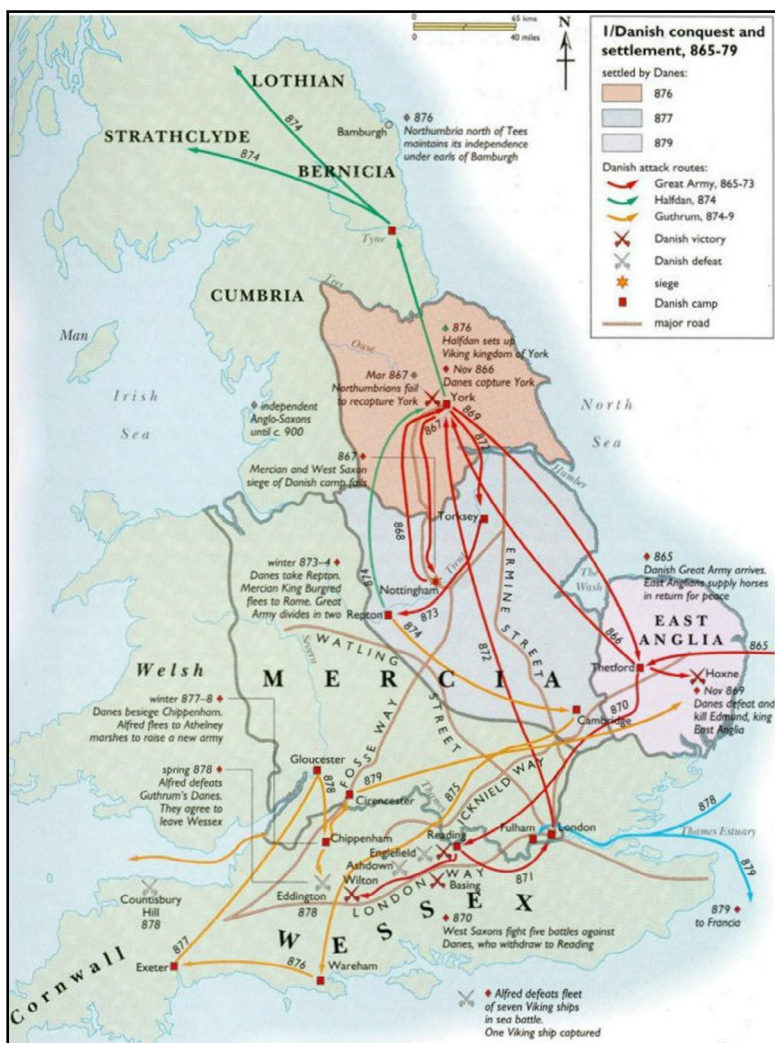


Mapa 2. *A Inglaterra em c.600* (BLAIR, In: MORGAN, 2010, p. 70).



Mapa 3. Poder e Estado na Escandinávia, c.800-1000 (HAYWOOD, 1995, p. 31).





Mapa 4. Conquista e estabelecimento dos daneses na Inglaterra Anglo-Saxã, 865-79. (HAYWOOD, 1995, p. 63.).





R eferências

Fontes Primárias

WHITELOCK, Dorothy; DOUGLAS, David C.; TUCKER, Susie I. **The Anglo-Saxon Chronicle**. London: Eyre and Spottiswoode, 1961.

SMYTH, Alfred P. **Translation of the Life of King Alfred**. In: _____. *The medieval life of King Alfred the Great: a translation and commentary on the text attributed to Asser*. Hampshire and New York: Palgrave, 2002, p. 3 – 54.

GILES, J. A.. **The Chronicle of Fabius Ethelwerd**. In: _____. *Old English Chronicles*. London: George Bell & Sons, 1906, p. 1 – 40.

GILES, J. A. (ed.). **William of Malmesbury's Chronicle of the kings of England: from the earliest period to the reign of King Stephen**. London: Henry G. Bohn, 1847.

FORESTER, Thomas (ed.). **The Chronicle of Henry of Huntingdon**. London: H.G. Bohn, 1853.

STEVENSON, Joseph (td.). **Simeon of Durham's History of the Kings of England**. In: *The Historical Works of Simeon of Durham - The Church Historians of England, vol. III – part II*. London: Seeleys, 1855, p. 423 – 618.

FORESTER, Thomas (ed.). **The Chronicle of Florence of Worcester**. London: H.G. Bohn, 1854.

Bibliografia

ABRAMS, Lesley. **Conversion and Assimilation**. In: HADLEY, D; RICHARDS, J. *Cultures in Contact: Scandinavian Settlement in England in the Ninth and Tenth Centuries*. Turnhout: Brepols, 2000, p. 135 – 154

ALBUQUERQUE, Isabelle Dias de. **As relações identitárias entre anglo-saxões e escandinavos: uma comparação do Reino de Wessex com a região da Danelaw (séculos IX-X)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017

BAGGE, Sverre. **The Christianization and State Formation in Early Medieval Norway**. In: *Scandinavian Journal of History, Vol. 30, N° 2*, 2005, p. 107-134



BARROS, José D'Assunção. **A Fonte Histórica e seu Lugar de Produção.** In: Caderno de Pesquisa Cdhis da Universidade Federal de Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012, p. 407-429.

BARROW, Julia. **Danish Ferocity and Abandoned Monasteries: The Twelfth-century View.** In: BRETT, Martin; WOODMAN, David A. (eds.). *The Long Twelfth-century View of the Anglo-saxon Past.* Dorchester: Ashgate Publishing, 2015, p. 77-93.

BEREND, Nora. **The Christianization and Rise of the Christian Monarchy - Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900—1200.** Cambridge University Press. 2007.

BERGQVIST, Kim. **Truth and Invention in Medieval Texts: Remarks on the Historiography and Theoretical Frameworks of Conceptions of History and Literature, and Considerations for Future Research.** In: *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievalo*, 2013, Volume 2, Número 2, p. 221-242

BLAIR, John. **The Church in Anglo-Saxon Society.** New York: Oxford University Press Inc., 2005.

BRONSTED, Johannes. **Os Vikings: história de uma fascinante civilização.** Reedição. São Paulo: Editora Hemus, 2004.

BROOKS, Nicholas. **'Anglo-Saxon Chronicle(s)' or 'Old English Royal Annals'?** In: JOHNS, Susan M.; NELSON, Janet L.; REYNOLDS, Susan (eds.). *Gender and Historiography: Studies in the earlier middle-ages in honour of Pauline Stafford.* London: University of London, School of Advanced Study, Institute of Historical Research, 2012, p. 35-48.

BROOKS, Nicholas. **Why is the Anglo-Saxon Chronicle About Kings?** In: *Anglo-Saxon England*, 39. Cambridge University Press, 2011, p. 43-70.

BROWN, Peter. **The rise of Western Christendom: triumph and diversity, A.D. 200 – 1000.** 10th Anniversary rev. ed.. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

CAMPBELL, James. **Observations on the Conversion of England.** In: _____ . *Essays in Anglo-Saxon History.* London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1986, p. 69 – 84.



CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997a.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, Sentido e História**. Campinas, SP: Papirus, 1997b.

CARVER, Martin (ed). **The cross goes north: process of conversion in northern Europe, AD 300-1300**. York: York Medieval Press, 2003.

CHIBNALL, Marjorie. **Anglo-Norman England, 1066 – 1166**. Oxford and New York: Basil Blackwell, 1987.

COUPLAND, Simon. **The Rod of God's Wrath or the People of God's Wrath? The Carolingian Theology of the Viking Invasions**. In: *Journal of Ecclesiastical History*, vol. 42, No. 4. 1991, p. 535 – 554.

DOWNHAM, Clare. **'Hiberno-Norwegians' and 'Anglo-Danes': anachronistic ethnicities and Viking-Age England**. In: *Medieval Scandinavia*, 19. University of Aberdeen, UK: The Centre for Scandinavia Studies, 2009, p. 139-169.

DUMVILLE, David N. **Vikings in Insular Chronicling**. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil. *The Viking World*. London and New York: Routledge, 2008, p. 350 – 368.

FLEISCHMAN, Suzanne. **On the Representation of History and Fiction in the Middle-Ages**. In: *History and Theory*, Vol. 22, No. 3. Wiley, Wesleyan University: 1983, p. 278-310.

FLETCHER, Richard. **The Conversion of Europe – From Paganism to Christianity (371 – 1386 AD)**. Harper Press, 1997.

FRETHEIM, Terence E.. **Theological reflections on the wrath of God in the Old Testament**. In: *Horizons in Biblical Theology*, Volume 24. 2002, p. 1- 26.

GENETTE, Gérard. **Palimpsests: literature in second degree**. Nebraska: University of Nebraska Press, 1997.

GRANSDEN, Antonia. **Historical Writing in England I, c. 550 – c.1307**. London and New York: Routledge, 1996.

GRANSDEN, Antonia. **The Chronicles of Medieval England and Scotland (Part I)**. In: *Journal of Medieval History*, 16:2. Elsevier Science



Publishers B.V. (North-Holland), 1990, p. 129-150.

GRANSDEN, Antonia. **Propaganda in English medieval historiography.** In: *Journal of Medieval History* 1:4. North-Holland Publishing Company, 1975, p. 363-382.

HADLEY, D. M. **The Vikings in England: Settlement, Society and Culture.** Manchester: Manchester University Press, 2006.

HALL, Stuart. **Introduction: Who needs identity?.** In: _____; DU GAY, Paul (eds.). *Questions of Cultural Identity.* London: SAGE Publications, 1996, p. 1 – 17.

HAYWOOD, John. **The Penguin Historical Atlas of the Vikings.** Penguin Books, 1995.

HULL, Caroline; JOTISCHKY, Andrew. **The Penguin Historical Atlas of the Medieval World.** London: Penguin Books, 2005.

INNES, Matthew. **Danelaw Identities: Ethnicity, Regionalism, and Political Allegiance.** In: HADLEY, D; RICHARDS, J. *Cultures in Contact: Scandinavian Settlement in England in the Ninth and Tenth Centuries.* Turnhout: Brepols, 2000, p. 65-88.

INNES, Matthew. **Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future.** In: HEN, Yitzhak; _____ (eds.). *The Uses of the Past in Early Middle Ages.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 1-8

KEYNES, Simon. **The Vikings in England, c.790 – 1016.** In: SAWYER, Peter (ed.). *The Oxford Illustrated History of the Vikings.* Oxford, New York: Oxford University Press, 1997.

LANGER, Johnni (org.). **Dicionário de História e Cultura da Era Viking.** São Paulo: Hedra, 2017.

LANGER, Johnni (org.). **Dicionário de Mitologia Nórdica - Símbolos, Mitos e Ritos.** São Paulo: Hedra, 2015.

MANOEL, Ivan Ap. **História, religião e religiosidade.** In: *Revista de Cultura Teológica* - v. 15 - n. 59 - abr/jun 2007, p. 105-128.

MORGAN, Kenneth O. (ed.). **The Oxford History of Britain.** Revised Edition. Oxford: Oxford University Press, 2010.



MORSEL, Joseph. **La Aristocracia Medieval. El dominio social em Occidente (sigilos V-XV)**. Universitat de València, 2008.

NOBLE, Thomas F. X.; SMITH, Julia M. H. (eds). **The Cambridge History of Christianity. Vol. 3: Early Medieval Christianities, c. 600 – c.1100**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 3ª. Edição. Campinas: Pontes, 2001.

ORCÁSTEGUI, Carmen; SARSA, Esteban. **La historia en la Edad Media – Historiografía e historiadores en Europa Occidental: siglos V – XIII**. Madrid: Catedra, 1991.

PAGE, R.I. **‘A Most Vile People’: Early English Historians on the Vikings**. London: Viking Society for Northern Research, 1987.

PAGE, R.I. **Chronicles of the Vikings: Records, Memorials and Myths**. Toronto: University of Toronto Press Incorporated, 1995.

PÉREZ, Mariel. **La aristocracia altomedieval: legados historiográficos y tendencias de investigación**. In: *Medievalista* [online], nº 15, (Janeiro – Junho 2014). Acessado em: 09 de Julho de 2019. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA15/perez1503.html>.

PETTS, David. **Pagan and Christian: Religious change in early medieval Europe**. London: Bristol Classical Press, 2011.

RAMBARAN-OLM, Mary. **Minaming the Medieval: Rejecting “Anglo-Saxon” Studies**. History Workshop, 2019. Disponível em: <<http://www.historyworkshop.org.uk/misnaming-the-medieval-rejecting-anglo-saxon-studies/>>. Acesso em 16 de Abril de 2020.

REYNOLDS, Susan. **What Do We Mean by “Anglo-Saxon” and “Anglo-Saxons”?**. In: *The Journal of British Studies*, vol. 24, issue 04. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 395 – 414.

SANMARK, Alexandra. **Power and Conversion - a Comparative Study of Christianization in Scandinavia**. In: *Occasional Papers in Archaeology* 34. Uppsala, 2004.

SHELDON, Gwendolyn. **The Conversion of the Vikings in Ireland from a Comparative Perspective**. University of Toronto, 2011.



SIGUÐSON, Jón Viðar. **Conversion and Identity in the Viking Age North: some aftertoughts.** In: GARIPZANOV, Ildar (ed.). *Conversion and Identity in the Viking Age (Medieval Identities: Socio-Cultural Spaces 5)*. Turnhout: Brepols, 2014, p. 225-243.

SILVA, Marcelo Cândido da. **A realeza cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V – VIII).** São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Renato Rodrigues da. **As relações entre as esferas laicas e eclesiásticas na aristocracia da Nortúmbria no século VIII.** In: *História Revista*, v.24, n.1. Goiânia, 2019, p. 168 – 183.

SILVA, Renato Rodrigues da. **The Aristocracy of Northumbria in the Long Eighth-Century: Production, Circulation, Consumption.** Leicester: University of Leicester, 2016.

SKRE, Dagfinn. **Missionary Activity in Early Medieval Norway. Strategy, Organization and the Course of Events,** In: *Scandinavian Journal of History*, n° 23, 1998, p.1-19.

SMITH, Julia M. H.. **Kingship and Christianity.** In: _____. *Europe After Rome: A New Cultural History (500 – 100)*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 217-252.

SMYTH, Alfred P. **The medieval life of King Alfred the Great: a translation and commentary on the text attributed to Asser.** Palgrave, 2002

SOUTHERN, R. W. **The Divisions of Time.** In: _____. *Western Society and the Church in the Middle Ages*. London: Penguin Books, 1990, p. 24-52.

SPIEGEL, Gabrielle M. **The Past as Text: The Theory and Practice of Medieval Historiography.** The Johns Hopkins University Press: London, 1997.

STAUNTON, Michael. **Did the Purpose of History Change in England in the Twelfth Century?** In: CLEAVER, Laura; WORM, Andrea (eds.). *Writing History in the Anglo-Norman World. Manuscripts, Makers and Readers, c. 1066 – c.1250*. University of York: York Medieval Press, 2018.



THOMAS, Hugh M. **The English and the Normans: Ethnic Hostility, Assimilation and Identity, 1066 – c.1220**. Oxford and New York: Oxford University Press, 2003.

TIMOFEEVA, Olga. **Alfredian Press on the Vikings: A Critical Discourse Approach to Outgroup Construction**. In: *Journal of English Linguistics*, 2016b, Vol. 44(3) 230–253.

TIMOFEEVA, Olga. **The Viking outgroup in early medieval English chronicles**. In: *Journal of Historical Sociolinguistics*, 2016a; 2(1): 83–121.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1987.

WILLIAMS, Ann. **The World Before Domesday: the English Aristocracy, 900 – 1066**. London & New York: Continuum, 2008.

WOOD, Michael. **“As racism row rumbles on, is it time to retire the term ‘Anglo-Saxon’?” Michael Wood explores the controversy**. History Extra, 2019. Disponível em: < <https://www.historyextra.com/period/anglo-saxon/professor-michael-wood-anglo-saxon-name-debate-is-term-racist/>>. Acesso em 16 de Abril de 2020.

WRIGHT, Duncan W. **The Church and the Land: Settlement, Economy and Power in Early Medieval England**. In: SÁNCHEZ-PARDO, José C.; SHAPLAND, Michael G.; (eds). *Churches and Social Power in Early Medieval Europe: Integrating Archaeological and Historical Approaches*. Turnhout: Brepols, 2015, p. 367–386.

YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England**. London and New York: Routledge, 2003.

ZANOTTO, Gizele. **A análise do discurso como instrumento metodológico para o historiador da religião**. In: SILVA, Ana Rosa Clochet da; DI STEFANO, Roberto. (Org.). *História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas*. 1ª ed. Curitiba/PR: Prismas, 2018, v. 1, p. 335-362.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a Voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.





Anexos

Anexo 1: Lista de reis ingleses (séculos IX – XI)

Objetivando prover ao leitor uma referência temporal concisa e clara, com fins de consulta, para os diferentes eventos de que tratamos ao longo da presente dissertação, optamos por apresentar, na forma do presente anexo, uma lista dos reis de Wessex, e posteriormente a Inglaterra, que reinaram ao longo período de que tratamos.

REI	REINADO	EVENTOS IMPORTANTES
Æthelred I	865 - 871	- Batalha de Ashdown (871)
Alfredo, o Grande	871 – 899/900	- Batalha de Edington; Tratado de Wedmore, entre Alfredo e Guthrum (878) - Início da escrita da <i>Crônica Anglo-Saxã</i> (c. 890) - Escrita da <i>Vida de Alfredo</i> (se considerarmos Asser seu autor) (c. 893)
Eduardo, o Velho	900 - 924	
Æthelstan	924 - 939	- Unificação da Inglaterra (927)
Edmund	939 - 946	- Conversão de Olaf ao cristianismo e confirmação (crisma) de Ragnald, de acordo com a <i>Crônica Anglo-Saxã</i> (943)
Eadred	946 - 955	
Edwyn	955 - 959	
Edgar	959 - 975	
Eduardo, o Mártir	975 - 978	
Æthelred, o Despreparado (primeiro reinado)	978 – 1013	- Escrita da <i>Crônica de Æthelweard</i> (c. 988). - Confirmação (crisma) de Olaf Tryggvason ao cristianismo, segundo a <i>Crônica Anglo-Saxã</i> (991/994) - Massacre do dia de São Brice (1002) - Escrita da <i>Vida de Alfredo</i> (se tomarmos como verdadeira a hipótese de Alfred P. Smyth) (c.1000)
Swein Forkbeard	1013 – 1014	- Primeiro rei escandinavo da Inglaterra
Æthelred, o Despreparado (segundo reinado)	1014 – 1016	
Cnut, o Grande	1016 - 1035	- Rei escandinavo da Inglaterra, filho de Swein.



Anexo 2: Termos utilizados em referências aos escandinavos nas obras inglesas

O presente anexo busca sumarizar, na forma de tabelas, a discussão apresentada na seção 3.2.1 do *Capítulo III* da presente dissertação. Para tal, utilizaremos tabelas produzidas com base naquelas apresentadas por Olga Timofeeva em seu artigo *The Viking outgroup in early medieval English chronicles*. Iremos apresentá-las aqui na ordem em que a autora o fez em seu artigo. Atentamos para a possibilidade de compreender as mudanças ao longo do tempo na utilização de tais termos na *Crônica Anglo-Saxã*, conforme Timofeeva apresenta-a em três partes distintas, correspondentes a períodos diferentes.

Tabela 1: Termos utilizados em referência aos escandinavos na *Crônica Anglo-Saxã*, manuscrito A, nas entradas de 789 e 896. Produção com base em TIMOFEEVA, 2016a, p. 94.

TERMOS	NÚMERO DE VEZES QUE APARECEM	PORCENTAGEM DO TOTAL DE TERMOS
“O bando”; “O exército” (OE <i>se here</i>)	82	62%
“Os daneses”; “O exército danês” (OE þa <i>Deniscan; Denisc here</i>)	20	15%
“Frota” (OE <i>sciphere, scipu</i> , etc.)	12	9%
“Os pagãos”; “O exército pagão” (OE <i>heþen(e) men-hera</i>)	9	7%
“Os piratas”; “Os saqueadores” (OE <i>Wicingas, hergas</i>)	5	4%
Outros	4	3%
Total	132	100%



Tabela 2: Termos utilizados em referência aos escandinavos na *Vida de Alfredo*. Produção com base em TIMOFEEVA, 2016a, p. 94.

TERMOS	NÚMERO DE VEZES QUE APARECEM	PORCENTAGEM DO TOTAL DE TERMOS
“Os pagãos” (LT <i>paganī</i>)	61	52%
“O exército de pagãos” (LT <i>paganorum exercitus</i>)	26	22%
“(o) Exército” (LT (<i>DEM</i>) <i>exercitus</i>)	20	17%
“Os inimigos” (LT <i>hostes/inimici</i>)	7	6%
Outros	4	3%
Total	118	100%

Tabela 3: Traduções dos termos da *Crônica Anglo-Saxã* na *Vida de Alfredo*. Produção com base em TIMOFEEVA, 2016a, p. 96.

CRÔNICA ANGLO-SAXÃ (MANUSCRITO A)	VIDA DE ALFREDO	NÚMERO	PORCENTAGEM
“O exército” (OE <i>se here</i>)	“O exército dos pagãos” (LT <i>exercitus paganorum</i>)	20	33%
“O exército” (OE <i>se here</i>)	“Os pagãos” (LT <i>paganī</i>).	14	23%
“O exército” (OE <i>se here</i>)	“(o) Exército” (LT (<i>DEM</i>) <i>exercitus</i>)	14	23%
“Os pagãos” (OE <i>hæþene men</i>)	“Os pagãos” (LT <i>paganī</i>)	7	12%
“Os daneses” (OE <i>þa Deniscan</i>)	“Os pagãos” (LT <i>paganī</i>)	5	8%
Total		60	100%



Tabela 4: Termos utilizados em referência aos escandinavos na *Crônica Anglo-Saxã*, manuscrito A, nas entradas de 897 e 979. Produção com base em TIMOFEEVA, 2016a, p. 102.

TERMOS	NÚMERO DE VEZES QUE APARECEM	PORCENTAGEM DO TOTAL DE TERMOS
“O bando”; “O exército” (OE <i>se here</i>)	22	49%
“Os daneses”; “O exército danês” (OE þa <i>Deniscan; Denisc here</i>)	14	31%
“Frota” (OE <i>sciphere, scipu</i> , etc.)	2	4%
“Nórdicos” (OE <i>Norþmen</i>)	1	2%
“Os piratas”; “Os saqueadores” (OE <i>Wicingas, hergas</i>)	5	4%
Outros	2	4%
Total	45	100%

Tabela 5: Termos utilizados em referência aos escandinavos na *Crônica de Æthelweard*. Produção com base em TIMOFEEVA, 2016a, p. 104.

TERMOS	NÚMERO DE VEZES QUE APARECEM	PORCENTAGEM DO TOTAL DE TERMOS
“Barbaros” (LT <i>Barbari</i>)	29	23%
“(o) Exército” (LT (<i>DEM</i>) <i>exercitus</i>)	21	16%
“Daneses”; “O exército dos daneses” (LT <i>Dani; exercitus danorum</i>)	17	13%
“Pagãos”; “Hereges” (LT <i>pagani; increduli</i>)	15	12%
“Navios”; “frota”	14	11%
“O exército dos pagãos/bárbaros” (LT <i>paganorum/barbarorum exercitus</i>)	9	7%
“Os inimigos” (LT <i>hostes</i>)	7	6%
“Piratas” (LT <i>piraticus</i>)	3	2%
Outros	13	10%
Total	128	100%



Tabela 6: Termos utilizados em referência aos escandinavos na *Crônica Anglo-Saxã*, manuscrito C. Produção com base em TIMOFEEVA, 2016a, p. 108.

TERMOS	NÚMERO DE VEZES QUE APARECEM	PORCENTAGEM DO TOTAL DE TERMOS
“O bando”; “O exército” (OE <i>se here</i>)	64	64%
“Frota”; “Navios” (OE <i>sciphere</i> , <i>scipu</i> , etc.)	16	17%
“Os daneses”; “O exército danês” (OE þa <i>Deniscan</i> ; <i>Denisc here</i>)	7	7%
“Nórdicos”; “Noruegueses” (OE <i>Norþmen</i> ; <i>Norwegian</i>)	5	5%
OE <i>fiend</i>	4	4%
OE <i>fyrð</i>	2	2%
“Os piratas” (OE <i>Wicingas</i>)	1	1%
Total	96	100%



Anexo 3: Quadro comparativo da Crônica Anglo-Saxã com a Vida de Alfredo

O presente anexo tem como objetivo sumarizar e ilustrar algumas das relações transtextuais identificadas entre os textos da *Crônica Anglo-Saxã* e da *Vida de Alfredo*. Para tal, apresentaremos uma tabela contendo passagens que julgamos pertinentes, com vistas de que que seja mais fácil ao leitor comparar as formas como certos eventos são narrados nas diferentes obras analisadas.

Utilizaremos o mesmo sistema de Alfred P. Smyth, mantendo em itálico os trechos integralmente traduzidos da *Crônica Anglo-Saxã* e em escrita normal as adições do autor da *Vida de Alfredo*. Destacaremos em negrito os temas que julgamos pertinentes para a construção da parcialidade da obra em favor dos ingleses e anti-escandinava, tal qual identificamos no Capítulo III. As passagens aqui apresentadas são traduções ao português a partir da tradução de Smyth ao inglês (2002).

Tabela 1: Algumas adições do autor da *Vida de Alfredo* ao texto da *Crônica Anglo-Saxã*

*Depois que tais coisas lá aconteceram, o mencionado exército dos pagãos foram a Surrey, uma região situada na margem sul do rio Tâmsa, para o oeste de Kent. E Æthelwulf, rei dos saxões, e seu filho, Æthelbald, lutaram com o exército inteiro por um longo tempo no lugar chamado Aclea, que significa “Campo do Carvalho”. E lá, quando os dois lados haviam lutado muito vigorosa e corajosamente por um longo tempo, a maior parte da borda pagã foi completamente destruída e massacrada, tanto que em nunca em nenhum lugar em um dia, antes do depois, ouvimos de tal matança deles. Os cristãos **honoravelmente** ganharam a vitória e foram mestres do campo do massacre¹. p. 6*

¹ “After these things had happened there, the aforesaid army of the pagans went into Surrey, a region situated on the southern bank of the River Thames, to the west of Kent. And Æthelwulf, king of the Saxons and his son, Æthelbald, fought with the whole army for a very long time in the place which is called Aclea, which means ‘Oak Field’. And there, when both sides had fought most vigorously and courageously for a long time, the greater part of the pagan host was completely destroyed and slain, so that never in any region in one day, before or since, have we heard of such slaughter of them. The Christians honourably gained a victory and were masters of the place of slaughter”. SMYTH, 2002, p. 6. .



Tabela 1: Algumas adições do autor da *Vida de Alfredo* ao texto da *Crônica Anglo-Saxã*

*Em seus dias, um grande exército de pagãos, vindo do mar, **agressivamente** atacaram a cidade de Winchester e a saquearam. Quando eles estavam retornando a seus navios com grande pilhagem, Osric, ealdorman de Hampshire, com seus homens, e Ealdorman Æthelwulf, com os homens de Berkshire, **valentemente** os interceptaram. (...) Os pagãos foram em todos os lados cortados em pedaços, e quando eles não mais eram capazes de resistir, eles fugiram **como mulheres**, e os cristãos foram mestres do campo do massacre². p. 12*

*No ano da encarnação de nosso Senhor 864, os pagãos passaram o inverno na ilha de Thanet e concluíram um firme tratado com os homens de Kent. Os homens de Kent prometeram dar-lhes dinheiro para que mantessem o tratado. Enquanto isso, no entanto, os pagãos, **como raposas**, secretamente irrompendo de seu acampamento à noite, quebraram o tratado, e desprezando a promessa de dinheiro – pois sabiam que obteriam mais dinheiro de pilhagem roubado do que pela paz – **devastaram toda a região leste de Kent**³ p. 12-13*

² “During his days, a great army of pagans, coming by sea, aggressively attacked the city of Winchester and sacked it. When they were returning to their ships with great booty, Osric, ealdorman of Hampshire with his men, and Ealdorman Æthelwulf with the men of Berkshire valiantly intercepted them. Battle was truly joined. The pagans were everywhere cut to pieces and when they were no longer able to resist, they fled like women, and the Christians were masters of the place of slaughter.” Ibid., p. 12, .

³ “In the year of the Incarnation of the Lord, 864. The Pagans spent the winter on the Isle of Thanet and concluded a firm treaty with the men of Kent. The men of Kent promised to give money to them for the keeping of the treaty. Meanwhile, however, the Pagans, like foxes, secretly bursting out of their camp by night, broke the treaty, and scorning the promise of money – for they knew they would obtain more money from stolen booty than from peace – ravaged the entire eastern region of Kent.” Ibid..p. 12-13, .



Tabela 1: Algumas adições do autor da *Vida de Alfredo* ao texto da *Crônica Anglo-Saxã*

*Dois dias depois que tais coisas aconteceram lá, o rei Æthelred e seu irmão Alfredo, tendo unido os homens e tendo juntado um exército, foram para Reading. Quando chegaram ao portão do forte após matar e subjugar todos os pagãos que encontraram fora do forte, o pagãos não foram lentos ao lutar, e como lobos irrompendo de todos os portões, entraram na briga com toda a força*⁴. p. 18

*Naquele ano, o exército dos pagãos, o qual havia se assentado entre os anglos do leste, desonrosamente quebrou a paz que haviam concluído com o rei Alfredo*⁵ p. 31

⁴ “Four days after these things had happened there, King Æthelred and his brother Alfred, having united their men and having gathered together an army, went to Reading. When they had reached the gate of the fortress by slaying and overthrowing all the Pagans whom they found outside the fortress, the Pagans were none the slower to fight, and like wolves bursting out of all the gates entered the fray in full force”. Ibid., p. 18, .

⁵ “In that year also, the army of the Pagans²¹⁷ which had settled among the East Angles dishonourably broke the peace which it had concluded with King Alfred.” Ibid., p. 31, .



Anexo 4: Linha do tempo

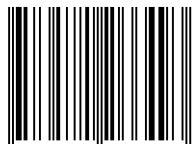
Com vistas a prover ao leitor uma referência quanto ao conjunto de acontecimentos tratados na presente dissertação, expomos aqui uma linha do tempo pontuada por aqueles que consideramos de maior importância. Para tal, reproduziremos parcialmente aqui a linha temporal apresentada no já referenciado *The Penguin Historical Atlas of the Vikings*, de John Haywood (p. 12 – 15), com algumas alterações.

Ano	Acontecimento
c.450-500	Saxões migram para a Britânia
597	Santo Agostinho começa a conversão dos ingleses
635	Fundado o monastério de Lindisfarne
664	Dominância da Igreja Romana assegurada no Sínodo de Whitby
c.789	<i>Vikings</i> atacam Portland
793	<i>Vikings</i> saqueiam Lindisfarne
850	Escandinavos passam o inverno pela primeira vez na Inglaterra Anglo-Saxã
865	O Grande Exército Pagão invade a Inglaterra Anglo-Saxã
867	Os daneses capturam York
870	Os daneses conquistam a Ânglia Oriental
876-9	Início do assentamento escandinavo na Inglaterra Anglo-Saxã
878	Batalha de Edington e estabelecimento do Tratado de Wedmore
886	Londres recapturada dos daneses
937	Batalha de Brunanburh
954	Morte de Erik Machado Sangrento e fim do reino escandinavo de York
980	Novos ataques <i>vikings</i> na Inglaterra
1014	Svein Forkbeard conquista a Inglaterra
1016-35	Reinado de Cnut, o Grande, na Inglaterra
1042	Fim do reinado escandinavo na Inglaterra
1066	Harald Hardrada derrotado em Stamford Bridge. Conquista normanda da Inglaterra sob Guilherme, o Conquistador





Espera-se que o leitor encontre no presente volume uma fonte de informações concisa e detalhada, na medida do possível, a respeito da Inglaterra anglo-saxã e da Era Viking como um todo. O objetivo deste livro é, humildemente, contribuir na construção do conhecimento acerca desse fascinante período que chamamos de Idade Média, no qual foram forjadas muitas das bases da sociedade ocidental. Nesse sentido, o entendimento de processos de construção de identidades e das relações entre poder político e religião é, pois, base fundamental para a compreensão do mundo em que vivemos.



9 786581 266493